



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ
Direção de Ensino



Projeto Pedagógico de Curso BACHARELADO EM TURISMO

Petrópolis, 2018

Estrutura Organizacional



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA
CAMPUS PETRÓPOLIS**

**PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO BACHARELADO EM TURISMO**

**PETRÓPOLIS/RJ
2018**

Direção-Geral

Carlos Henrique Figueiredo Alves

Vice-Direção

Maurício Saldanha Motta

Diretoria de Ensino

Gisele Maria Ribeiro Vieira

Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pedro Manuel C. Lopes Pacheco

Diretoria de Extensão

Maria Alice Caggiano de Lima

Direção do campus Petrópolis

Frederico Ferreira de Oliveira

Gerência Acadêmica

Welerson Fernandes Kneipp

Gerência Administrativa

Carlos Silva de Jesus

Subprefeitura

Thiago Marques Esteves

Coordenação do Curso

Bacharelado em Turismo

Alexandra Maria de Abreu Rocha

Núcleo Docente Estruturante

Alexandra Maria de Abreu Rocha

Fabio Sampaio de Almeida

Luciana de Mesquita Silva

Ludmila Vargas Almendra

Rafael Teixeira de Castro

Suzana Santos Campos

Colaboradores

Aixa Teresinha Melo de Oliveira – BTURPET

Alice Moraes Rego de Souza - BTURPET

Frederico Ferreira de Oliveira - BTURPET

Jarlene Rodrigues Reis - BTURPET

Lelian Patricia de Oliveira Silveira - BTURPET

Luis Carlos Dias de Oliveira - BTURPET

Marcelo Augusto Mascarenhas - BTURPET

Nara Maria Carlos de Santana - BTURPET

Roberta Dalvo Pereira da Conceição – BTURPET

Patricia Ferreira de Souza Lima - MTELPET

Luciana de Souza Castro – BIBLIOTECA

Márcia Rodrigues Ferreira Alves e Faria –
SAPED

Daphne Holzer Velihovetchi – SAPED/NAPNE

Layout e Arte Final

Alexandra Maria de Abreu Rocha

Eduardo Teles da Silva

Cefet/RJ – Sistema de Bibliotecas / *campus* Petrópolis

P964

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo / Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. *campus* Petrópolis. – 2018.

265 p. il.

1. Planejamento educacional. 2. Turismo - Projeto pedagógico. I. Título. II. CEFET/RJ *campus* Petrópolis.

Elaborada por Luciana de Souza Castro CRB7/4812

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2. APRESENTAÇÃO	6
3. INSTITUIÇÃO	9
3.1 Histórico	9
3.2 Inserção Regional	14
3.3 Campus Petrópolis	17
3.4 Filosofia, princípios, missão e objetivos	21
3.5. Objetivos	22
3.6 Gestão acadêmica	23
4. ORGANIZAÇÃO DO CURSO BACHARELADO EM TURISMO	29
4.1 Concepção do curso	29
4.1.1 Turismo em Petrópolis	31
4.1.2 Breve análise do setor hoteleiro	34
4.1.3 Realização de eventos em Petrópolis	35
4.1.4 Justificativa e pertinência do curso	36
4.2 Projeto pedagógico	37
4.2.1 Objetivos do curso	37
4.2.1.1 Objetivo geral	37
4.2.1.1 Objetivos específicos	37
4.2.2 Políticas institucionais no âmbito do curso	38
4.2.3 Perfil profissional do egresso	40
4.3 Dados do curso	43
4.3.1 Formas de ingresso	43
4.3.2 Horário de funcionamento	46
4.3.2 Estrutura organizacional	46
4.4 Estrutura curricular	47
4.4.1 Organização curricular	47
4.4.2 Interdisciplinaridade	49
4.4.3 Flexibilização curricular	49
4.4.4 Educação inclusiva	50
4.4.5 Estágio curricular supervisionado	53
4.4.6 Trabalho de Conclusão de Curso	56
4.4.7 Atividades complementares	57
4.4.8 Articulação entre Ensino, Pesquisa e extensão	58
4.5 Matriz curricular	60
4.6 Procedimentos didáticos e metodológicos	63
5. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	68
5. 1 Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	68
5.2 Avaliação do projeto do curso	69
5.3 Comissão Própria de Avaliação - CPA	71

6. RECURSOS DO CURSO	72
6.1 Corpo docente	72
6.1.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	74
6.1.2 Coordenação do curso	75
6.2 Instalações gerais	76
6.2.1 Laboratórios didáticos de formação básica	77
6.3 Acessibilidade e sustentabilidade	78
6.4 Instalações específicas	79
6.5 Apoio ao discente	80
6.5.1 Biblioteca	80
6.5.2 Seção de Articulação Pedagógica	82
6.5.3 Serviço de Psicologia	84
6.5.4 Seção de Registros Acadêmicos	86
6.5.5 Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas	86
6.5.6 Programas de atendimento ao discente	88
6.5.7 Atividades estudantis suplementares	89
6.5.8 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem	90
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE I: Manual de Estágio Supervisionado do Curso Bacharelado em Turismo	97
APÊNDICE II: Manual para Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	138
APÊNDICE III: Regulamento de Atividades Complementares	193
APÊNDICE IV: Ementas	203

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação:	Bacharelado em Turismo (1304510)
Modalidade:	Educação Presencial
Habilitação:	Bacharelado
Titulação conferida:	Bacharel em Turismo
Início de funcionamento:	Fevereiro/2015
Tempo de integralização:	8 semestres
Regime acadêmico:	Semestral
Número de vagas ofertadas:	80 vagas anuais (40 por semestre)
Turno de oferta:	Noturno
Carga horária total do curso:	2.733 horas / 3.644 horas-aula
Carga horária mínima (MEC):	2.400 horas (BRASIL, 2007)

Endereço:

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ
campus Petrópolis
Curso Bacharelado em Turismo
Rua do Imperador, 971
Centro – Petrópolis – RJ
CEP: 25.620-003
Tel: (24) 2292-9700
<http://www.cefet-rj.br>

2 APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o resultado de um processo de planejamento coletivo. Nele encontra-se detalhado o Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ, *campus* Petrópolis. Sua elaboração constitui mais uma iniciativa institucional voltada para a elevação dos níveis de qualidade da formação de profissionais no contexto do estado do Rio de Janeiro, desenvolvida no sentido de colaborar com as políticas nacionais de educação estabelecidas pelo Ministério da Educação no Brasil.

Em virtude da escassa oferta de cursos públicos de graduação na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, paralela à notória demanda por profissionais para atuar no novo, complexo e promissor mercado de trabalho em turismo, o *campus* Petrópolis dá um passo importante ao implantar o Curso Bacharelado em Turismo, o qual permitirá a formação de profissionais diferenciados para atuar nesse setor.

Por meio dele, este *campus* consolida seu compromisso com a oferta de serviços educacionais de qualidade, colaborando para o cumprimento da missão institucional do Cefet/RJ.

O presente Projeto Pedagógico tem como referência as diretrizes e os instrumentos orientadores da educação superior elaborados pelo Conselho Nacional de Educação e seus órgãos adjacentes e foi concebido em consonância com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Cefet/RJ para o período de 2015 a 2019 e segue as orientações legais referentes à formação profissional contidas nos seguintes documentos:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN).
- Parecer CNE/CES nº 776, 3/12/1997, que orienta sobre as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação.
- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- Parecer CNE/CES nº 67, 11/3/2003, que aprova Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN - dos Cursos de Graduação e propõe a revogação do ato homologatório do Parecer CNE/CES 146/2002.
- Parecer CNE/CES nº 108, 7/5/2003, que determina a duração de cursos presenciais de Bacharelado.

- Parecer CNE/CES nº 0288/2003, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, Bacharelado.
- Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que instituem o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
- Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Parecer CNE/CES nº 329, 11/11/2004, que define carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial (aguardando homologação).
- Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia e, optativamente, nos demais cursos de educação superior.
- Parecer CNE/CES nº 184, 7/7/2006, que retifica o Parecer CNE/CES nº. 329/2004, referente à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, Bacharelado.
- Parecer CNE/CES nº 8, 31/1/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Resolução CNE/CES nº 2, de 18/6/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Resolução nº01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
- Parecer CNE/CP nº 8 de 6 de março de 2012, que trata as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

- Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

O curso segue ainda as orientações contidas nos seguintes dispositivos:

- Artigos 205, 206 e 208 da CF/88, Decretos nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e Portaria nº 3.284/2003, que dispõem sobre as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- ABNT NBR 9.050, que institui normas de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, de 2015.

Fundamentado nos documentos acima mencionados, o Curso Bacharelado em Turismo do *campus* Petrópolis pretende colaborar na consolidação das diretrizes, objetivos e metas do PNE, no que tange à expansão quantitativa e qualitativa da educação superior.

Nesse momento, em que o Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Turismo do *campus* Petrópolis é apresentado, ressalta-se que sua elaboração foi possível graças à oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do referido *campus* desde o início de seu funcionamento, em 2008.

3 INSTITUIÇÃO

3.1 Histórico

A construção histórica e social desta Instituição, de origem centenária, tem se operado na dinâmica do desenvolvimento do país, de forma coetânea com as demandas educacionais, crescentes em número e níveis de escolaridade. Atua da educação profissional técnica de nível médio à pós-graduação *stricto sensu*, desenvolvendo, com qualidade crescente, o ensino, a pesquisa e a extensão como ações intencionais, e assumindo, destacadamente, a Tecnologia como objeto de interesse filosófico e científico.

Situada no Rio de Janeiro, cidade que foi a capital da República até 1960, a Instituição teve sua vocação definida a partir de 1917, quando, criada a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás pela Prefeitura do Distrito Federal – o início da trajetória –, recebeu a incumbência de formar professores, mestres e contramestres para o ensino profissional. Em 1919, a Escola Normal passou à jurisdição do Governo Federal e, em 1937, ao se reformular a estrutura do então Ministério da Educação, foi transformada em liceu destinado ao ensino profissional de todos os ramos e graus, como aconteceu às Escolas de Aprendizes Artífices, que, criadas nas capitais dos Estados, por decreto presidencial de 1909, para proporcionar ensino profissional primário e gratuito, eram mantidas pela União.

Naquele ano de 1937, tinha sido aprovado o plano de construção do liceu profissional que substituiria a Escola Normal de Artes e Ofícios. Antes, porém, que o liceu fosse inaugurado, sua denominação foi mudada, passando a chamar-se Escola Técnica Nacional, consoante ao espírito da Lei Orgânica do Ensino Industrial, promulgada em 30 de janeiro de 1942. A essa Escola, instituída pelo Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, coube ministrar cursos de 1º ciclo (industriais e de mestria) e de 2º ciclo (técnicos e pedagógicos).

Com a autonomia administrativa trazida pelo Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959, a Escola Técnica Nacional passou, gradativamente, a extinguir os cursos de 1º ciclo e atuar na formação exclusiva de técnicos. Em 1966, foram implantados os cursos de Engenharia de Operação, introduzindo-se, assim, a formação de profissionais para a indústria em cursos de nível superior de curta duração. Os cursos eram realizados em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, para efeito de colaboração do corpo docente e

expedição de diplomas. A necessidade de preparação de professores para as disciplinas específicas dos cursos técnicos e dos cursos de Engenharia de Operação levou, em 1971, à criação do Centro de Treinamento de Professores, funcionando em convênio com o Centro de Treinamento do Estado da Guanabara (CETEG) e o Centro Nacional de Formação Profissional (CENAFOR).

Durante esse período, a Escola recebeu outras designações: Escola Técnica Federal da Guanabara, em 1965, pela identificação com a denominação do respectivo estado; Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca, em 1967, como homenagem póstuma ao primeiro Diretor escolhido a partir de uma lista tríplice composta pelos votos dos docentes. Finalmente, a transformação de Escola Técnica Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica dá-se pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.

Desde essa data, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ – passou a ter objetivos conferidos a instituições de educação superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar. Com efeito, desde 1978, o Centro passou a ofertar cursos de graduação em Engenharia Industrial e, a partir de 1992, programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. O Regimento Interno do Cefet/RJ foi aprovado pelo MEC através de sua Portaria nº 04, de 09 de janeiro de 1984 (BRASIL, 1984). O Estatuto do Cefet/RJ foi atualizado e publicado oficialmente no D.O.U. através da Portaria nº 3.796, de 1º de novembro de 2005 (BRASIL, 2005).

Com sede localizada na cidade do Rio de Janeiro, o Cefet/RJ vem traçando uma trajetória de reconhecimento social da antiga Escola Técnica no que diz respeito não somente a uma expansão acadêmica de qualidade, mas também à ampliação de sua estrutura física. Atualmente, conta com oito *campi*, a saber: Maracanã, Maria da Graça, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Petrópolis, Angra dos Reis, Itaguaí e Valença.

No sistema *multicampi* são oferecidos cursos regulares de educação profissional técnica integrada ao ensino médio e de graduação, atendendo a mais de 13.000 alunos/ano, além de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* e de extensão. Somam-se a esses, cursos oferecidos sob a forma de atividades presenciais, programas e projetos na modalidade de educação a distância.

São oito os programas de pós-graduação *stricto sensu* - em Engenharia de Produção e Sistemas; Ensino de Ciências e Matemática; Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais; Engenharia Elétrica; Ciência, Tecnologia e Educação; Relações Étnico-Raciais; Instrumentação e Óptica Aplicada e Filosofia e Ensino, totalizando sete cursos de mestrado e quatro cursos de doutorado.

A Instituição insere-se no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e, no âmbito interno da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, mantém um Banco de Projetos de Pesquisa, com projetos oficialmente cadastrados, que abrangem atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa e nos programas de pós-graduação, alguns deles com financiamento do CNPq, da FINEP, da CAPES, da FAPERJ, entre outras agências de fomento. Programas institucionais de iniciação científica beneficiam, respectivamente, os cursos de graduação e os de nível de educação básica, aí compreendidos o ensino médio e os cursos técnicos.

Como instituição de educação superior, o Cefet/RJ desafiou-se a estabelecer convênios de intercâmbio técnico-científico, passando a interagir com universidades e instituições de pesquisa nacionais e, também, com instituições estrangeiras. Há anos, acordos bilaterais vêm contribuindo para a formação de discentes e aperfeiçoamento de docentes, mediante projetos integrados de ensino e atividades de pesquisa e desenvolvimento, com apoio financeiro da CAPES, CNPq, DAAD, FIPSE e outras agências.

A evolução institucional correspondeu à progressiva e significativa elevação dos níveis de qualificação e aperfeiçoamento dos recursos humanos. Constituído o quadro docente por professores das duas carreiras – do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), e do Magistério Superior (MS) – os perfis de titulação acadêmica e de regime de trabalho se equivalem aos patamares exigidos das universidades.

O Cefet/RJ, junto com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e as Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais, constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, continua a reconhecer-se como instituição dedicada à formação de profissionais habilitados a aplicar conhecimentos técnicos e científicos às atividades de produção e serviços, sem perder de vista a dinâmica social do desenvolvimento, informação esta descrita no quadro abaixo.

	Suporte e Manutenção	X							
	Telecom.	X	X		X				
	Redes e Telecom.	X							
Infraestrutura	Portos						X		
Produção Alimentícia	Alimentos								X
Segurança	Segurança do Trabalho	X		X					
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Guia de Turismo	X							
SUPERIORES DE TECNOLOGIA									
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Gestão de Turismo					X			
BACHARELADO									
Administração		X							X
Ciência da Computação		X							
Engenharia Ambiental		X							
Engenharia Civil		X							
Engenharia de Alimentos									X
Engenharia de Computação					X				
Engenharia de Controle e Automação		X	X						
Engenharia de Produção		X	X				X		
Engenharia de Telecomunicações		X							
Engenharia Elétrica		X				X		X	
Engenharia Eletrônica		X							
Engenharia Mecânica		X	X				X	X	
Engenharia Metalúrgica								X	
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais		X							
Sistemas de Informação						X			
Turismo					X				
LICENCIATURA									
Física					X	X			
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU									
Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação		X							
Mestrado em Ciência da Computação		X							
Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas		X							
Mestrado em Engenharia Elétrica		X							
Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais		X							
Mestrado em Relações Étnico-		X							

Raciais								
Mestrado Profissional em Filosofia e Ensino	X							
Doutorado em Ciência, Tecnologia e Educação	X							
Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas	X							
Doutorado em Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais	X							
Doutorado em Instrumentação e Óptica Aplicada	X							

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do PDI do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2015, s.p.

3.2 Inserção regional

Os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) são autarquias federais que, vinculadas ao Ministério da Educação, detêm autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, com o objetivo de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão. Seus *campi* possuem sede própria, mas mantêm dependência administrativa, pedagógica e financeira em relação ao Cefet a que estão vinculados.

Ao atuar como instituição pública de ensino, comprometida com o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade, em favor de um país justo, capaz de promover o crescimento com geração de renda e redução das desigualdades, o Cefet/RJ tem presentes em seu plano de desenvolvimento os desafios de demandas formativas associadas a políticas de industrialização e comércio, infraestrutura econômica (energia, transportes, telecomunicações) e social (educação, saúde e saneamento), capacitação tecnológica, entre outras prioridades que se impõem ao desenvolvimento com alcance social.

Participando da política pública de Estado na área educacional, faz-se inerente à consecução dos objetivos viabilizadores da missão institucional o permanente (inter)agir reflexivo e crítico sobre projetos de desenvolvimento que se afiguram transformadores. Para tanto, por tratar-se de uma instituição de educação tecnológica, articulada, necessariamente, com instâncias de Governo, organizações do mundo produtivo e diferentes grupos sociais, são imprescindíveis à definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão do Cefet/RJ, as relações mantidas com o conjunto da sociedade.

No início desta segunda década do milênio, já há estudos que sinalizam referenciais de um novo ciclo de desenvolvimento brasileiro, a exemplo do empreendido pelo Conselho de

Desenvolvimento Econômico e Social (CDES¹) que elege democracia, liberdade, equidade, identidade nacional, sustentabilidade, respeito à diversidade sociocultural e soberania como valores que dão base à visão de futuro. Segundo análise do CDES:

O ciclo de desenvolvimento em curso no Brasil está sendo impulsionado pela consolidação da democracia e ampliação dos espaços de diálogo e participação; por políticas distributivas ancoradas numa visão de justiça social e de racionalidade econômica, pelo investimento nas pessoas por meio das políticas sociais universais e inclusivas; pelos investimentos em infraestruturas; por um sistema de financiamento público capaz de alavancar políticas de desenvolvimento; pela estabilidade macroeconômica e gradual incorporação das dimensões da sustentabilidade ambiental, econômica e social ao conjunto dos processos decisórios. (CDES, 2010, s/p)

Considerados os desafios e eixos propositivos da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, o CDES aponta como estratégias: consolidar o processo de expansão equânime do emprego e da renda, fortalecendo o mercado interno ancorado em um modo de produção, de consumo de massa e de distribuição sustentáveis; ampliar os investimentos inovativos e se inserir de forma ativa na economia internacional; fortalecer o protagonismo do País na governança global, influenciando nas negociações econômicas, na reforma financeira internacional, na reforma monetária e nas negociações políticas relevantes para a paz no mundo. A essas estratégias se articula um conjunto de desafios, uma vez que os avanços desse novo ciclo de desenvolvimento dependem da educação (tomada como eixo prioritário e estruturante); da transição para a economia do conhecimento e da sustentabilidade; da força da indústria, do comércio e do vasto potencial da agricultura, impulsionados pela infraestrutura adequada, pela inclusão produtiva e pelas políticas sociais; de um Estado democrático e indutor do desenvolvimento econômico, social, político, ambiental e cultural.

É incontestável que, na área educacional, terá de se levar em conta e fazer progredir – com qualidade social e sustentabilidade de política pública de Estado – os esforços empreendidos pelo Governo da República com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que trouxe um grande número de ações e programas da educação infantil à pós-graduação, incluindo-se aí, citadas as orientações que mais de perto dizem respeito ao âmbito

¹Criado pela Lei nº 10.683/03, o CDES assessorava o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, e aprecia propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade. Sua composição, ampla e plural, congrega trabalhadores, empresários, movimentos sociais, governo e lideranças expressivas de diversos setores.

da atuação deste Cefet, a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e a reestruturação e expansão das universidades federais.

Foi no viés dessa expansão que, desde a introdução do PDI 2005-2009, a Instituição cresceu potencialmente na perspectiva de interiorização das atividades acadêmicas que dão cumprimento à sua missão. Quando instituído aquele PDI, a diretriz “Implementação do Sistema *Multicampi*” assinalava a existência de apenas uma Unidade de Ensino Descentralizada, a UnED Nova Iguaçu, e o pleito de transformação do *Campus* Maria da Graça em Unidade de Ensino. A adesão ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica levou à atual constituição do Sistema: a Unidade-sede (Maracanã), sete Unidades de Ensino Descentralizadas, saber: Nova Iguaçu, Maria da Graça, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Valença e Angra dos Reis. Desse modo, o Cefet/RJ vivencia a oportunidade de alargar sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social da região e do país.

Subsidiado por sua trajetória histórica e com visão de futuro, o Cefet/RJ reafirma a intenção de ter sua institucionalidade reconhecida como de Universidade Tecnológica, a fim de garantir, assim, condições de continuar a ministrar ensino verticalizado da educação profissional em nível de educação básica à educação superior de graduação e pós-graduação, desenvolver pesquisa e promover atividades de extensão ao alcançar, em sua inserção regional mediante atuação *multicampi*, mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro.

No exercício cotidiano de sua atuação, tal intenção implica na continuação das seguintes atividades:

- investir permanentemente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, levando em consideração o contexto de desenvolvimento e as demandas apontadas no diálogo com atores sociais e debatidas com a comunidade interna;
- integrar os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, priorizando projetos e programas de maior impacto acadêmico e social para a região e para o país;
- participar de ações de cooperação interinstitucional nos contextos regional, nacional e internacional, visando a projetos de interesse de formação discente e aperfeiçoamento docente;
- buscar apoio de agências de fomento e centros de P&D para o desenvolvimento de projetos voltados ao avanço do conhecimento e comprometidos com a relevância

social da produção científico-tecnológica, participando do esforço de inovação;

- fortalecer a integração com o setor produtivo em geral e, em especial, com as empresas públicas e privadas que atuam em projetos estratégicos para o desenvolvimento nacional, favorecendo a formação teórico-prática nas atividades curriculares dos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação;
- interiorizar as atividades acadêmicas mediante novos recursos e modalidades, como a educação a distância, buscando desenvolver formas de atendimento educacional que, além de superar limites de espaço e tempo, promovam acesso à comunicação e informação, e alcancem desafios de aprendizagem na contemporaneidade;
- integrar atividades de extensão na formação dos profissionais da área tecnológica, promovendo oportunidades de vivência cidadã em uma realidade desigual e, ao mesmo tempo diversa, que precisa ter reconhecido seu potencial nas soluções de desenvolvimento.

3.3 Campus Petrópolis

O *campus* Petrópolis tem sua história inserida no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal, que prevê a expansão da Rede Federal de Ensino, com a criação de uma escola técnica em cada cidade-polo do país. O *campus* Petrópolis é o 200º *campus* da Rede e tem como parceiros estratégicos públicos o Governo Federal, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Petrópolis.

Com a contrapartida da Prefeitura Municipal de Petrópolis, que respondeu à chamada pública que lançou o edital de Projetos de Apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, da SETEC/MEC, foi inaugurado, em 13 de setembro de 2008, como uma das escolas orientadas pelo conceito de cidade-polo, que, tendo como referência o conjunto de municípios de mesorregiões, visa aproveitar o potencial de desenvolvimento, a proximidade com Arranjos Produtivos Locais (APL), a possibilidade de parcerias e a infraestrutura existente.

A autorização para seu funcionamento foi dada pela Portaria nº 704 de 09 de junho de 2008 (Anexo I), a qual levou em consideração a existência de crescente carência de mão-de-obra especializada nas diversas áreas do saber, a necessidade de promover a educação

profissional de qualidade nos diferentes níveis e, ainda, a necessidade de proporcionar maior desenvolvimento à região atendida pelo *campus*.

O *campus* Petrópolis iniciou suas atividades em 18 de agosto de 2008 com os seguintes cursos: Curso Técnico em Telecomunicações – TV Digital e Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Turismo e Licenciatura em Física, tendo a cerimônia solene de inauguração ocorrida em 13 de setembro do mesmo ano.

O *campus* oferece, atualmente, o curso técnico em Telecomunicações Integrado ao Ensino Médio e os cursos de graduação em Engenharia de Computação, Bacharelado em Turismo e Licenciatura em Física.

Localizado no Centro Histórico de Petrópolis, à Rua do Imperador, destinando-se a ser mais um *campus* a assumir a missão institucional do Cefet/RJ: promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade.

Tendo o título oficial de “Cidade Imperial”, Petrópolis foi fundada como colônia agrícola por iniciativa de Dom Pedro II, que construiu no local o palácio de veraneio da Família Real. Durante seu reinado, a Corte se mudava para Petrópolis durante o verão, o que deu à cidade grande projeção na época do Segundo Reinado. Com o advento da República, Petrópolis perdeu parte de seu prestígio, mas continuou a servir de refúgio para o descanso de verão de diversos presidentes brasileiros, em especial Getúlio Vargas.

O Cefet/RJ *campus* Petrópolis ocupa um prédio dos primeiros anos da República. Construído em 1894, quando a cidade é capital do Estado do Rio de Janeiro, para ser o Palácio da Justiça, sua fachada foi símbolo do poder judiciário regional até 2006. Antes de sua construção, o local já fazia parte da planta original da colônia agrícola idealizada por Júlio Koeler e nele foram recebidos os primeiros colonos alemães que participariam da realização do projeto urbano. Ao longo de sua história, o prédio também abrigou o quartel de polícia, o corpo de bombeiros, a coletoria estadual e até um provisório hospital de indigentes, persistindo na percepção dos petropolitanos como um prédio público, caráter que se reafirma com a presença da instituição de ensino. Após a transferência da capital federal para a cidade de Brasília, a importância de Petrópolis no contexto político do Brasil foi reduzida.

Contudo, além da influência da presença da Corte Imperial, do período que sedia a Capital do Estado do Rio de Janeiro (1894-1904) e dos verões presidenciais até 1960, Petrópolis recebe ao longo do tempo famílias alemães, bem como imigrantes açorianos, japoneses, portugueses e italianos. A diversidade de influências culturais é um dos atrativos turísticos da cidade, refletindo-se na arquitetura, na culinária e na realização de festas típicas. Assim, os principais atrativos turísticos de Petrópolis são relacionados à história e ao patrimônio arquitetônico. Nesse sentido, merece destaque o Museu Imperial, antiga casa de veraneio da Família Real que abriga um dos principais acervos do Brasil. Entre os pontos turísticos mais visitados encontram-se também a Casa de Santos Dumont, a Catedral de São Pedro de Alcântara, o Palácio de Cristal e o Palácio Quitandinha.

Além da influência dos tempos imperiais, Petrópolis recebeu famílias de agricultores alemães, bem como imigrantes açorianos e italianos. A diversidade de influências culturais é um dos atrativos turísticos da cidade, refletindo-se na arquitetura, na culinária e na realização de festas típicas.

Petrópolis está dividida em cinco distritos, que se subdividem em bairros menores.

- Petrópolis, distrito sede;
- Cascatinha, 2º distrito;
- Itaipava, 3º distrito;
- Pedro do Rio, 4º distrito;
- Posse, 5º distrito.

Situada no estado do Rio de Janeiro, na Região Serrana, a cidade de Petrópolis encontra-se a 68 km da capital. Ocupa uma área de 796,80 km² e tem uma população de 295.917 habitantes (IBGE, 2016). Petrópolis tem localização privilegiada, com fácil acesso às capitais da Região Sudeste. A cidade faz fronteira com os municípios de Areal, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis. O acesso a Petrópolis é feito pelas rodovias BR-040, RJ-107 e BR-495. Localizada no conjunto montanhoso da Serra dos Órgãos, a 845 metros de altitude média, Petrópolis apresenta um clima ameno, que ajuda a caracterizar a cidade como uma das mais importantes estâncias turísticas do Brasil.

A economia de Petrópolis é baseada no turismo (histórico e cultural) e no setor de serviços. Também merece destaque o comércio de roupas, fabricação de chocolate e cerveja,

sobretudo nos polos da Rua Teresa e Itaipava, que atraem compradores (atacadistas e varejistas) de todo o país.

Atualmente com um PIB de R\$ 7,1 bilhões, a cidade possui o 9º maior PIB do estado. Também merecem destaque o polo moveleiro do Bingen e polo têxtil na mesma região que abriga a rodoviária e passará a ser a principal via de entrada da cidade após a duplicação da serra ser concluída.

O setor de serviços, em especial o de turismo, representa importante canal de acesso a recursos financeiros para o empresariado, assim como para o poder público local, pois, de acordo com o Plano Petrópolis Imperial (PETRÓPOLIS, 2010, p. 28), “o perfil da cidade aponta atualmente para o desenvolvimento da atividade turística e do estudo, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de ponta”. Sendo assim, o investimento em equipamentos que favoreçam o turismo na região significa não só um incentivo a um setor, mas também um plano de crescimento econômico sustentável para toda a cidade.

Sua posição estratégica e seu potencial de desenvolvimento contribuíram significativamente para a criação do *campus*. Caracterizada como cidade-polo, Petrópolis constitui uma referência para um conjunto de municípios – mesorregiões – em um raio de 50 km, atendendo à demanda educacional do interior do estado, um dos critérios fundamentais definidos no Plano de Expansão da Rede Federal de Ensino.

Além de suas características históricas, Petrópolis também é reconhecida pelo desenvolvimento na área tecnológica, como fruto de investimentos relacionados ao movimento Petrópolis Tecnópolis que, tendo como objetivo promover o desenvolvimento social e econômico da região, tem atraído empresas e instituições de base tecnológica para a cidade. Quanto a esse aspecto, é importante mencionar que Petrópolis constitui a sede do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.

A cidade destaca-se também no campo da educação, por sua tradição em abrigar renomadas instituições de ensino, tanto públicas, como privadas, sendo muitas vezes reconhecida pela qualidade da formação oferecida nos níveis de educação básica e superior. Seu clima ameno e a qualidade de vida que oferece colaboram para que Petrópolis seja vista como uma cidade com enorme potencial educativo.

3.4 Filosofia, princípios e missão

O Cefet/RJ, autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Educação, no espírito da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, tem por finalidade o oferecimento de educação tecnológica. Configura-se, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como instituição de ensino superior pluricurricular, especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

Observadas a finalidade e as características atribuídas aos Centros Federais de Educação Tecnológica e a responsabilidade social de que essas se revestem, o Cefet/RJ continua a assumir como missão institucional:

Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade (Cefet/RJ, 2015, p.18).

Corresponde à filosofia orientadora da ação no Cefet/RJ compreender essa instituição educacional como um espaço público de formação humana, científica e tecnológica. Além disso, deve compreender que:

- todos os servidores são responsáveis por esse espaço e nele educam e se educam permanentemente;
- os alunos são corresponsáveis por esse espaço e nele têm direito às ações educacionais qualificadas que ao Centro cabe oferecer;
- a convivência, em um mesmo espaço acadêmico, de cursos de diferentes níveis de ensino e de atividades de pesquisa e extensão compõe a dimensão formadora dos profissionais preparados pelo Centro (técnicos, tecnólogos, engenheiros, administradores e outros bacharéis, docentes, mestres, doutores), ao mesmo tempo em que o desafia a avançar no campo da concepção e da realização da educação tecnológica.

A filosofia institucional se expressa, ainda, nos princípios norteadores do seu Projeto Pedagógico, documento (re)construído com a participação dos segmentos da comunidade

interna (servidores e alunos) e representantes dos segmentos produtivo e outros da sociedade. Integram tais princípios:

- defesa das condições garantidoras de qualidade social para a educação pública viabilizada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em sua diversidade institucional;
- reafirmação da identidade institucional vinculada à formação de profissionais de diferentes níveis no projeto de transformação de Centro Federal de Educação Tecnológica em Universidade Federal de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro;
- adoção de projetos de verticalização e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, da educação básica à pós-graduação, como característica metodológica de formação na área tecnológica;
- consolidação de políticas de ensino, pesquisa e extensão que, compromissadas com o desenvolvimento nacional e regional, a disseminação e produção de conhecimento, a formação de pessoas, e a responsabilidade social e ética continuem a legitimar a atuação institucional junto à sociedade;
- preservação e sustentação da autonomia institucional definida em lei;
- aperfeiçoamento permanente dos processos de gestão democrática e descentralização gerencial nas instâncias acadêmicas e administrativas, mediante adoção de estruturas colegiadas, mecanismos de participação de todos os segmentos da comunidade interna,
- socialização de informações e transparência na utilização de recursos;
- observância de aspectos inerentes ao caráter público e de identidade formadora da Instituição: valorização do ser humano e do trabalho; respeito à pluralidade e divergências de ideias, sem discriminação de qualquer natureza; adesão à tecnologia a serviço da promoção humana; compromisso social; diálogo constante e parcerias com instituições/entidades representativas da sociedade; responsabilidade funcional e ética.

3.5 Objetivos

Orientados pela legislação vigente, constituem objetivos prioritários do Cefet/RJ:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- realizar pesquisa, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

3.6 Gestão acadêmica

A administração do Cefet/RJ encontra-se estruturada da seguinte forma, de acordo com o que prevê o artigo 6º do Estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 3.796, de 1º de novembro de 2005:

Art. 6º A estrutura do Cefet/RJ compreende:

I. órgão colegiado: Conselho Diretor

II. órgãos executivos:

a) Diretoria-Geral;

1. Vice-Diretoria-Geral;
2. Assessorias Especiais;
3. Gabinete.

b) Diretorias dos Campi:

c) Diretorias Sistêmicas:

1. Diretoria de Administração e Planejamento;
2. Diretoria de Ensino;
3. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
4. Diretoria de Extensão;

5. Diretoria de Gestão Estratégica.
III. órgão de controle: Auditoria Interna (BRASIL, 2005)

Ao Conselho Diretor (CODIR), órgão deliberativo e consultivo da administração superior do Centro, compete, entre outras atribuições, estabelecer a política geral da Instituição, deliberando sobre planos administrativo, econômico-financeiro e de ensino, pesquisa e extensão, por meio de resoluções. Formado por dez membros, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Educação, tem como Presidente o Diretor-Geral e, ademais, representação dos docentes do ensino básico, técnico e tecnológico e do magistério superior, dos servidores técnico-administrativos, dos discentes e do Ministério da Educação, da Federação da Indústria, da Federação do Comércio, da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca e dos ex-alunos.

Em nível sistêmico, compõem instâncias de decisão colegiada:

- Conselho Diretor
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)
- Conselho de Ensino (CONEN)
- Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP)
- Conselho de Extensão (CONEX)
- Conselho Departamental (CONDEP)
- Conselho do Departamento de Ensino Médio e Técnico (CONDMET)

Por fim, cabe salientar que cada *campus* apresenta um Conselho responsável pelas decisões operacionais locais.

Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão colegiado autônomo, compete deliberar e normatizar o que concerne a essas atividades acadêmicas do Centro, cabendo-lhe, entre outras atribuições, elaborar e encaminhar a Política Institucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvidas as propostas dos respectivos conselhos especializados, para homologação do Conselho Diretor. Integram o CEPE: o Diretor-Geral, que o preside; os Diretores Sistêmicos; os Diretores dos *campi* de Ensino; representantes do Conselho de Ensino, do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação e do Conselho de Extensão, eleitos por seus pares, e representantes discentes desses Conselhos; representantes dos docentes e dos técnico-administrativos, eleitos pela comunidade interna.

Em cada *campus*, compõem instâncias de decisão colegiada as Coordenações de Curso, os Departamentos Acadêmicos, as Coordenadorias de Programas de Pós-Graduação e o Conselho do *Campus* (CONPUS). A esses Colegiados compete a coordenação didática de cada curso – de ensino médio e educação profissional técnica de nível médio, de graduação e de pós-graduação – cabendo-lhes, entre outras atribuições: orientar e coordenar as atividades do curso, propondo aos competentes departamentos a indicação ou substituição de docentes; elaborar o currículo do curso, com indicação de ementas, créditos e pré-requisitos das atividades acadêmicas curriculares que o compõem e referendar os programas dessas atividades; decidir questões relacionadas à matrícula, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como de representações e recursos contra matéria didática, obedecida a legislação pertinente; coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso.

O CONPUS é o órgão colegiado máximo competente para deliberar e normatizar sobre as atividades de Ensino, de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, a serem desenvolvidas em âmbito local pelos *campi* que integram ou venham a integrar o Sistema Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ, em função da realidade, possibilidades e potencialidades nas quais determinado *campus* está localizado.

A composição do CONPUS segue os ditames da Resolução nº 47/2015, de 25 de setembro de 2015, exarada pelo Presidente do Conselho Diretor – CODIR – do Cefet/RJ, tendo sua constituição sendo feita por membros natos e membros eleitos por seus pares, a saber:

I – Membros natos:

- a) Diretor do *Campus*, que preside o CONPUS;
- b) Gerente Acadêmico;
- c) Gerente Administrativo;
- d) Coordenadores de Curso.

II – Membros eleitos por seus pares:

- a) dois representantes docentes;
- b) dois representantes administrativos;
- c) um representante da extensão;
- d) um representante da pesquisa;

- e) um aluno representante do nível médio e técnico;
- f) um aluno representante da graduação;
- g) um aluno representante da pós-graduação.

Os conselheiros que constituem o corpo de Membros Eleitos possuem o mandato de 04 (quatro) anos, admitindo-se apenas uma recondução consecutiva, segundo os ditames da Resolução nº 47/2015.

A existência de tal espaço democrático de participação social junto à gestão do *campus* Petrópolis faz com que haja o planejamento de projetos e ações de forma conjunta e envolvendo todos os atores (membros do CONPUS) na tomada de decisão, e levando em consideração todos os pontos de vista convergentes e/ou divergentes das propostas encaminhadas.

Ressalta-se que a forma de deliberação do CONPUS é igualitária, ou seja, todos os conselheiros natos e eleitos possuem voz e direito de voto da mesma forma e valor, não havendo pesos diferenciados.

O CONPUS desde a sua implantação na gestão do *campus* Petrópolis vem se mostrando enquanto arena democrática para a apresentação e socialização de problemas institucionais e que de forma conjunta e solidária os diferentes membros atuam na construção de políticas locais, seja na constituição de Comissões Especiais dedicadas ao estudo de determinada matéria/objeto submetido à plenária do Conselho, seja na deliberação de resoluções próprias para o *campus*.

As reuniões seguem os ritos estabelecidos na Resolução nº 47/2015, tendo como a realização de 06 (seis) reuniões ordinárias por ano, de acordo com calendário próprio apresentado pelo Presidente do CONPUS e votado pelos membros.

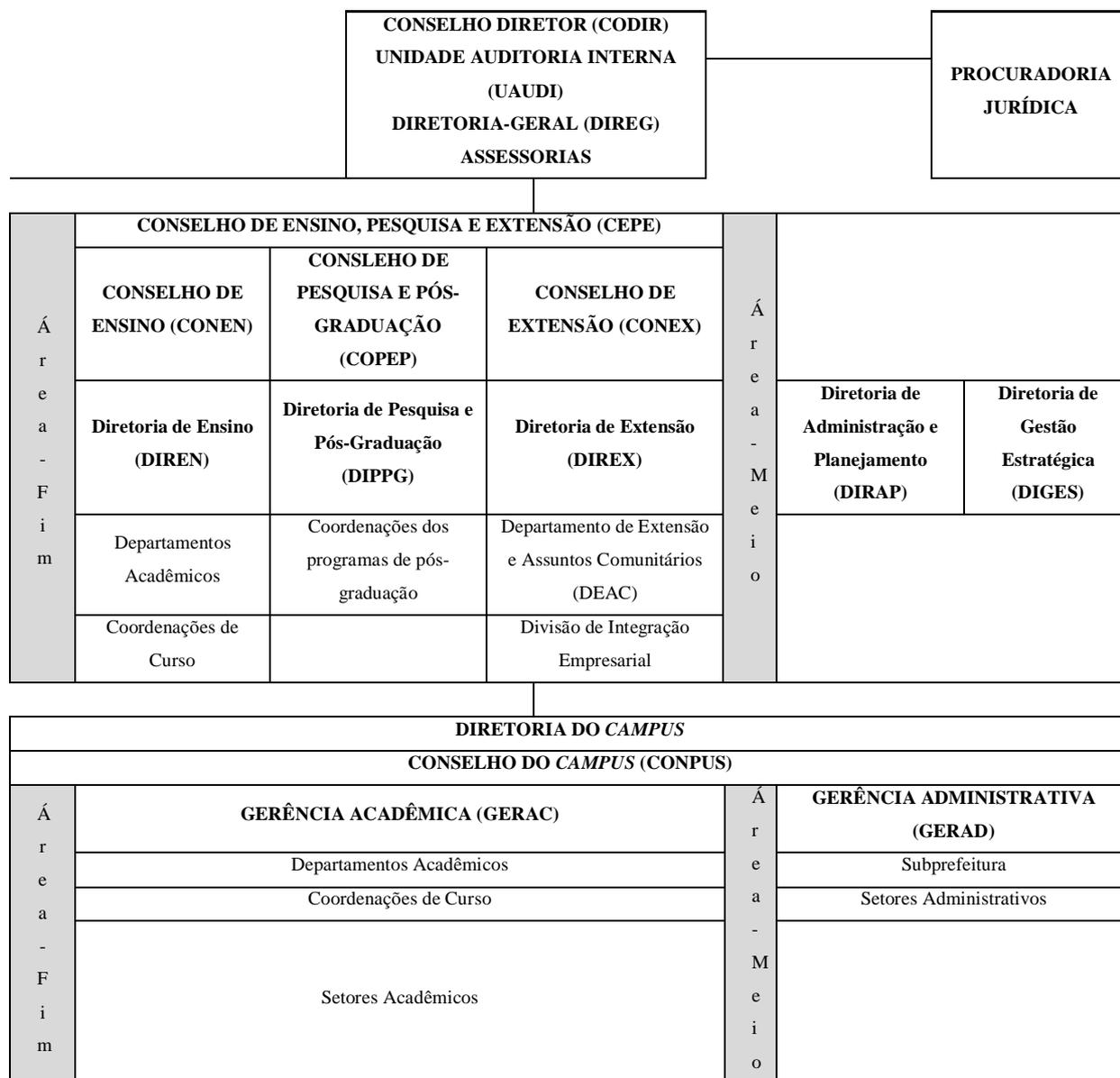
Para continuidade de determinados temas/assuntos apresentados pela pauta das reuniões ordinárias do CONPUS é possível que sejam agendadas e realizadas reuniões extraordinárias, visando a continuidade das discussões, assim como a busca por soluções institucionais e locais tendo em vista a efetividade e eficácia.

É com o empenho de todos os membros do CONPUS, atuando e participando da execução, acompanhamento e avaliação da gestão do *campus* é que haverá o cumprimento efetivo e competente da função social de educação, além da missão institucional do Cefet/RJ que é promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e

tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade.

Assim sendo, o CONPUS – Petrópolis se estabelece enquanto um espaço participativo, dialógico e deliberativo para o acompanhamento das ações de planejamento e gestão do *campus* Petrópolis.

No âmbito dos *campi* do interior, a gestão administrativa e pedagógica dos cursos de ensino superior obedece a um organograma específico. Vinculadas à Direção de *campus*, existem as Gerências Administrativa (GERAD) e Acadêmica (GERAC) as quais têm, sob sua responsabilidade, respectivamente, a gestão dos aspectos administrativos e de infraestrutura e a gestão dos processos acadêmicos dos cursos, dos serviços de secretaria, de atendimento sócio educacional e de biblioteca. Em cada curso, um membro do corpo docente é escolhido para designar a função de coordenação. Ao coordenador compete às atribuições relativas ao planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, as quais devem ser realizadas considerando o princípio de uma gestão democrática. O Quadro 3 apresenta o organograma organizacional do Cefet/RJ.

Quadro 3: Organograma organizacional geral do Cefet/RJ

Fonte: PDI do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2015, s.p.

4. ORGANIZAÇÃO DO CURSO BACHARELADO EM TURISMO

4.1 Concepção do curso

Em Audiência Pública realizada na cidade de Petrópolis no dia 08 de novembro de 2007, a partir de Convocação publicada no Diário Oficial daquele município, em 02 de novembro de 2007, em atendimento à Chamada Pública nº 001/2007 do MEC (Plano de expansão da Rede Federal de Ensino Tecnológico), a sociedade civil, ali representada, manifestou o desejo de que o município, face à sua tradição cultural, pudesse vir a ser contemplado com um Curso Superior em Turismo. Existe, no município, uma comprovada raiz nessa área, intimamente ligada à própria história do Brasil e atestada pela presença de museus com elevada taxa de visitação, bem como por sua inclusão, pelo Ministério do Turismo, na relação dos 65 polos indutores de turismo no Brasil. Tais aspectos apontam para a sua vocação como liderança na formação de uma mão de obra qualificada e diversificada em turismo, capaz não só de fixar-se na região, como também de maximizar a geração de emprego e renda, na busca por um desenvolvimento sustentável.

Dada a opção do Cefet/RJ pela oferta de Cursos Superiores de Tecnologia em suas Unidades de Ensino Descentralizadas, atualmente *campi*, programou-se o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo tanto na Unidade Petrópolis, quanto na Unidade Nova Friburgo, inauguradas simultaneamente no segundo semestre de 2008.

Ainda no ano de 2008, a Diretoria de Ensino do Cefet/RJ formalizou um grupo de trabalho composto por docentes da Coordenação do Curso Técnico em Turismo da Unidade Maracanã, a fim de elaborar o “Plano de Estruturação e Implantação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo” das Unidades Petrópolis e Nova Friburgo (Ato nº 01/08-DIREN, de 09 de junho de 2008). Esse plano inicial foi implementado a partir de agosto de 2008, visando à abertura dos cursos nas referidas unidades.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo nasce a partir da percepção de uma carência de programas de capacitação que atendessem às necessidades específicas do setor de turismo, em franco crescimento, apesar do potencial econômico e turístico de Petrópolis e das cidades vizinhas. Para muitas pessoas que já trabalhavam na área e desejavam aprofundar seus conhecimentos, as melhores opções estariam na cidade do Rio de Janeiro ou em cidades ainda mais distantes, o que inviabilizaria a capacitação.

Sendo o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo voltado para a qualificação em diversos setores de atuação no mercado turístico, sua oferta pelo Cefet/RJ em Petrópolis vai ao encontro de uma demanda crescente por profissionalização dos serviços turísticos na região, com foco na gestão de turismo nos setores público e privado. No entanto, a partir da consolidação do curso em questão, percebeu-se a necessidade de ampliar e aprofundar a formação profissional e acadêmica em Turismo, não se limitando a um olhar destinado às demandas tecnológicas, mas também abrangendo o aperfeiçoamento cultural e profissional dos discentes por meio de uma estrutura intelectual sistematizada em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Diante desse cenário, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo passou a discutir desde o ano de 2012 a possibilidade de ofertar o Bacharelado em Turismo. Para tanto, passou a analisar diferentes matrizes curriculares de cursos superiores de bacharelado em turismo examinando, de forma contextualizada, a oferta de disciplinas e as realidades locais. Tal processo conduziu à construção da nova matriz curricular e à proposição do presente Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Turismo.

No início do ano de 2014, a partir do cumprimento do Projeto de Desenvolvimento Institucional, o NDE do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo apresentou para o Conselho de Unidade – Petrópolis/RJ a proposição da descontinuidade do presente curso e o início da oferta do Curso Bacharelado em Turismo, proposição esta aceita em instância local e corroborada pelo Conselho Diretor do Cefet/RJ em reunião ocorrida abril de 2014.

A localização do município de Petrópolis e sua consolidação como destino turístico torna o Curso Bacharelado em Turismo atraente não só para a população local, mas também para moradores de outras cidades próximas. Essas características, somadas à oferta do referido curso, têm se refletido no interesse de empresários e trabalhadores do setor de turismo em se prepararem para o acolhimento de mais turistas e visitantes, no sentido de qualificar mão de obra, planejar e discutir soluções eficientes e inovadoras para o atendimento das demandas presente e futura.

Petrópolis se beneficia, portanto, com a oferta de um curso superior gratuito, que proporciona aos interessados no setor de turismo uma capacitação de qualidade para uma necessidade crescente de bons profissionais preparados para atuar em diferentes níveis, nos âmbitos público e privado.

Para tanto, tendo como base este PPC, fruto da construção coletiva, que tem como intuito orientar a formação de profissionais de turismo em Petrópolis, o Curso Bacharelado em Turismo busca contribuir não apenas para o desenvolvimento deste município, como também dos demais municípios pertencentes a essa mesorregião.

4.1.1 Turismo em Petrópolis

Os principais atrativos turísticos de Petrópolis são relacionados à história e ao patrimônio arquitetônico. Nesse sentido, merece destaque o Museu Imperial, antiga casa de veraneio da Família Real que abriga um dos principais acervos do Brasil. Entre os pontos turísticos mais visitados encontram-se também a Casa de Santos Dumont, a Catedral de São Pedro de Alcântara, o Palácio de Cristal e o Palácio Quitandinha.

Um dos grandes marcos do turismo na cidade foi a inauguração do Hotel Cassino Quitandinha, em 1944. Em dois anos de funcionamento, o Hotel recebeu milionários, atrizes, vedetes, políticos e muitas celebridades da época. Entretanto, com a proibição dos jogos de azar no Brasil, em 1946, o Hotel Quitandinha começou a entrar em decadência. Os apartamentos foram vendidos e hoje as áreas sociais são utilizadas para a realização de congressos, shows, feiras e outros eventos.

O Plano Imperial (PETRÓPOLIS, 2010) é um instrumento que visa a nortear o desenvolvimento e o crescimento do setor turístico na cidade de Petrópolis, elaborado por diversos atores sociais presentes na comunidade petropolitana, a saber: Conselho Municipal de Turismo, Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH) de Petrópolis, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) – Petrópolis, SEBRAE, entre outros órgãos representativos que possuem vinculação direta com a atividade turística.

O Plano Petrópolis Imperial (PETRÓPOLIS, 2010) lista quinze acontecimentos significativos para o “Produto Petrópolis” durante os últimos dez anos:

- 1) criação de leis de incentivo municipais para a iniciativa privada do trade turístico;
- 2) consolidação do Petrópolis *Convention&Visitors* Bureau (PC&VB), da ARTE (Associação dos Empresários e Amigos da Rua Teresa e Adjacências) e dos polos de compras (moveleiro e de moda) do bairro Bingen;
- 3) reurbanização de Itaipava e do Centro Histórico;
- 4) aplicação de sinalização viária e turística;
- 5) lançamento do espetáculo Som & Luz, no Museu Imperial;
- 6) criação de circuitos turísticos diversos;

- 7) consolidação da *Bauernfest*, festa típica alemã que ocorre anualmente na cidade;
- 8) abertura e revitalização de atrativos: Palácio Rio Negro, Torre da Catedral, Quitandinha, Theatro Municipal D. Pedro;
- 9) implantação de novos projetos turísticos;
- 10) construção de pátios e centros de informação turística;
- 11) inauguração da Praça 14 Bis;
- 12) estacionamento para ônibus turísticos no Centro Histórico;
- 13) capacitação da ronda turística para comunicação em inglês;
- 14) investimento em novos equipamentos turísticos pela iniciativa privada;
- 15) incentivo ao segmento do ecoturismo.

Ainda de acordo com o documento citado, Petrópolis se diferencia pela diversidade de atrativos histórico-culturais, aliados à sua riqueza natural e à oferta de opções de compras e gastronomia, capazes de atrair fluxos de outras regiões do país e até do exterior. A localização privilegiada do município facilita o recebimento de turistas de três importantes mercados emissores: as cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

A característica de cidade de veraneio, herdada do período imperial, persiste em Petrópolis, que possui um grande número de segundas residências, especialmente em Itaipava e Araras. O fluxo gerado por essa população flutuante garante movimento nos empreendimentos turísticos durante o ano todo.

Dados da Fundação de Cultura de Turismo de Petrópolis (2010) identificam treze segmentos da atividade turística que são desenvolvidos em Petrópolis, de acordo com as motivações que levam os visitantes a cada atrativo. Assim sendo, as seguintes formas de turismo são realizadas hoje na cidade:

- a) turismo histórico-cultural: Palácio de Cristal, Museu Casa de Santos Dumont, Museu Imperial, Catedral, Museu da FEB, Palácio Rio Negro, Casa do Colono, Orquidário Binott, Theatro D. Pedro, Casa da Princesa Isabel, Casa da Ipiranga, Praças Históricas, Natal de Luz (Natal Imperial), Festival de Inverno, Passeio de vitórias, Semana dos Museus, Som e Luz, circuito a pé, Circuito das Cervejarias;
- b) turismo de compras: polo Bingen, polo Itaipava, Feirinha de Itaipava, Rua Teresa, Feira de Antiguidade, Feira de Artesanato, Cerâmica Luís Salvador, Atelier Evandro, Hortomercado Municipal, Rua 16 de Março;
- c) turismo gastronômico: Petrópolis Gourmet, circuito enogastronômico, Serra *Wine*

Week;

- d) turismo de negócios, congressos e feiras: Expo Petrópolis, Festival de Tecnologia, Casar na Serra, Festejar, MasterCasa;
- e) Turismo eco-rural: Circuito do Brejal, Circuito do Taquaril, Circuito Araras - Videiras, Petrópolis Rural, circuito eco-rural Vale do Bonfim;
- f) turismo esportivo e de aventura: Parque Nacional da Serra dos Órgãos e suas áreas para caminhadas, trekking, banho em cachoeira e Travessia Petrópolis-Teresópolis; Parque Natural Municipal Padre Quinha; além da oferta no município de áreas para práticas como ciclismo (*mountain bike, speed, trail run*), corridas a pé, *off-road*, rapel, via ferrata, arvorismo, *trekking*, escalada, *canyoning*, cabo aéreo, cavalgada, observação de aves (*birdwatching*) e vôo livre;
- g) turismo religioso: Trono de Fátima, Catedral, Adorai;
- h) turismo étnico: Dança Folclórica Alemã, *Bauernfest*, Semana Italiana de Petrópolis, *Bunka-Sai*, Semana da Consciência Negra, Festa da Colônia Portuguesa no Caxambu(festa de Santa Izabel);
- i) turismo científico: Laboratório Nacional de Computação Científica e Palácio Itaboraí – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ);
- j) turismo pedagógico: Centro Histórico, Semana Nacional dos Museus.

Ainda assim, o projeto Economia da Experiência, do Ministério do Turismo, foi implantado recentemente na cidade, a partir do trabalho do GEEP – Grupo de Empreendedores da Economia da Experiência de Petrópolis. Atualmente são ofertados produtos turísticos baseados nos princípios teóricos de Gilmore e Pine (Economia da Experiência) e de Rolf Jensen (Sociedade dos Sonhos) em Petrópolis, tendo como pilar para estes produtos a história do Segundo Império Brasileiro e sua ligação com a construção de Petrópolis.

Os empreendimentos que participam do Tour da Experiência em Petrópolis segundo dados da Prefeitura Municipal de Petrópolis (2017) abarcam desde equipamentos de hospedagem, alimentos e bebidas, Museu Imperial, o Coral do Instituto dos Meninos Cantores de Petrópolis, como também outros atrativos turísticos privados, propiciando um novo campo de atrações e estudos para a atividade turística local.

Toda essa movimentação turística existente no município de Petrópolis faz com que seja registrada uma população flutuante, com cerca de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil)

visitantes/ano e 600.000 (seiscentos mil) turistas, que perfazem uma frequência média de 34.615 (trinta e quatro mil, seiscentos e quinze) turistas/visitantes por semana (PETRÓPOLIS, 2010).

A localização e a facilidade de acesso à cidade promovem o desenvolvimento de produtos turísticos integrados a outras cidades turísticas, como o Roteiro Serras Cariocas (integrando Petrópolis com Teresópolis e Nova Friburgo) e o Roteiro Serra Mar (integrando Petrópolis com Teresópolis, Nova Friburgo, Cabo Frio e Búzios), fazendo com que o fluxo de visitantes/turistas seja intensificado anualmente, de modo que o planejamento do turismo integrado a outras localidades contribua para a elevação da demanda turística no município (PETRÓPOLIS, 2010).

4.1.2 Breve análise do setor hoteleiro

O setor hoteleiro e de hospitalidade da cidade de Petrópolis segue o padrão de seus principais atrativos turísticos, prezando pelos elementos históricos e bucólicos na concepção e arquitetura dos empreendimentos.

A boa estrutura e o grande número de unidades hoteleiras disponíveis, destacando-se a presença de pousadas e hotéis de pequeno porte, permite que os profissionais locais qualificados sejam absorvidos por essa oferta de emprego existente.

A análise das tendências de diária e ocupação média dos hotéis da cidade pode corroborar o ponto de que a oferta, apesar da qualidade e quantidade, pode ser melhor trabalhada com a presença de profissionais qualificados e atualizados com as novas necessidades dos consumidores nacionais e internacionais:

- a diária média dos hotéis e pousadas se encontra na faixa de R\$ 295,55 por quarto, indo de R\$ 257,78 em hotéis a R\$ 514,50 em Resorts e SPAs;
- a ocupação das UHs ocorre de forma mais acentuada nos fins de semana e feriados, deixando os dias de semana com baixíssima ocupação, reflexo dos altos custos de diária e do turismo muito mais voltado ao lazer do que aos negócios;
- a diferença considerável nos níveis de ocupação entre os hotéis do centro histórico e os hotéis situados nos distritos demonstra predominância das reservas na região do Centro Histórico e bairros adjacentes;

- feriados, datas comemorativas e eventos municipais esgotam a oferta hoteleira metropolitana que alcança 100% de ocupação em algumas ocasiões, durante o calendário anual, formando demanda latente por leitos nesses momentos específicos.

Essa alta ocupação hoteleira, a consolidação da cidade de Petrópolis/RJ junto ao cenário dos 65 destinos indutores do turismo, pelo Ministério do Turismo, somadas à carência de profissionais com visões e posturas inovadoras, justificam a demanda de cursos e instituições de ensino voltados para o aprimoramento profissional na área de Turismo.

4.1.3 Realização de eventos em Petrópolis

A cidade de Petrópolis é um destino reconhecido para a realização de eventos científicos, culturais, corporativos, convenções, entre outros, principalmente por contar com uma rede de profissionais, empresas, hotéis e restaurantes de excelência. Apesar da boa estrutura para a realização de eventos, ainda faltam equipamentos específicos para o atendimento de demandas dos setores corporativo, social e esportivo. Além da oferta de espaços para a realização de eventos, os empresários dependem de mão-de-obra qualificada para prestar serviço de nível competitivo.

A cidade, por meio do *Petrópolis Convention e Visitors Bureau - Petrópolis/RJ*, conta com um cadastro de 19 prestadores de serviço de qualidade comprovada em diversos segmentos do processo de hospitalidade e eventos.

Entretanto, apesar de todos esses dados demonstrarem uma forte vocação da cidade de Petrópolis para a atividade turística, compreende-se que há carência de mão-de-obra qualificada para atuar nessa área, principalmente nos setores de planejamento, hotelaria e restauração (PETRÓPOLIS, 2010).

É importante ressaltar que Petrópolis conta com um calendário estruturado de eventos que garante uma boa ocupação tanto dos hotéis quanto dos espaços de eventos disponíveis na cidade. Na sua programação permanente de atividades se encontram: O Sarau Imperial, o espetáculo Som e Luz, Romaria ao Trono de Fátima, Serenatas mensais nos bairros e no Palácio de Cristal, danças tradicionais alemãs, Baile da Feliz Idade eo Festival Deguste.

4.1.4 Justificativa e pertinência do curso

Petrópolis e as cidades vizinhas possuem um grande potencial econômico e turístico, porém verifica-se a carência de programas de capacitação que atendam às necessidades específicas do setor de turismo, em franco crescimento, a nível regional. Para muitas pessoas que já trabalham na área e desejam aprofundar seus conhecimentos, as melhores opções estão na cidade do Rio de Janeiro ou em cidades ainda mais distantes, o que dificulta a realização da capacitação.

Sendo o Curso Bacharelado em Turismo voltado para a qualificação em diversos setores de atuação no mercado turístico, sua oferta pelo Cefet/RJ em Petrópolis vai ao encontro de uma demanda crescente por profissionalização dos serviços turísticos na região, com foco nos setores público e privado.

A localização da cidade de Petrópolis torna o Curso Bacharelado em Turismo atraente não só para a população local, mas também para moradores de outras cidades próximas.

Outro fator de atração do curso em questão está relacionado à consolidação da cidade de Petrópolis junto ao Programa Federal do Ministério do Turismo “65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional”, o qual é compreendido como processo de indução do desenvolvimento turístico regional tendo em vista os destinos possuírem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleos receptores e/ou distribuidores de fluxos turísticos.

Destaca-se neste sentido que Petrópolis/RJ pertence ao seleto grupo de municípios brasileiros que recebem continuamente capacitação, qualificação como também monitoramento e avaliação da atividade turística e devendo, para tanto, criar condições para que o turismo local/regional possa ser desenvolvido por meio de profissionais capacitados e com competências e habilidades necessárias para o aprimoramento do produto turístico local e regional.

Petrópolis se beneficia, portanto, com a oferta de um curso superior gratuito, que proporciona aos interessados no setor de turismo a capacitação de qualidade para uma demanda crescente de bons profissionais, preparados para a atuação em empreendimentos turísticos diversificados.

4.2 Projeto pedagógico

Para garantir o amplo e livre acesso às informações sobre o Curso, sua matriz curricular e seu corpo docente, os interessados poderão encontrar este documento bem como os outros relativos ao Curso na página específica da internet no sítio eletrônico oficial do Cefet/RJ destinada ao *campus* Petrópolis, conforme previsto na Lei nº13.168, de 6 de outubro de 2015 (BRASIL, 2015). A publicação dessas informações na página do Cefet/RJ será realizada pelo setor da instituição responsável por este serviço.

Especificamente, serão publicados com a periodicidade exigida pela Lei nº 13.168: (i) Grade do Curso com a lista de disciplinas e as suas respectivas cargas horárias; (ii) identificação dos docentes que ministrarão as aulas em cada curso; (iii) a lista de disciplinas oferecidas no respectivo semestre letivo, e suas modificações, quando estas ocorrem. As mesmas informações serão divulgadas em locais visíveis do *campus* e de fácil acesso ao público. Igualmente, cópias impressas do PPC do Curso estarão disponíveis na biblioteca e na secretaria acadêmica do *campus*.

4.2.1 Objetivos do curso

4.2.1.1 Objetivo geral

Formar profissionais críticos, capazes de contribuir para o desenvolvimento do turismo no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil, atuando na iniciativa privada, em órgãos públicos e em organizações do terceiro setor, bem como produzindo conhecimento em programas de pós-graduação, centros de pesquisa e instituições de formação profissional.

4.2.1.2 Objetivos específicos

O curso Bacharelado em Turismo visa proporcionar conhecimento que possibilite ao discente:

a) refletir sobre os contextos culturais, sociais, econômicos e ambientais em que a atividade turística se insere;

- b) contribuir para o desenvolvimento do campo do Turismo;
- c) atuar nos diversos segmentos da atividade turística, a partir das necessidades do setor produtivo local;
- d) considerar as comunidades e suas identidades para o desenvolvimento de projetos de turismo de base local;
- e) comprometer-se com a sustentabilidade socioambiental, cultural e econômica;
- f) desenvolver iniciativas empreendedoras na área de turismo;
- g) atuar em projetos de pesquisa e extensão universitária.

4.2.2 Políticas institucionais no âmbito do curso

O Curso Bacharelado em Turismo tem como alicerce o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e busca a formação de profissionais voltados para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira por meio de sua atuação profissional.

O atual PDI, que engloba o período de 2015-2019, reafirma a intenção do Cefet/RJ de ter sua institucionalidade reconhecida como Universidade Federal de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro a fim de, assim, garantir condições de continuar ministrando ensino verticalizado da educação básica (profissional) à educação superior (graduação e pós-graduação), desenvolver pesquisa e promover atividades de extensão, alcançando, por meio de sua inserção regional mediante atuação *multicampi*, as diversas mesorregiões do estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, considerando-se o atual contexto institucional, o *campus* Petrópolis dá um importante passo no sentido de fortalecer as bases do ensino superior, estabelecidas nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão.

Imbuídas dessa característica da educação tecnológica, as políticas de ensino, pesquisa e extensão, focalizadas no presente, além da ampliação de escopo, vêm orientando o fortalecimento da produção acadêmica institucional, tendo em vista os benefícios à formação do alunado. Tais políticas são conduzidas por três diretorias sistêmicas, com *status* de pró-reitorias no modelo universitário: a Diretoria de Ensino (DIREN), a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG) e a Diretoria de Extensão (DIREX).

É preciso compreender a que se refere a indissociabilidade que se atribui a ensino, pesquisa e extensão. São indissociáveis na medida em que: o ensino deve estar associado à extensão, em uma formação contextualizada nas questões sociais contemporâneas; o ensino junto à pesquisa aponta para o desenvolvimento de competências que visam introduzir os

alunos a formas básicas de investigação, que, objetivando a geração de conhecimento, proverão subsídios para a própria atividade de ensino; por sua vez, a relação de indissociabilidade entre pesquisa e extensão está em que a pesquisa, observando o contexto social, pode produzir ferramentas de intervenção, bem como a extensão pode atender àquelas realidades conhecidas via pesquisa.

Considerada sua consonância com as diretrizes e bases da educação nacional, com as finalidades da educação superior e com as políticas institucionais, o curso em questão vem se configurando como ambiente de estímulo às atitudes reflexivas e críticas, mediante ações que concorram para o desenvolvimento do espírito científico e promovam a criação e a difusão cultural, em prol da melhor compreensão da realidade contemporânea, bem como das possibilidades de intervenção e de transformação dessa realidade.

A dimensão Ensino possui o olhar centrado nas diretrizes e normativas expedidas pelo Ministério da Educação, em especial à Resolução n. 13 de 24 de novembro de 2006, como também observadas as realidades e demandas locais para a construção do itinerário formativo, proporcionando aos educandos um conjunto de disciplinas que promovam a criticidade da teoria aprendida em sala de aula em relação às práticas do mundo do trabalho. Nesse contexto, destaca-se a multidisciplinaridade proporcionada pela estrutura curricular, além do constante envolvimento de alunos e professores em atividades diversificadas, que visam à ampliação das possibilidades de integração entre os diversos conteúdos ministrados nas disciplinas do curso. Nesse sentido, merece destaque a realização de visitas e viagens técnicas a atrativos e equipamentos turísticos, cuja relevância reside na articulação entre teoria e prática, que possibilita a ampliação e o aprofundamento de conhecimentos construídos em sala de aula, ressignificados mediante a vivência, observação e análise de situações concretas. Essas atividades são realizadas a critério de um professor/coordenador, podendo aglutinar mais de uma disciplina, de acordo com o caráter interdisciplinar da visita, e sistematizadas a partir de relatórios ou outras atividades pedagógicas orientadas pelo professor responsável.

Ainda na esfera do Ensino, o curso conta com um programa de bolsas de monitoria, que contribui para o processo de ensino e aprendizagem. As bolsas de monitoria são financiadas pelo Cefet/RJ e os editais são publicados anualmente.

Já no âmbito da Pesquisa, o curso se pauta nas políticas institucionais estabelecidas no PDI que objetivam apoiar e fomentar: produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, de modo a contribuir para o desenvolvimento do país; criação

de grupos de pesquisa que possam atender às demandas da sociedade; expansão e modernização da infraestrutura: laboratórios, equipamentos, suporte administrativo; visibilidade externa das atividades desenvolvidas no curso; ações de internacionalização; captação de recursos externos através de órgãos de fomento; interação em redes de colaboração com outras instituições de ensino e pesquisa, empresas e governo; interação com a sociedade, promovendo a inovação e a transferência do conhecimento e das tecnologias geradas.

Na área de Extensão, o curso incentiva a criação de atividades de extensão que produzam e disseminem saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população, de modo a reafirmar os compromissos assumidos pela instituição em seu PDI: constituir-se como sistema aberto à sociedade, sendo sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional; participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país; desenvolver ciência e tecnologia na perspectiva da humanização dos saberes; democratizar os saberes visando superar desigualdades sociais, considerando as necessidades da população e a formação de cidadãos profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

Os projetos de pesquisa e extensão são incentivados institucionalmente pelo Programa de Bolsas de Extensão e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Cefet/RJ, que publica anualmente editais para a seleção de bolsistas, orientados por docentes coordenadores dos projetos.

4.2.3 Perfil profissional do egresso

Para atender aos objetivos propostos neste Projeto Pedagógico, o Curso Bacharelado em Turismo está planejado, articulado e fundamentado em diversas áreas de conhecimento para possibilitar uma formação crítica e consistente ao egresso, sendo este capaz de integrar elementos contextuais, ambientais, tecnológicos e culturais às rotinas laborais, consciente de seu comprometimento ético com o processo constante de aprendizagem.

O perfil desejado do Bacharel em Turismo é de um profissional capacitado e apto a compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas

com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional (BRASIL, 2006).

Segundo a Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006 do Ministério da Educação, as competências e habilidades do egresso do Curso Bacharelado em Turismo são:

- I - compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II - utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III - positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- IV - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- V - domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- VI - adequada aplicação da legislação pertinente;
- VII - planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;
- VIII - intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- IX - classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;
- XI - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;

- XII - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- XIII - utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;
- XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- XV - habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;
- XVI - integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- XVIII - profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;
- XIX - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

O perfil do egresso é uma consequência direta dos objetivos gerais e específicos estabelecidos para o Curso. Esses, por sua vez, estão relacionados com as diretrizes institucionais do PPI e do PDI. Assim sendo, estabelece-se a ligação entre o perfil do egresso e as políticas e planos institucionais.

Durante sua formação, o educando será incentivado a desenvolver pensamento crítico e buscar permanentemente o aperfeiçoamento cultural e profissional, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, utilizando suas competências e habilidades diante das necessidades locais e regionais, a partir da constante observação das novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

4.3 Dados do curso

4.3.1 Formas de ingresso

O ingresso de novos alunos no Curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ *campus* Petrópolis ocorre todos os semestres e pode ser realizado por portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou de curso equivalente e por portadores de diploma de curso superior. As formas de processo seletivo existentes para ingresso na instituição, válidas para todos os cursos superiores nas modalidades presencial e semipresencial são: Sistema de Seleção Unificada (SiSU), transferência interna, transferência externa, transferência ex-ofício, reingresso e convênio. Ao longo de cada semestre, editais contendo as regras para participação do processo seletivo para ingresso no semestre letivo seguinte são publicados no *site* da instituição.

a) SiSU/ENEM:

É o processo de seleção de alunos por sistema unificado organizado pelo MEC que utiliza as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para classificação e é aceito por diversas instituições de ensino superior brasileiras. As regras de classificação dos candidatos, tais como pesos utilizados para cálculos de média, nota mínima, dentre outros, são definidas por cada instituição semestralmente.

O ingresso nos cursos do Cefet/RJ, desde 1998, vinha ocorrendo por meio de vestibular isolado. Em 2009, o Cefet/RJ aprovou a adesão integral ao SiSU como fase única de seleção para o ingresso nos cursos de graduação em seus diferentes *campi* a partir de 2010. Nesta forma de processo seletivo, as políticas de ações afirmativas são contempladas pelo Cefet/RJ, onde é oferecido, além das vagas de ampla concorrência, um percentual destinado a candidatos que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas e se enquadrem em um dos respectivos grupos: L1: Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012); L2: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012); L5: Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas

(Lei nº 12.711/2012); L6: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012); L9: Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 13.409/2016); L10: Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 13.409/2016); L13: Candidatos com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 13.409/2016); L14: Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 13.409/2016);

As regras específicas para essa forma de ingresso no Cefet/RJ referentes a inscrição, número de vagas, pontuação mínima, procedimentos de matrícula, dentre outros, podem ser consultadas em edital específico.

b) Transferência interna:

É o processo de remanejamento interno de aluno regularmente matriculado em curso de graduação, que tenha cursado mais de 60 (sessenta) créditos, para outro do mesmo nível de ensino, de qualquer *campus* do Cefet/RJ. Esse processo depende da existência de vagas remanescentes no curso de destino, cuja quantidade é apresentada semestralmente pela Coordenação do curso e encaminhada para a Diretoria de Ensino, e do cumprimento de regras especificadas em edital.

c) Transferência externa:

É o processo de remanejamento de aluno regularmente matriculado em curso de graduação, que tenha integralizado, no mínimo, 70% dos créditos dos 4 (quatro) primeiros semestres do curso, de outra Instituição de Ensino Superior (IES) reconhecida de acordo com a legislação em vigor para outro do mesmo nível de ensino do Cefet/RJ. Esse processo depende da existência de vagas remanescentes no curso de destino, cuja quantidade é

apresentada semestralmente pela Coordenação do curso e encaminhada para a Diretoria de Ensino, e do cumprimento de regras especificadas em edital.

d) Transferência ex-ofício:

É o processo de remanejamento de aluno regularmente matriculado em curso de graduação de outra Instituição de Ensino Superior (IES) reconhecida de acordo com a legislação em vigor para curso do Cefet/RJ em qualquer época do ano e independente da existência de vaga, quando se tratar de servidor público federal civil ou militar estudante ou seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para localidade mais próxima desta. As normas completas dessa forma de ingresso se encontram estabelecidas na Lei nº 9.536/97.

e) Reingresso:

É o processo no qual o candidato portador de diploma ou certificado de conclusão de curso de graduação de Instituição de Ensino Superior (IES) reconhecida de acordo com a legislação em vigor ingressa em outro curso, ou habilitação ou ênfase do mesmo curso, do mesmo nível de ensino do Cefet/RJ. Esse processo depende da existência de vagas remanescentes no curso de destino, cuja quantidade é apresentada semestralmente pela Coordenação do curso e encaminhada para a Diretoria de Ensino, e do cumprimento de regras especificadas em edital.

f) Convênio:

É o processo no qual o aluno encaminhado pelos órgãos governamentais competentes e oriundos de instituições estrangeiras com as quais o Cefet/RJ mantém acordo de cooperação internacional, conforme normas da Assessoria de Convênios e Relações Internacionais(ASCRI), ingressa em curso de graduação do Cefet/RJ.

O Cefet/RJ mantém diversos convênios com instituições estrangeiras, as quais, periodicamente, promovem ações de intercâmbio de alunos, dentro de critérios contidos em editais específicos.

4.3.2 Horário de funcionamento

O curso funciona primordialmente no período noturno, das 18h30min às 22h30min, de segunda a sexta-feira, com tempos de aula de 45 minutos e um intervalo de 15 minutos, e aos sábados de 8h às 12h. O turno vespertino é reservado para reuniões do corpo docente, atendimento aos alunos, realização de projetos e eventos e oferta de disciplinas eletivas ou optativas. As atividades complementares, eletivas e extracurriculares podem ocorrer em outros dias e turnos. Da mesma forma, o Estágio Supervisionado pode ocorrer no período contraturno (manhã ou tarde).

4.3.3 Estrutura organizacional

Conforme exposto anteriormente, as questões acadêmicas dos *campi*, com exceção do *campus* Maracanã, são de competência das Gerências Acadêmicas. As questões específicas referentes aos cursos são de responsabilidade das coordenações associadas. Ao coordenador do curso competem as atribuições relativas ao planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, as quais devem ser realizadas considerando o princípio de uma gestão democrática. Além da coordenação, o Curso Bacharelado em Turismo dispõe de um Núcleo Docente Estruturante (NDE) – órgão consultivo formado por um grupo de docentes para acompanhamento do curso, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico – e de um Colegiado – órgão consultivo e deliberativo, composto por todos os docentes do curso e representação discente que auxilia a coordenação nas questões que lhe competem.

A Coordenação do Curso Bacharelado em Turismo tem o apoio logístico e administrativo da Subprefeitura, da Seção de Patrimônio (SEPAT), do Setor de Informática (SINFO) e do Setor de Administração e Compras (SEACO) do *campus* Petrópolis. A Seção de Registros Acadêmicos (SERAC), a Biblioteca (BIB), a Seção de Articulação Pedagógica (SAPED) e os servidores da Gerência Acadêmica (GERAC) dão o suporte acadêmico ao curso.

4.4 Estrutura curricular

O Curso Bacharelado em Turismo do CEFET/RJ se desenvolve, normalmente, em quatro anos, o que corresponde a oito períodos letivos, em regime semestral de créditos (18 semanas). Cada hora-aula corresponde ao período de 45 minutos.

No conjunto de atividades para a formação do bacharel em turismo, fazem parte disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares.

4.4.1 Organização curricular

Este Projeto Pedagógico parte do princípio de que o currículo constitui o cerne da relação educativa e deve ser entendido como um conjunto de práticas que produzem significado (CANEN; MOREIRA, 2001), não podendo ser confundido, portanto, com uma simples compilação ordenada de disciplinas, uma vez que se traduz a partir de todas as ações educativas que se desenvolvem no espaço institucional.

Considerado à luz das teorias críticas da educação, o currículo do Curso Bacharelado em Turismo do *campus* Petrópolis foi elaborado para responder a um duplo desafio: de um lado, a necessidade de formar profissionais ativos, críticos e, portanto, agentes de transformação social e, de outro, a importância de prepará-los para atuarem ética e responsabilmente no competitivo mercado de trabalho.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Turismo, instituídas pela Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006, do Ministério da Educação, e as especificidades do curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ *campus* Petrópolis, o currículo contempla conteúdos que se articulam em três campos de formação:

- **conteúdos básicos**, caracterizados por estudos relacionados aos aspectos linguísticos, sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que constituem a sociedade e suas diferentes culturas;
- **conteúdos específicos**, que dizem respeito aos estudos específicos do campo do Turismo relacionados à Teoria Geral do Turismo; Planejamento e Organização do Turismo; Planejamento e Organização de Eventos; Lazer e Recreação; Gestão de Pessoas, Marketing, Finanças e Empreendimentos Turísticos; Agenciamento e

Transportes; Turismo e Meio Ambiente; Meios de Hospedagem; Alimentos e Bebidas; estabelecendo, ainda, relações do Turismo com Direito, Estatística e Economia além de prever o estudo de duas línguas estrangeiras (Inglês e Espanhol);

- **conteúdos teórico-práticos**, estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

Além disso, com objetivo de ampliar o estudo das bases teórico-empíricas, o curso oferece estudos integradores, que compreendem atividades de pesquisa distribuídas em disciplinas (Projeto Integrador I, Projeto Integrador II, Projeto Integrador III e Seminário de Pesquisa) que culminam com a apresentação de um trabalho de conclusão de curso, segundo regulamento próprio.

Os conteúdos descritos acima evidenciam que a organização curricular se baseou em questões relativas a interdisciplinaridade, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e articulação entre teoria e prática.

A formação descrita na estrutura curricular atende também à possibilidade de flexibilização, na medida em que os alunos são estimulados a complementar seus estudos em disciplinas optativas, propostas a partir do 3º período, e em atividades complementares oferecidas no cotidiano da IES e em outros espaços.

Considerando as competências de comunicação necessárias ao egresso, o curso oferece em sua estrutura a possibilidade de o aluno cursar duas línguas estrangeiras: inglês e espanhol. As duas línguas estrangeiras são oferecidas em quatro disciplinas subsequentes, conforme o quadro de disciplinas do curso, totalizando 10 (dez) créditos cada uma. O aluno deve, obrigatoriamente, cursar um mínimo de 10 (dez) créditos de uma das línguas estrangeiras, sendo de sua responsabilidade a seleção de que língua cursar. O curso ainda resguarda ao aluno a possibilidade, caso haja interesse, de cursar as duas línguas estrangeiras oferecidas, sendo o excedente de créditos computado como créditos optativos. Além disso, o aluno tem a possibilidade de cursar a disciplina optativa de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – como previsto no Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

4.4.2 Interdisciplinaridade

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado em Turismo, na Resolução CNE/CES nº 13/2006, os projetos pedagógicos devem contemplar, em seus elementos estruturais, formas de realização da interdisciplinaridade. Nesse sentido, o curso do Cefet/RJ *campus* Petrópolis oferece possibilidades de articulação entre diversas disciplinas para a elaboração e a execução de projetos relacionados a diferentes áreas de estudo.

As articulações são realizadas por meio de atividades como visitas e viagens técnicas, organização de eventos, projetos de extensão e de iniciação científica, e avaliações compartilhadas entre diferentes campos do saber. Essas ações favorecem a interdisciplinaridade e a relação entre teoria e prática.

Além disso, o Trabalho de Conclusão de Curso, a ser realizado após as disciplinas Metodologia Científica, Projeto Integrador I, Projeto Integrador II, Projeto Integrador III e Seminário de Pesquisa, mostra-se como outra oportunidade para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e empreendedores. Por esse motivo, entre as abordagens possíveis, o aluno pode optar pela elaboração de um trabalho de caráter acadêmico (monografia) ou mercadológico (plano de negócios). É importante ressaltar que o curso também oferece um conjunto de disciplinas que visa a auxiliar o aluno no desenvolvimento do trabalho mercadológico, a saber: Empreendedorismo I, Empreendedorismo II e Empreendedorismo III. Dessa forma, incentiva-se a aplicação dos conhecimentos na prática, a integração entre as disciplinas do curso e a iniciativa empreendedora.

Por fim, a implantação e o incentivo às Atividades Complementares ao currículo formal configuram uma maneira dinâmica de promover a interdisciplinaridade. Esse tipo de atividade se mostra, diversas vezes, como uma alternativa eficaz para a articulação de conteúdos e, não obstante, de práticas do meio profissional característico do Bacharel em Turismo.

4.4.3 Flexibilização curricular

Para além da interdisciplinaridade, o currículo do curso Bacharelado em Turismo prevê a flexibilização enquanto componente fundamental para articulação entre os domínios específico, prático e ético e a formação identitária de sujeitos da educação formal (CORREIA, 2010). Nesse sentido, a flexibilização permite ao aluno superar a lógica rígida da matriz

curricular possibilitando ao estudante a oportunidade de intervir na escolha do percurso curricular e formativo que deseja realizar no ambiente acadêmico. Assim, “não é a instituição de ensino superior que define a formação do aluno e sim as escolhas que este faz, pois, a construção dos saberes necessários à vida profissional ocorre também fora da sala de aula” (CARNEIRO et al, 2014, p.15).

Dentre as formas de flexibilização, pode-se destacar a mobilidade acadêmica nacional e internacional. No âmbito nacional, o Cefet/RJ é signatário do Programa ANDIFES² de Mobilidade Acadêmica que alcança alunos regularmente matriculados em cursos de graduação de universidades federais, que tenham concluído pelo menos vinte por cento da carga horária de integralização do curso de origem e tenham, no máximo, duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade. Este Convênio não se aplica a pedidos de transferência de alunos entre as IFES, que serão enquadrados em normas específicas. O aluno participante deste Convênio terá vínculo temporário com a IFES receptora, dependendo, para isto, da existência de disponibilidade de vaga e das possibilidades de matrícula na(s) disciplina(s) pretendida(s).

Já no âmbito internacional, o aluno tem a possibilidade de estudar em universidades estrangeiras a partir dos convênios estabelecidos pela ASCRI conforme editais publicados periodicamente.

4.4.4 Educação inclusiva

Constitui-se, dentro da concepção e organização curricular do curso, o paradigma de atenção e valorização da diversidade e pluralidade humana. Desta forma, as tecnologias da informação e comunicação e ações dos professores, partindo da concepção do direito de aprendizagem, servirão como impulsionadores da perspectiva inclusiva, na qual as propostas pedagógicas e as instâncias gestoras atendem aos princípios e fundamentos da educação como direito humano indisponível e incondicional.

² A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, criada em 23 de maio de 1989, é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. São 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 2 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e 63 universidades federais – localizadas em todos os estados da Federação e no Distrito Federal (ANDIFES, 2017).

Em consonância com este paradigma e os Marcos Legais da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, de 2008, o presente Projeto Pedagógico foi concebido e desenvolvido com vistas à assegurar as condições de acesso e a participação de todos os estudantes matriculados.

Assim, tem início a construção de uma nova política de educação especial que enfrenta o desafio de se constituir, de fato, como uma modalidade transversal desde a educação infantil à educação superior. Neste processo são repensadas as práticas educacionais concebidas a partir de um padrão de estudante, de professor, de currículo e de gestão, redefinindo a compreensão acerca das condições de infraestrutura escolar e dos recursos pedagógicos fundamentados da concepção de **desenho universal**.³(BRASIL, 2016, p. 9)

O documento também fundamenta-se no Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146, no qual destaca-se em seu Capítulo IV, artigo 28, incisos XII e XIV:

Artigo 28: Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento. (BRASIL, 2015)

O Projeto Pedagógico do Bacharelado Turismo adota práticas pedagógicas que articulam ensino, pesquisa e extensão com a intenção de garantir um processo educacional inclusivo abarcando as diversas dimensões de acessibilidade - acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, desde o seu planejamento à realização.

Além dessas práticas pedagógicas, o Curso conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que prepara a Instituição para receber as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - PNE, providenciando a adaptação de currículo conforme a necessidade de cada aluno.

O NAPNE se estruturou no Cefet/RJ, a partir da ação TEC NEP 4. O Núcleo no *campus* Petrópolis foi criado pela Portaria Institucional nº 326, de 05 de maio de 2011. Sua equipe é constituída por servidores de diferentes formações, que atuam em diversos

³Lei 13146, 6 de julho de 2015: artigo 3º, inciso II: Desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.

setores/colegiados, o que contribui para uma atuação multidisciplinar, com vistas a alcançar a acessibilidade em seus espectros atitudinal,arquitetônico, pedagógico, programático, digital, nas comunicações, nos transportes, dentre outros. O foco de trabalho do Núcleo é público alvo da Educação Especial, exposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, em seu artigo 58, da seguinte forma: “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Atualmente, com a sanção da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015, urge a necessidade que a inclusão ultrapasse o âmbito do debate e transforme-se em ações. A referida Lei, em seu artigo 27, expõe:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015)

Ainda em referência à Lei, em seu Parágrafo único, pode-se ler: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”.

Neste sentido, o NAPNE busca atender, nos níveis de ensino ofertados pelo CEFET/RJ (Educação Básica, Ensino Superior e Pós-graduação), às diferentes demandas para a inclusão de seus alunos e servidores, orientando-se pela articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão. O NAPNE atua com o paradigma de que a inclusão de estudantes no ensino regular exige mudanças que vão desde a reestruturação física dos ambientes, até as adaptações curriculares e metodológicas, e desde sua implantação,o Núcleo busca parceria com diferentes atores e setores, sejam eles do sistema CEFET/RJ, de seu próprio *campus*, ou ainda, externos, com o objetivo de buscar romper com as diferentes barreiras que perpassam o processo de inclusão. Por este motivo, busca realizar debates, estudos e reflexões necessárias para prover o amplo espectro de acessibilidade que o tema abarca. Tais proposições são realizadas, também, nas reuniões mensais promovidas pelo Núcleo. A proposta das reuniões ampliadas é envolver o máximo de participantes (servidores e discentes) e aproximar todos os envolvidos nas temáticas, tornando-os co-responsáveis pela mudança que este paradigma propõe.

Ainda nesta perspectiva, diversas ações são desenvolvidas. Dentre elas estão formações, voltadas para seus servidores (docentes e técnico administrativos) e funcionários terceirizados, que são ofertados por meio de minicursos, sensibilizações, exposições de filme, palestras, dentre outras. O Núcleo também realiza intervenções com os discentes, a começar pela Recepção de Alunos Ingressantes- atividade que faz parte do Calendário Acadêmico - na qual, os mesmos são informados a respeito do paradigma atual de inclusão, com vistas à participação plena e atenção à diversidade e, em especial, das Pessoas com Deficiência na educação regular.

O acompanhamento do processo educacional dos estudantes alvo de intervenções do NAPNE inicia-se com a sua identificação. Tal ação se dá, em parceria com a Seção de Articulação Pedagógica(SAPED), por meio de um formulário eletrônico. Posteriormente, é realizada entrevista com os alunos para levantar suas necessidades. Uma vez identificados, passam a contar com um cadastro, como objetivo de acompanhá-los ao longo de sua trajetória na Instituição. Neste contexto, o NAPNE Petrópolis realiza acompanhamento de seus alunos, por meio de atendimentos em parceria com a Seção de Articulação Pedagógica, o Serviço de Psicologia, o Serviço Social, entre outros. Busca-se apoio dos docentes, das Coordenações dos Cursos, da Gerência Acadêmica, da Gerência Administrativa e da Direção para resposta às demandas e solicitações apresentadas pelos discentes.

Elucida-se que, em relação à acessibilidade arquitetônica, as instalações físicas no *campus* contam com adaptações razoáveis, uma vez que se trata de um prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

4.4.5 Estágio curricular supervisionado

No Curso Bacharelado em Turismo, é obrigatória a realização de estágio supervisionado, com carga horária de 300 horas. As atividades do estágio devem estar relacionadas às disciplinas e aos conteúdos previstos na matriz curricular do curso.

De acordo com a Lei nº 11.788, no artigo 1º, de 25 de setembro de 2008, o estágio é definido da seguinte forma:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino

médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008)

O principal objetivo do Estágio Supervisionado é a articulação do ensino teórico com o aperfeiçoamento técnico-científico, possibilitando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. O Estágio Supervisionado deve oferecer ao aluno a oportunidade para aplicar os conhecimentos acadêmicos e, ao mesmo tempo, vivenciar práticas profissionais na respectiva área de atividade, além de proporcionar aprendizagem social e cultural.

Considerando a perspectiva crítica que fundamenta a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, espera-se que a realização das atividades de Estágio Supervisionado possa colaborar para que os alunos desenvolvam conhecimentos e sejam capazes de articular os saberes da experiência e os saberes científicos na construção de suas práticas profissionais cotidianas.

Nesse sentido, o estágio supervisionado poderá ser realizado por meio de atividades exercidas no âmbito de empresas conveniadas com a Instituição de Ensino, de projetos de extensão e de iniciação científica desenvolvidos no Curso Bacharelado em Turismo, bem como de atividades profissionais como empregado, empresário ou autônomo, desde que estejam relacionadas às áreas previstas para a realização do estágio e que sejam observados os requisitos e os documentos necessários previstos no Manual de Estágio Supervisionado do Curso Bacharelado em Turismo (Apêndice I).

O curso possui uma Coordenação de Estágio, a cargo de um docente indicado pelo Colegiado. A Coordenação tem como principais funções planejar a cada semestre, de modo articulado à Coordenação do Curso, o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado, elaborar procedimentos e cronogramas de avaliação de estágio, prestar esclarecimentos e informações aos alunos e fazer a articulação com outras instâncias administrativas do Cefet/RJ. Além disso, o estagiário deverá ter acompanhamento efetivo de um professor orientador do colegiado do curso e da área compatível com as atividades de estágio, a quem compete, entre outras atribuições: orientar o planejamento e a realização das atividades, avaliar seu desenvolvimento, bem como acompanhar a construção do relatório final de estágio. A orientação é firmada entre professor e discente a partir de formulário

próprio, disponível na secretaria acadêmica, assim como os demais instrumentos de formalização, registro e avaliação do processo de estágio.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e o Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Turismo, o estágio curricular supervisionado está institucionalizado e contempla carga horária de 300 horas, com Manual de Estágio Supervisionado registrado e divulgado no catálogo online da biblioteca, disponível também em meio impresso. No Manual de Estágio Supervisionado, o estágio é caracterizado em termos de sua organização na estrutura curricular do Curso, sua concepção, seus objetivos, seus campos de realização, sua dinâmica, os critérios de avaliação, as competências e as responsabilidades dos atores envolvidos.

As atividades de estágio estão relacionadas às disciplinas e aos conteúdos previstos na matriz curricular do curso, considerando o perfil do egresso. O principal objetivo do estágio curricular supervisionado é a articulação do ensino teórico com o aperfeiçoamento técnico-científico, possibilitando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. A realização do estágio deve oferecer ao aluno a oportunidade para aplicar os conhecimentos acadêmicos e, ao mesmo tempo, vivenciar práticas profissionais na respectiva área de atividade, além de proporcionar aprendizagem social e cultural.

Em relação à parte concedente de estágio, cabe a ela indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente. Em contrapartida, cabe à instituição de ensino avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando.

A existência de convênios firmados entre a instituição de ensino e as instituições campo de estágio prevê oportunidades de estágio nas áreas indicadas no Manual de Estágio Supervisionado: agenciamento, meios de hospedagem, alimentos e bebidas, recreação, transportes, eventos, planejamento, cultura e patrimônio, e mídias especializadas. Ademais, novos convênios são firmados à medida que oportunidades são ofertadas pelo mercado local e regional e identificadas pela instituição de ensino e pelos discentes.

Em concordância com a organização do curso explicitada no Projeto Pedagógico e com o Manual de Estágio, e ainda considerando as competências previstas no perfil do egresso, são desenvolvidas estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho. Como exemplos dessas estratégias podem ser citados: a realização de parcerias e

convites a organizações e profissionais das áreas de atuação contempladas no curso em questão, a participação discente em projetos de extensão que possibilitam práticas em agenciamento, eventos, meios de hospedagem e outras atividades relacionadas ao cotidiano do turismo (Projetos de Extensão: Viagens do Saber, Eventual, Mapeamento do Setor Hoteleiro, Estágio Supervisionado e Aplicação da Língua Inglesa na Cidade de Petrópolis), a realização de visitas técnicas, palestras profissionais, oferecimento de oficinas mercadológicas, pesquisas de mercado, divulgação de oportunidades de estágio e trabalho via web e via mural, além de outras.

Ainda no tocante a essas estratégias, o discente tem a sua disposição orientações periódicas para sua inserção e manutenção no mercado de trabalho. Durante o período de estágio, o discente permanece em contato com seu orientador, o que favorece a atualização dos meios de estágio para o orientador e a compreensão das práticas de mercado pelo discente, a partir da troca de informações e experiências que concorre para a articulação entre ensino e ambiente de trabalho.

Como desdobramento desse processo, tem-se a realização de eventos em que os discentes que já estagiaram compartilham experiências com discentes em início de curso por meio de encontros e palestras, gerando insumos para atualização das práticas do estágio. Cabe mencionar que, o detalhamento do Estágio Supervisionado encontra-se no Manual de Estágio.

4.4.6 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – constitui-se em uma atividade de cunho acadêmico ou mercadológico, na forma de monografia ou plano de negócios respectivamente, relacionados ao Turismo e suas interseções. O trabalho é realizado pelos alunos, sob supervisão de professor orientador, em conformidade com as normas para o desenvolvimento do trabalho previstas no Manual para Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)(Apêndice II).

O Trabalho de Conclusão de Curso pressupõe, além da conclusão de um conjunto de disciplinas descritas no Quadro 4, um processo de orientação gradual, realizado por um professor e deve ser objeto de avaliação, mediante a apreciação da participação do estudante, do trabalho escrito e da apresentação oral para uma banca examinadora.

Quadro 4: Etapas de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso

Etapa	Descrição	Período
Metodologia Científica	Introdução à pesquisa e técnicas de leitura e escrita acadêmica	3º
Projeto Integrador I	Desenvolvimento das primeiras etapas de um projeto de pesquisa	4º
Projeto Integrador II	Estudo de métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa	5º
Projeto Integrador III	Elaboração de pré-projeto de pesquisa sob a supervisão do docente da disciplina	6º
Seminários de Pesquisa	Elaboração do projeto de pesquisa sob a supervisão de um orientador	7º
TCC	Elaboração propriamente dita do TCC com os resultados finais da pesquisa, com a apresentação pública do trabalho e arguição por uma banca de examinadores	8º

Fonte: Elaboração própria

O curso possui uma Coordenação de TCC, a cargo de um docente indicado pelo Colegiado. A Coordenação tem como principais funções planejar a cada semestre, de modo articulado à Biblioteca do *campus*, o desenvolvimento das atividades de TCC, elaborando calendário com etapas a serem cumpridas ao longo do período, bem como documentos, e prestando esclarecimentos e informações aos alunos com relação aos procedimentos para a formalização da orientação e cumprimento dos prazos pré e pós-defesa. Cabe ainda à coordenação o lançamento das notas no sistema acadêmico. A versão final de todos os TCCs aprovados é disponibilizada no catálogo online da Biblioteca do Cefet/RJ campus Petrópolis.

4.4.7 Atividades complementares

As atividades complementares, previstas na Resolução CNE/CES nº 13/2006, têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando o conhecimento adquirido em atividades alternativas às tradicionalmente desenvolvidas dentro dos programas das disciplinas do curso. Dessa forma, entre as atividades complementares encontram-se atividades de iniciação à pesquisa e de extensão, trabalhos voluntários, participação em eventos, publicações, dentre outros exemplos, conforme Regulamento de Atividades Complementares (Apêndice III). No curso Bacharelado em Turismo, a realização de Atividades Complementares é obrigatória, podendo ocorrer desde o 1º período, devendo o discente

totalizar, no mínimo, 300 (trezentas) horas de atividades dessa natureza, para fins de integralização do curso.

O curso possui uma coordenação de atividades complementares, a cargo de um docente indicado pelo Colegiado. A coordenação tem como principais funções: recebimento, conferência e validação da documentação comprobatória das atividades complementares realizadas pelos alunos e inseridas no Sistema de Gerenciamento de Horas Complementares (SGHC) de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento de Atividades Complementares; orientação aos alunos quanto aos procedimentos, prazos e formalização das atividades complementares. O SGHC, criado pelo Prof. Dr. Pedro Carlos da Silva Lara, lotado no curso Bacharelado em Engenharia de Computação do Cefet/RJ campus Petrópolis, foi desenvolvido com o objetivo de melhorar a eficiência, desempenho e organização do registro e avaliações das atividades complementares. Neste caso, o aluno submete os comprovantes em um portal web e aguarda a avaliação das atividades enviadas. O sistema permite gerar relatórios com o total de horas por grupo e por atividade. Desta forma, o aluno pode acompanhar, de forma conveniente, a quantidade de horas deferidas criando um ambiente organizado para o gerenciamento de suas atividades complementares. O SGHC também implementa uma série de regras, provenientes do Regulamento de Atividades Complementares, cujo objetivo é diminuir substancialmente a quantidade de erros na contabilização das atividades complementares.

4.4.8 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Na dimensão do Ensino, conforme abordado anteriormente, busca-se constantemente a promoção da interdisciplinaridade e de atividades diversificadas, sempre com o incentivo ao envolvimento dos discentes em todas as etapas de concepção e organização, a exemplo do que ocorre no caso das visitas e viagens técnicas e dos eventos idealizados pelos alunos em diversas disciplinas. Além disso, procura-se sempre a integração entre as teorias desenvolvidas nos conteúdos curriculares e as práticas profissionais do setor de turismo, por meio da orientação de projetos com viés mercadológico, do Estágio Supervisionado obrigatório e das Atividades Complementares. O curso também conta com o apoio institucional na oferta de Bolsas de Monitoria, a partir de edital publicado anualmente pela Diretoria de Ensino do *campus* Maracanã, aos discentes regularmente matriculados e que

contemplem os requisitos obrigatórios do processo seletivo. Cada monitor irá acompanhar as práticas educativas do docente da disciplina à qual está vinculado, oferecendo um horário de atendimento para os alunos e, contribuindo, portanto, para a aprendizagem dos conteúdos.

No âmbito da pesquisa científica, são desenvolvidos diversos projetos, coordenados pelos professores, com a participação de alunos bolsistas de iniciação científica, bem como alunos voluntários. As pesquisas do curso refletem a formação multidisciplinar do corpo docente, articulando o turismo com diferentes áreas de conhecimento.

A extensão universitária é uma atividade acadêmica, articulada de forma indissociável ao Ensino e à Pesquisa, que busca o estreitamento dos laços entre universidade e sociedade a partir de um processo educativo, cultural e científico. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão conceitua a extensão como “um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2010). Sendo assim, a Extensão, nas diversas formas de ação inseridas no processo educativo, tem como função básica a produção e a socialização do conhecimento, estimulando a intervenção na realidade mediante a relação transformadora entre instituição de ensino e sociedade. Por meio de ações extensionistas, os centros de educação afirmam seu compromisso social e significam seu laço com a sociedade na construção de saberes e possibilidades de transformação.

A implementação de atividades de Extensão, tanto quanto de atividades de Pesquisa, é um dos compromissos dessa graduação, uma vez que um dos objetivos da Educação Superior, segundo o artigo 43, item VII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

As atividades desenvolvidas no curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ *campus* Petrópolis refletem o compromisso com a formação de bacharéis voltados para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, por meio de sua atuação profissional. Nesta ótica, entende-se como fundamental o desenvolvimento de ações que articulem Ensino, Pesquisa e Extensão para que se promova a produção e a circulação de conhecimentos sintonizados com os problemas da atualidade, com foco nas questões nacionais e regionais.

Nesse sentido, o corpo docente e discente do curso vem realizando atividades articuladas, que visam à construção de um espaço de aprendizagens significativas e de socialização de saberes, onde o estímulo à pesquisa e seu desenvolvimento ganham destaque.

4.5 Matriz curricular

O curso Bacharelado em Turismo do *campus* Petrópolis estrutura-se em quatro anos, o que corresponde a oito períodos letivos, em regime semestral de créditos, que integralizam um total de 2733 horas-relógio (incluindo a carga horária do estágio curricular obrigatório e de atividades complementares), sendo cada hora-aula equivalente ao período de 45 minutos. Sua matriz curricular está assim organizada:

Quadro5: Estrutura curricular do curso

BACHARELADO EM TURISMO ESTRUTURA CURRICULAR - <i>Campus</i> PETRÓPOLIS													
DISCIPLINA	CAMPOS DE FORMAÇÃO	CÓDIGO	CARGA HORÁRIA								CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITOS	
			1º P	2º P	3º P	4º P	5º P	6º P	7º P	8º P			
1º	Teoria Geral do Turismo I (TGT I)	Conteúdos específicos	GTURPE1101	72								4	X
	Introdução à Administração	Conteúdos específicos	GTURPE1102	72								4	X
	Geografia Aplicada ao Turismo	Conteúdos específicos	GTURPE1104	72								4	X
	História Regional	Conteúdos básicos	GTURPE1103	54								3	X
	Práticas Textuais em Língua Portuguesa	Conteúdos básicos	GTURPE1106	54								3	X
	História da Arte I	Conteúdos básicos	GTURPE1105	72								4	X
	Recreação e Lazer	Conteúdos teórico-práticos	BTURPE5131	54								3	X
2º	Teoria Geral do Turismo II (TGT II)	Conteúdos específicos	GTURPE1209		36							2	TGT I
	Turismo e Meio Ambiente	Conteúdos específicos	GTURPE1230		72							4	X
	Leitura e Produção de Textos	Conteúdos básicos	GTURPE1669		36							2	Práticas Textuais em Língua Portuguesa
	Sociologia Aplicada ao Turismo	Conteúdos específicos	BTURPE5113		54							3	X
	Marketing de Serviços e Produtos Turísticos	Conteúdos específicos	BTURPE5117		72							4	Introdução à Administração
	História da Arte II	Conteúdos básicos	GTURPE1212		72							4	História da Arte I
3º	Agenciamento e Operação de Viagens	Conteúdos específicos	BTURPE5135			54						3	TGT II
	Metodologia Científica	Conteúdos básicos	BTURPE5116			36						2	X
	Gestão de Pessoas	Conteúdos específicos	BTURPE5123			54						3	Introdução à Administração

	Língua Estrangeira I (Espanhol ou Inglês)*	Conteúdos específicos	GTURPE1207 GTURPE1208			54					3	X	
	Teorias da Hospitalidade	Conteúdos específicos	BTURPE5136			54					3	X	
	Cartografia	Conteúdos básicos	BTURPE5130			36					2	X	
	Antropologia Cultural	Conteúdos básicos	BTURPE5137			54					3	Sociologia aplicada ao Turismo	
	Optativa I**	---	---			36					2	X	
4º	Cerimonial e Protocolo em Eventos	Conteúdos específicos	BTURPE5118			54					3	X	
	Projeto Integrador I	Conteúdos básicos	BTURPE5142			36					2	Metodologia Científica	
	Planejamento e Organização de Turismo I (POT I)	Conteúdos específicos	GTURPE1426			54					3	TGT II	
	Transportes Turísticos	Conteúdos específicos	BTURPE5138			72					4	TGT II	
	Língua Estrangeira II (Espanhol ou Inglês)*	Conteúdos específicos	GTURPE1315 GTURPE1316			54					3	Língua Estrangeira I (mesma língua cursada anteriormente)	
	Cultura Brasileira	Conteúdos básicos	GTURPE1422			54					3	X	
	Planejamento Urbano	Conteúdos básicos	GTURPE1678			36					2	X	
	Optativa II**	---	---			36					2	X	
5º	Projeto Integrador II	Conteúdos básicos	GTURPE1425				36				2	Projeto Integrador I	
	Planejamento e Organização de Turismo II	Conteúdos específicos	BTURPE5125				54				3	POT I	
	Gestão e Organização de Eventos	Conteúdos teórico-práticos	BTURPE5119				72				4	Cerimonial e Protocolo em Eventos	
	Meios de Hospedagem I	Conteúdos específicos	GTURPE1418				54				3	X	
	Gestão de Projetos Turísticos	Conteúdos específicos	BTURPE5120				36				2	POT I	
	Patrimônio Cultural	Conteúdos básicos	GTURPE1531				54				3	X	
	Língua Estrangeira III (Espanhol ou Inglês)*	Conteúdos específicos	GTURPE1423 GTURPE1424				36				2	Língua Estrangeira II (mesma língua cursada anteriormente)	
	Optativa III**	---	---				36				2	X	
6º	Noções de Direito e Legislação Aplicadas ao Turismo	Conteúdos específicos	BTURPE5121					36			2	POT I	
	Projeto Integrador III	Conteúdos básicos	BTURPE5126					54			3	Projeto Integrador II	
	Meios de Hospedagem II	Conteúdos específicos	GTURPE1527					72			4	Meios de Hospedagem I	
	Fundamentos Econômicos do Turismo	Conteúdos específicos	GTURPE1211					54			3	Introdução à Administração	
	Princípios de Matemática Financeira Aplicados ao Turismo	Conteúdos básicos	BTURPE5141					54			3	Introdução à Administração	
	Empreendedorismo I	Conteúdos específicos	BTURPE5127					36			2	Introdução à Administração	
	Língua Estrangeira IV (Espanhol ou Inglês)*	Conteúdos específicos	GTURPE1541 GTURPE1542						36			2	Língua Estrangeira III (mesma língua cursada anteriormente)
	Optativa IV**	---	---					36			2	X	
7º	Métodos Estatísticos Aplicados ao Turismo	Conteúdos específicos	GTURPE1437						54		3	Fundamentos Econômicos do Turismo	
	Gestão de Bares e Restaurantes	Conteúdos específicos	BTURPE5122						54		3	X	
	Seminários de Pesquisa	Conteúdos básicos	BTURPE5139						36		2	Projeto Integrador III	
	Empreendedorismo II	Conteúdos específicos	BTURPE5128						36		2	Empreendedorismo I	
	Tópicos Especiais em Turismo e Lazer	Conteúdos específicos	BTURPE5140						36		2	TGT II	
	Teorias do Lazer	Conteúdos específicos	BTURPE5134						72		4	TGT II	
	Optativa V**	---	---						36		2	X	

8º	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	Conteúdos básicos	BTURPE5124								72	4	Seminários de Pesquisa
	Empreendedorismo III	Conteúdos específicos	BTURPE5129								36	2	Empreendedorismo II
	Educação Ambiental	Conteúdos específicos	BTURPE1692								54	3	X
	Optativa VI**	---	---								36	2	X
Total de Créditos por Período				25	19	21	22	21	21	18	11	157	
Carga Horária por Período				450	342	378	396	378	378	324	198	2844	
Carga Horária Aulas (Horas-relógio)												2133	
Estágio Supervisionado (Horas-relógio)												300	Conclusão de 50% dos créditos (79 créditos)
Atividades Complementares (Horas-relógio)												300	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (Horas-relógio)												2733	

Fonte: Elaboração própria

* O aluno deve, obrigatoriamente, cursar um mínimo de 10 (dez) créditos de uma língua estrangeira, sendo de sua responsabilidade a seleção de que língua cursar. O aluno que optar por cursar uma segunda língua estrangeira computará os créditos dessa segunda língua como disciplina optativa.

** O aluno deverá cumprir 8 (oito) créditos em diferentes disciplinas optativas de sua livre escolha.

As ementas das disciplinas obrigatórias se encontram no Apêndice IV deste documento. Quanto às disciplinas optativas, o Curso Bacharelado em Turismo oferece as apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 6: Disciplinas optativas do curso

Disciplinas Optativas	Campos de formação	Código	Carga Horária	Créditos	Pré-requisitos
Artes Visuais e Mediação Cultural	Conteúdos específicos	GTURPE1660	36	2	História da Arte II
Cinema, Saúde e Viagens	Conteúdos específicos	BTURPE1696	36	2	X
Fotografia	Conteúdos teórico-práticos	GTURPE1658	54	3	X
Fotografia	Conteúdos teórico-práticos	BTURPE1698	36	2	X
Gestão de cidades históricas	Conteúdos específicos	BTURPE5115	36	2	X
História do Brasil Republicano	Conteúdos básicos	GTURPE1655	36	2	X
História Contemporânea	Conteúdos básicos	GTURPE1650	36	2	X
Humanidades e ciências sociais	Conteúdos básicos	GCOM8057PE	36	2	X
Inglês: introdução ao TOEFL	Conteúdos específicos	GTURPE1684	36	2	X
Introdução à Análise do Discurso	Conteúdos básicos	BTURPE1691	36	2	X
LIBRAS I – Língua Brasileira de Sinais	Conteúdos específicos	BTURPE1694	36	2	X
LIBRAS II - Língua Brasileira de Sinais	Conteúdos específicos	GTURPE1673	36	2	LIBRAS I – Língua Brasileira de Sinais
Linguagem e trabalho	Conteúdos básicos	GTURPE1674	36	2	X
Luz, câmera, ação	Conteúdos específicos	BTURPE1697	36	2	X

Paisagem na Arte	Conteúdos básicos	GTURPE1657	36	2	História da Arte II
Petrópolis: História, Memória e Fontes de Pesquisa	Conteúdos básicos	GTURPE1664	36	2	X
Práticas de Oralidade em Espanhol	Conteúdos teórico-práticos	GTURPE1689	36	2	Língua Estrangeira III (Espanhol)
Tópicos em História da Arte Ocidental	Conteúdos básicos	GTURPE1670	36	2	História da Arte II
Tópicos Especiais em Meios de Hospedagem	Conteúdos específicos	GTURPE1661	54	3	Meios de Hospedagem II
Turismo de Aventura	Conteúdos teórico-práticos	GTURPE1681	36	2	X
Turismo e Aviação	Conteúdos específicos	GTURPE1683	36	2	Transportes Turísticos
Comportamento do consumidor	Conteúdos específicos	GTURPE*	36	2	X
Políticas Públicas de Turismo	Conteúdos específicos	GTURPE*	36	2	X
Publicidade e Propaganda aplicados ao Turismo	Conteúdos específicos	GTURPE*	36	2	X
Tópicos Especiais Filosóficos aplicados ao Turismo	Conteúdos específicos	GTURPE*	36	2	X
Informática aplicada ao Turismo	Conteúdos específicos	GTURPE*	36	2	X
Turismo em Cruzeiros	Conteúdos específicos	GTURPE*	36	2	Transportes Turísticos
Turismo em Museus	Conteúdos específicos	BTURPE1682	36	2	X
Matemática Aplicada ao Turismo	Conteúdos específicos	BTURPE1693	36	2	X
Turismo Regional: História, Patrimônio e Meio Ambiente	Conteúdos específicos	BTURPE1695	36	2	X

Fonte: Elaboração própria

* A ausência de código dessas disciplinas optativas se deve ao fato de ainda não terem sido ofertadas.

4.6 Procedimentos didáticos e metodológicos

Este Projeto Pedagógico parte do pressuposto de que a educação tem um papel central no desenvolvimento das pessoas e das sociedades, devendo ser entendida como um processo de aperfeiçoamento que se estende por toda a vida e para além dos espaços escolares (DELORS, 2006). Essa centralidade da educação não pode ser confundida com o “entusiasmo pedagógico” que caracterizou as políticas educacionais no Brasil, no início do século passado, e que se pautava na crença da escola como “redentora da humanidade” (SAVIANI, 1994, p. 34). Ela está relacionada ao exercício de uma cidadania ativa, tendo, portanto, como

finalidade, o pleno desenvolvimento de sujeitos capazes de se posicionarem ética e responsabilmente diante da realidade.

Essa forma de pensar a educação articula-se à perspectiva de construção de um novo humanismo que pretende superar tanto a concepção tradicional, marcada pela visão essencialista do ser humano, como a concepção moderna, centrada na existência. Fundamenta-se em uma visão que entende o sujeito como ser planetário, capaz de se relacionar com base em uma ética de interdependência e não de competição. Pensada nessa perspectiva, a educação profissional reconhece o valor universal do indivíduo e considera necessária a mundialização das ideias políticas de democracia e de direitos humanos.

Assim considerada, a educação orienta-se pela utopia de construção de uma “sociedade educativa” (DELORS, 2006) que, considerando a existência de diferentes tempos de aprendizagem, possíveis diante das novas tecnologias da informação e da comunicação, seja capaz de viabilizar múltiplas possibilidades de aprendizagem, permitindo a todos o acesso, a atualização e a utilização de conhecimentos. Além disso, orienta-se também pela convicção da existência de uma “ética universal do ser humano”, ou seja, de uma ética que constitui a marca da natureza humana e que é indispensável às relações entre as pessoas. Essa ética impõe a responsabilidade como expressão da liberdade (FREIRE, 1996).

A formação do profissional não se restringe a um mero treinamento que permita o desenvolvimento de habilidades e competências. Ela deve orientar-se por princípios éticos, estéticos e políticos, no sentido de colaborar para o seu aperfeiçoamento integral, para que ele possa reconhecer-se como esse agente de mudanças e posicionar-se frente à realidade e ao seu próprio fazer profissional.

Para tanto, defende-se uma pedagogia crítica, de corrente progressista (FREIRE, 1996), segundo a qual o ato pedagógico se realiza na relação interpessoal entre professores e alunos e cuja preocupação se volta para a formação de cidadãos reflexivos, de sujeitos conscientes de fazerem parte da história e que se reconheçam enquanto seres capazes de intervir na realidade em que vivem. Dessa forma, é fundamental a busca da formação de sujeitos desejosos de uma educação de qualidade que lhes sirva como instrumento de diálogo permanente com os outros e com a realidade.

Ancorado nessa perspectiva filosófica e pedagógica, bem como na filosofia institucional do Cefet/RJ, este Curso pretende colaborar no esforço de tornar o *campus* Petrópolis mais um espaço de educação pública voltado para a formação humana, científica e

tecnológica.

Quanto à metodologia educacional, este Projeto Pedagógico de Curso está centrado em uma concepção dialética da educação, segundo a qual entre educação e sociedade existe uma relação de determinação e transformação recíproca (FREIRE, 1987; SAVIANI, 1994). De acordo com essa perspectiva, os métodos de ensino devem considerar a prática social como ponto de partida e de chegada do processo educativo, estimular a iniciativa e a criatividade dos estudantes, reconhecendo a existência de formas de aprendizagem diferenciadas, e favorecer o diálogo entre professores e alunos, bem como a articulação entre os problemas enfrentados na prática social com a cultura acumulada historicamente.

Nesse sentido, identifica-se com uma metodologia problematizadora que, aplicada à formação de profissionais de turismo, viabiliza a análise crítica das vivências dos estudantes, dos contextos profissionais nos quais atuarão e dos problemas por eles enfrentados no âmbito acadêmico em sua totalidade, colaborando para a formação de profissionais críticos, comprometidos com o desenvolvimento social, e a difusão sustentável de bens culturais e econômicos.

A metodologia adotada aqui busca articular uma perspectiva crítica e reflexiva de educação e formação profissional. Saviani (1994, p.79) sistematiza uma metodologia educacional em passos que podem ser resumidos da seguinte forma, sendo o peso e a duração de cada momento variável conforme as situações específicas nas quais se desenvolve a prática pedagógica:

- 1º passo – Contextualização: partir da prática social que é comum a professores e alunos. Professores e alunos se posicionam enquanto agentes sociais diferenciados;
- 2º passo – Problematização: identificar os principais problemas postos pela prática social;
- 3º passo – Instrumentalização: apropriar-se de instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social;
- 4º passo – Catarse: incorporar efetivamente os instrumentos culturais produzidos enquanto elementos ativos de transformação social (ponto culminante do processo educativo);
- 5º passo – Retorno à prática social: desenvolver ações reais e efetivas de transformação qualitativa.

Ao refletir sobre a necessidade de formação de profissionais não apenas aptos tecnicamente, mas também conscientes do valor social do trabalho, Schwartz (apud RAMOS, 2002) propõe uma perspectiva de qualificação profissional constituída de três dimensões: conceitual, social e experimental. A primeira diz respeito aos conhecimentos advindos da reflexão teórica formalizada nos conteúdos do curso proposto. A segunda desloca parte do trabalho da qualificação para as relações sociais estabelecidas entre os conteúdos das atividades e as classificações hierárquicas, assim como as regras e direitos relacionados com o exercício profissional construídos historicamente e coletivamente. Já a terceira dimensão constitui-se dos conteúdos reais das atividades situadas, nas quais entram em jogo não apenas conceitos, mas um conjunto complexo de saberes que operam na realização das atividades de trabalho.

Considerando tal perspectiva, pode-se dialogar com Ramos (2002), para quem os saberes tácitos e sociais são tão relevantes quanto os saberes formais desenvolvidos em sala de aula. Por isso, destacam-se nesse curso, além do estágio obrigatório, trabalhos de campo que visam a colocar o grupo de alunos em contato contínuo com as atividades profissionais para as quais estão se formando. Essa é uma proposta que busca extrapolar o limite das disciplinas teóricas de modo a mobilizar a construção de um conhecimento coletivo e aplicado.

Essa metodologia é tomada como referência no Curso Bacharelado em Turismo do *campus* Petrópolis, que a considera como adequada às características da formação pretendida e ao perfil dos estudantes. No entanto, outras metodologias poderão ser utilizadas, em função das características de cada disciplina, sem perder de vista, contudo, a perspectiva crítica que se pretende implementar em um curso superior de formação profissional.

As perspectivas de formação descritas nesse documento se desenvolverão por meio de ações planejadas nos vários espaços curriculares delimitados na grade curricular. Uma ampla diversidade de estratégias faz parte desses diferentes espaços curriculares, visando contemplar todo o espectro de competências que se espera do aluno egresso.

Fazem parte das ações e estratégias delimitadas como metodologia de trabalho: aulas presenciais na forma expositiva e/ou dialogada; leituras, discussões e debates; seminários e atividades de pesquisa e extensão; aulas no laboratório de informática; aulas nos Laboratório

de Ensino, Pesquisa e Extensão em Turismo, Laboratório de Línguas e Laboratório de Alimentos e Bebidas e de Eventos; e realização de visitas e viagens técnicas.

Algumas questões de natureza social, cultural, econômica e política, tais como as relacionadas à diversidade, às relações étnico-raciais, à inclusão e a outros aspectos da atualidade são tratadas de forma transversal ao curso nas diversas iniciativas tomadas pela instituição nesse sentido.

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), melhor descrito na Seção 6.5.5, desenvolve periodicamente atividades de sensibilização tais como minicursos, exposições de filme, palestras, dentre outras, com os servidores e discentes da instituição com o objetivo de tratar de temas como a inclusão e a diversidade.

O Cefet/RJ também possui uma Comissão de Coleta Seletiva Solidária (CCSS) com o objetivo de separar, coletar e dar destinação correta aos resíduos gerados na instituição. Além disso, algumas iniciativas ligadas ao estímulo de um consumo consciente de bens e recursos são realizadas pela CCSS.

Os eventos promovidos anualmente pelo Cefet/RJ através de sua Diretoria de Extensão, tal como a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, que nos *campi* são organizados e executados pela Gerência Acadêmica em parceria com os proponentes dos projetos e das atividades de extensão, visam provocar debates atuais acerca dos temas transversais citados anteriormente.

O incentivo ao engajamento político por meio de atividades de representação estudantil, tal como a gestão do centro acadêmico e a participação ativa em espaços oficiais da instituição como o Conselho do *Campus* e o Colegiado do Curso, confere aos estudantes uma visão mais ampliada do processo político-institucional.

5. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

Os espaços curriculares são regidos por um amplo espectro de formas de avaliação de ensino e aprendizagem, de forma condizente com a amplitude das competências que o curso visa promover. Os processos de avaliação se constituem de: prova escrita, presencial ou não presencial, com ou sem consulta; prova oral individual ou em grupo; produção de artigos científicos; relatórios; ensaios científicos; realização de feiras, bancas e exposições; trabalhos práticos etc.

Os alunos que ingressam no curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ *campus* Petrópolis ficam sujeitos ao sistema de avaliação definido institucionalmente conforme as diretrizes do Cefet/RJ. A seguir, apresentamos os detalhes do referido sistema.

5.1 Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Os critérios para a avaliação dos processos de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação do Cefet/RJ encontram-se definidos no Manual do Aluno. Conforme o referido documento, os alunos que ingressam nos cursos de graduação do Cefet/RJ ficam sujeitos ao seguinte sistema de avaliação:

Para disciplina de caráter teórico, a nota semestral (NS) será a média aritmética entre as duas notas obtidas nas avaliações.

P1 - 1º trabalho/prova - realizado até a 7ª semana do semestre letivo;

P2 - 2º trabalho/prova - realizado entre a 12ª e a penúltima semana do semestre letivo.

Será concedida uma única prova substitutiva (P3) ao aluno que faltar à P1 ou à P2, desde que devidamente justificada. O aluno que faltar a ambas (P1 e P2) terá como nota semestral (NS) a nota da P3 dividida por 2 (dois), no caso de disciplinas teóricas. O aluno que obtiver nota semestral (NS) superior a 7,0 (sete) estará automaticamente aprovado na disciplina, desde que atendido o critério de frequência mínima obrigatória⁴.

⁴De acordo com a legislação em vigor, a frequência às aulas é obrigatória. Todavia, a fim de atender aos problemas inevitáveis e circunstâncias imprevisíveis que impeçam o comparecimento ao Centro, é permitido ao aluno faltar 25% (vinte e cinco por cento) das aulas previstas no calendário escolar aprovado pelo Departamento de Ensino superior e Diretoria de Ensino. Em decorrência, não existe abono de faltas, visto que os 25% (vinte e cinco por cento) permitidos constituem o limite legal para todo e qualquer impedimento, com exceção dos

O aluno que obtiver nota semestral (NS) inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 3,0 (três) deverá submeter-se a um exame final (EF) e, nesse caso, a média final (MF) será a média aritmética entre a nota semestral e a nota do exame final (EF). Nesse caso, será considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco). Será considerado reprovado na disciplina o aluno que obtiver nota semestral (NS) inferior a 3,0 (três) ou média final (MF) inferior a 5,0 (cinco).

O exame final (EF) constará de uma única prova, realizada no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico, podendo ser escrita, oral, gráfica ou de caráter prático, devendo abranger, tanto quanto possível, todo o conteúdo ministrado no semestre letivo.

O aluno reprovado por faltas (RF) não tem direito a exame final e terá como média final (MF) a nota semestral (NS).

O desempenho global do aluno é avaliado através do CR (coeficiente de rendimento), que é calculado pela média ponderada das médias finais (MF), tendo como peso o número de créditos das disciplinas cursadas.

O CR é calculado ao fim de cada período letivo e cumulativamente em relação aos períodos anteriores. O CR é levado em consideração para avaliação de seu rendimento geral, sempre para uso interno e exclusivo do Cefet/RJ. No caso de aluno reingressante, o CR é calculado a partir das ocorrências de seu ingresso na Instituição.

5.2 Avaliação do projeto do curso

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Bacharelado em Turismo é permanentemente avaliado pela Coordenação do Curso, pelo NDE, pela SAPED, pelo NAPNE e por outros setores. A interação entre esses agentes permite uma avaliação completa nas dimensões didático-pedagógica, de corpo docente, de acessibilidade e de infraestrutura.

Diversos mecanismos de autoavaliação do curso e do PPC são utilizados periodicamente com o objetivo de levantar as suas deficiências, indicando a necessidade de alterações e melhorias na infraestrutura, na metodologia docente, na estrutura curricular, dentre outros aspectos.

previstos em lei, cuja a compensação das aulas requeridas só se fará a partir da data da entrada do requerimento no Protocolo Geral do Cefet/RJ; A Lei nº6.202/75 confere à aluna gestante, durante três meses, a partir do oitavo mês de gestação, regime de acompanhamento especial previsto pelo Decreto-Lei nº1.044/69.

Um dos mecanismos utilizados para a avaliação do corpo docente é o processo de progressão funcional da carreira, realizado pela própria instituição através da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). O procedimento é feito por meio da análise das atividades de ensino, pesquisa, extensão e outras desenvolvidas pelos professores a cada 24 (vinte e quatro) meses. Quando o desempenho é satisfatório, o professor avança no plano de carreira.

Há ainda outros indicadores considerados na avaliação do curso, dentre eles o desempenho perante a avaliação periódica de cursos de graduação pelo MEC, o desempenho dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Superior (ENADE), a inserção dos alunos no mercado de trabalho, a admissão dos alunos em programas de pós-graduação *stricto sensu* e a aprovação dos mesmos em concursos públicos. Assim, levando em consideração todo esse conjunto de elementos didáticos, de recursos humanos e de materiais, o curso é aperfeiçoado visando alcançar os mais elevados padrões de excelência educacional e, conseqüentemente, da formação inicial dos futuros profissionais da área.

No âmbito da autoavaliação institucional, o Cefet/RJ possui uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), que atua na elaboração do diagnóstico institucional, cuja culminância é a construção de relatórios que retratam a realidade em seus diversos aspectos. Esse instrumento não apenas reorienta o desenvolvimento das atividades institucionais, como também subsidia as atividades de avaliação externa. Dentre essas se situam a avaliação dos cursos de graduação, o ENADE, e o ENEM, que, embora seja um exame de caráter voluntário, reflete, no desempenho dos alunos participantes, o nível de formação propiciado pela escola aos alunos do ensino médio.

Cada *campus* conta com um membro na composição da CPA. Neste sentido, os relatórios gerados devem ser encaminhados à Direção e às Gerências Acadêmica e Administrativa para, em conjunto, ser analisados pelos coordenadores dos cursos. A partir destes relatórios, poderão ser planejadas melhorias no que se refere à infraestrutura e ao desenvolvimento de novos processos educacionais no âmbito acadêmico.

5.3 Comissão Própria de Avaliação – CPA

No âmbito da autoavaliação, o Cefet/RJ possui uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) que atua na elaboração do diagnóstico institucional, cuja culminância é a construção de relatórios que retratam a realidade em seus diversos aspectos. Este instrumento não apenas reorienta o desenvolvimento das atividades institucionais como também subsidia as atividades de avaliação externa. Entre essas se situam a avaliação dos cursos de graduação, o Exame Nacional do Ensino Superior, ENADE, realizado pelo Ministério da Educação, e o Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, que, embora seja um exame de caráter voluntário, reflete o nível de formação propiciado pela escola aos alunos do ensino médio.

Cada *campus* conta com um membro na composição da CPA, que atua na elaboração de relatórios, os quais, por sua vez, devem ser encaminhados à Direção e às Gerências Acadêmica e Administrativa para, em conjunto, serem analisados pelos coordenadores dos cursos. A partir desses relatórios, poderão ser planejadas melhorias no que se refere à infraestrutura e ao desenvolvimento de novos processos educacionais no âmbito acadêmico.

6. RECURSOS DO CURSO

6.1 Corpo docente

O corpo docente do Curso Bacharelado em Turismo do *campus* Petrópolis conta com professores de diversas áreas do conhecimento e especializações, tais como Turismo, Administração, História, Geografia, Artes e Linguagens. Os docentes do curso, relacionados no Quadro 7, pertencem à carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e trabalham, majoritariamente, em regime de dedicação exclusiva (DE).

Todos os docentes possuem pós-graduação *stricto sensu* e significativa produção acadêmica que se reflete nas publicações em periódicos nacionais e internacionais, além da participação em eventos acadêmicos com apresentação de trabalhos. Os docentes do curso participam frequentemente de eventos profissionais, científicos, didáticos, dentre outros, a fim de buscar atualização em suas áreas de atuação. A destinação de verba de custeio para concessão de diárias e passagens pela instituição estimula a participação dos docentes nesses eventos.

Quadro 7: Relação do corpo docente atuante no Curso Bacharelado em Turismo, sua titulação, carreira e regime de trabalho

Nome	Titulação Máxima	Carreira/Regime de Trabalho	Colegiado de Lotação
Aixa Teresinha Melo de Oliveira	Mestre	EBTT/DE	BTURPET*
Alexandra Maria de Abreu Rocha	Mestre	EBTT/DE	BTURPET*
Alice Moraes Rego de Souza	Mestre	EBTT/DE	BTURPET*
Celso Braga Junior	Mestre	EBTT/DE	MTELPET**
Daniela Frey de S. Thiago	Mestre	EBTT/DE	MTELPET**
Fabio Sampaio de Almeida	Doutor	EBTT/DE	BTURPET*
Felipe da Silva Ferreira	Mestre	EBTT/DE	MTELPET**
Frederico Ferreira de Oliveira	Mestre	EBTT/DE	BTURPET*
Jarlene Rodrigues Reis	Mestre	EBTT/DE	BTURPET*
Lélian Patrícia de Oliveira Silveira	Doutora	EBTT/DE	BTURPET*
Luciana de Mesquita Silva	Doutora	EBTT/DE	BTURPET*
Ludmila Vargas Almendra	Doutora	EBTT/DE	BTURPET*
Luis Carlos Dias de Oliveira	Doutor	EBTT/40H	BTURPET*
Marcelo Augusto Mascarenhas	Mestre	EBTT/DE	BTURPET*
Marcelo Faria Porretti	Mestre	EBTT/DE	MTELPET**
Nara Maria Carlos de Santana	Doutora	EBTT/DE	BTURPET*
Patrícia Ferreira de Souza Lima	Doutora	EBTT/DE	BTURPET*

Rafael Teixeira de Castro	Doutor	EBTT/DE	BTURPET*
Roberta Dalvo Pereira da Conceição	Doutora	EBTT/DE	BTURPET*
Soraia Wanderrosck Toledo	Mestre	EBTT/DE	LICFIS***
Suzana Santos Campos	Mestre	EBTT/DE	BTURPET*

Fonte: Elaboração própria

* Bacharelado em Turismo

** Técnico em Telecomunicações Integrado ao Ensino Médio

*** Licenciatura em Física

O Colegiado do Curso Bacharelado em Turismo atua, está institucionalizado e possui representatividade dos segmentos, sendo formado por todos os docentes de diferentes áreas lotados no curso, pelo presidente do Centro Acadêmico, como representação discente oficial, e um segundo representante discente, escolhido independentemente entre os pares. O colegiado reúne-se ao menos uma vez por mês, sendo suas reuniões e decisões associadas devidamente registradas havendo um fluxo determinado para o encaminhamento das decisões. Nesse sentido, após sondagem entre os pares de pontos a serem discutidos, as pautas são divulgadas com pelo menos uma semana de antecedência às reuniões. Ademais, é estabelecido no início de cada ano letivo o calendário de reuniões mensais. O colegiado desempenha as seguintes atribuições:

- a) acompanhar o funcionamento do Curso, discutir, analisar e deliberar sobre questões acadêmicas, pedagógicas e administrativas relacionadas às atividades da coordenação e ao curso;
- b) decidir sobre recursos ou representações de alunos e professores relativos aos processos do curso;
- c) opinar e decidir sobre sugestões de Departamentos ou docentes, que envolvam assuntos de interesse do curso;
- d) cooperar com os demais órgãos institucionais;
- e) determinar as disciplinas optativas do curso;
- f) deliberar sobre afastamento docente para curso de capacitação;
- g) opinar e deliberar sobre outras matérias que lhe forem atribuídas, bem como sobre casos omissos que se situem na esfera de sua competência;
- h) deliberar sobre outros componentes curriculares, atividades acadêmico-científico-culturais, com vistas a contribuir ao pleno desenvolvimento do projeto de formação profissional.

6.1.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Desde sua criação, o NDE do curso Bacharelado em Turismo vem atuando na elaboração, implementação, consolidação e contínua atualização deste Projeto Pedagógico, além de auxiliar a coordenação em assuntos específicos. O Quadro 8 apresenta a composição do NDE de acordo com a Portaria nº 1356 de 23 de novembro de 2016.

São atribuições do NDE, dentre outras:

- elaborar e acompanhar, com base nas orientações institucionais, a estrutura curricular quanto à duração do curso, número de créditos, disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas e seus pré-requisitos;
- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- zelar pelo cumprimento integral da legislação vigente pertinente ao curso, tal como as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- acompanhar e avaliar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado do Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

Quadro 8: Relação da composição atual do Núcleo Docente Estruturante do Curso Bacharelado em Turismo do *campus* Petrópolis (Portaria nº 235 de 15 de março de 2017)

	Nome	Titulação Máxima	Área de Formação	Carreira/Regime de Trabalho
01	Alexandra Maria de Abreu Rocha	Mestre	Administração	EBTT/DE
02	Fabio Sampaio de Almeida	Doutor	Letras	EBTT/DE
03	Luciana de Mesquita Silva	Doutora	Letras	EBTT/DE
04	Ludmila Vargas Almendra	Doutora	Artes Visuais	EBTT/DE
05	Rafael Teixeira de Castro	Doutor	Turismo	EBTT/DE
06	Suzana Santos Campos	Mestre	Turismo	EBTT/DE

Fonte: Elaboração própria

6.1.2 Coordenação do curso

A Coordenação do Curso está engajada em toda a gestão do curso, porém atua majoritariamente em seu âmbito acadêmico no esforço de executar e cumprir o planejamento estratégico da instituição e do curso. O coordenador do curso também é presidente do Colegiado e do NDE. Por isso, é o responsável por manter um calendário periódico de reuniões destes dois órgãos do curso. Além disso, é o representante oficial frente às outras instâncias da instituição, se fazendo presente, sempre que necessário, em reuniões no *campus* sede, assim como no *campus* Petrópolis. Pode-se citar, especificamente, a participação do coordenador no Conselho do *Campus* (CONPUS), instância consultiva e deliberativa dos *campi* do Cefet/RJ, que tem a incumbência de discutir, decidir e propor sobre questões referentes ao *campus* e à instituição. A atual coordenadora do Curso Bacharelado em Turismo é Alexandra Maria de Abreu Rocha, docente da carreira EBTT em regime DE, Bacharel em Administração e Mestre em Educação (2010).

O Coordenador é eleito pelo Colegiado do Curso, tendo mandato de dois anos, passível de recondução. Em termos gerais, as atribuições do Coordenador são descritas a seguir:

- I – exercer a coordenação didático-pedagógica segundo as normas vigentes na instituição;
- II – representar a integração entre docentes, discentes e instâncias superiores do Cefet/RJ;
- III – representar o curso em conselhos e câmaras de gestão acadêmica do Cefet/RJ;
- IV – propor modificações no currículo do curso sempre que necessário, adequando-o a novos contextos e realidades;
- V – propor número de vagas ofertadas e critérios de preenchimento de vagas ociosas do curso;
- VI – coordenar a orientação acadêmica dos alunos;
- VII – fazer a integração entre os setores de estágio supervisionado, a coordenação do trabalho de conclusão de curso e demais atividades curriculares;
- VIII – coordenar as atividades do Colegiado do curso e do Núcleo Docente Estruturante;
- IX – analisar requerimentos e solicitações de alunos e professores do curso;

X – coordenar a gestão de recursos destinados ao curso.

A Coordenação do Curso está diretamente subordinada à Gerência Acadêmica do *campus* Petrópolis, instância com a qual articula ações no sentido de viabilizar as atividades propostas pelo Colegiado, bem como o atendimento a demandas de alunos e professores.

A carga horária dedicada semanalmente a atividades de atendimento aos alunos e professores, reuniões acadêmicas e administrativas e outras ações relacionadas à gestão do Curso está especificada no Plano Semestral de Atividades Acadêmicas do coordenador.

6.2 Instalações gerais

O *campus* Petrópolis se encontra em um amplo prédio histórico no centro da cidade e é organizado em uma estrutura de cinco blocos. O bloco principal, ou bloco A, concentra os escritórios da direção do *campus*, das gerências acadêmica e administrativa e dos serviços acadêmicos e administrativos de forma geral. No bloco A, existem ainda 9 (nove) salas de aula, o Laboratório de Alimentos e Bebidas e de Eventos, o Laboratório de Informática do *campus*, o refeitório e espaço de convivência dos alunos, dentre outros ambientes. O bloco B concentra os laboratórios didáticos do curso de Licenciatura em Física, o Laboratório de Línguas e o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Turismo. No bloco B, encontram-se ainda os gabinetes dos docentes de todos os cursos do *campus*. No anexo do bloco B, localizam-se as salas dos Centros Acadêmicos dos cursos Bacharelado em Turismo, Licenciatura em Física e Bacharelado em Engenharia da Computação, além do grêmio estudantil do Ensino Médio, e 5 (cinco) salas de aula. Por fim, o último bloco (bloco C) contém a biblioteca e as salas de apoio dos servidores terceirizados da limpeza, manutenção e vigilância. O *campus* dispõe ainda de estacionamento apenas para os carros oficiais e para as motos de servidores e terceirizados, além de bicicletários. Os banheiros são distribuídos homogeneamente por todo o seu espaço físico. O prédio conta também com segurança feita por vigilantes em tempo integral, bem como dispõe de equipamentos de segurança para caso de emergências.

Todas as salas de aula são compartilhadas por todos os cursos do *campus*. Elas são amplas, claras e arejadas (algumas com aparelhos de ar condicionado e outras com ventiladores) e estão distribuídas conforme explicitado no parágrafo acima. A alocação das

turmas nas salas de aula é feita semestralmente pela Gerência Acadêmica e se dá pelo número de alunos por disciplina. As salas de aula possuem projetores, lousas e cadeiras confortáveis.

Além das salas de aula, o *campus* conta com vários laboratórios didáticos que são utilizados pelos diversos cursos existentes no *campus*. Com a atual distribuição de salas de aula, laboratórios e espaços acadêmicos, os discentes têm acesso a todas as áreas do *campus*, além do contato com seus pares, o que lhes proporciona uma integração total na infraestrutura e na vida acadêmica.

6.2.1 Laboratórios didáticos de formação básica

A estrutura dos laboratórios foi criada e adequada de acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (2010), que possuem uma relação de laboratórios recomendados.

As normas de funcionamento, utilização, segurança e atualização de equipamentos seguem as disposições contidas na Resolução n. 03/2017, de 17 de agosto de 2017 do Conselho de Campus (CONPUS) Petrópolis, divulgadas no portal institucional do Cefet/RJ.

Na gestão desses laboratórios, a Gerência Acadêmica do campus realiza a avaliação periódica de sua demanda e qualidade, como também realiza o planejamento da qualidade da demanda para futuras atividades acadêmicas referentes a ensino, pesquisa e extensão.

A utilização desses espaços se dá também em momentos nos quais não há a oferta de aulas regulares, ficando esses disponíveis para atividades acadêmicas gerais (projetos de pesquisa, extensão e realização de trabalhos pelos alunos).

Em cada laboratório, o ambiente é refrigerado, as cadeiras são giratórias com espuma, há quadro branco e projetor multimídia. Há também no-breaks para suportar os equipamentos eletrônicos. Os computadores desktop são de configuração atualizada, contendo instalação de todos os softwares necessários para cada abordagem e todos com mecanismo de virtualização como recurso inovador, além de acesso à internet.

A seguir é apresentada a relação de laboratórios de formação básica, com as suas principais características:

- **Laboratório de Informática:** Voltado a atender a todos os alunos do campus Petrópolis para atividades de ensino, pesquisa e extensão, que necessitam de acesso à

internet e demais recursos de informática. Com área de 30 metros quadrados e capacidade para grupos de até 33 alunos.

- **Laboratório de Arquitetura de Computadores e Software:** Laboratório compartilhado com o curso de Engenharia da Computação, no curso Bacharelado em Turismo, é voltado a atender a todos os alunos do campus Petrópolis para atividades de ensino, pesquisa e extensão, que necessitam de acesso à internet e demais recursos de informática. Com área de 50 metros quadrados e capacidade para grupos de até 33 alunos.

6.3 Acessibilidade e sustentabilidade

Nos últimos anos, o Cefet/RJ, tal como qualquer outra instituição prestadora de serviço público, passou a focar seu trabalho em dois importantes paradigmas: o da sustentabilidade e o da acessibilidade. Esses conceitos nortearam uma série de demandas de serviços e de projetos.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, mais conhecida como Lei da Acessibilidade, busca estabelecer, em seu artigo 1º, as normas gerais e os critérios básicos para promover a acessibilidade de todas as pessoas com deficiência, indiferente de qual seja (visual, locomotora, auditiva etc.), ou que apresentam mobilidade reduzida, através da eliminação dos obstáculos e barreiras existentes nas vias públicas, na reforma e construção de edificações, no mobiliário urbano e ainda nos meios de comunicação e transporte.

Essa demanda culminou na contratação de uma empresa especializada para fazer a adequação necessária a todos os espaços dos campi, atendendo ao Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e à norma ABNT-NBR 9.050 de 2015. As obras realizadas e as planejadas foram consideradas adequadas pelo Ministério Público, que entende que a Instituição vem empenhando esforços para atender a legislação no que tange a questão da acessibilidade, conforme consta no Ofício PR/RJ/COORJU/DICIVE/N06875/2016.

A questão da sustentabilidade tem sido tratada mais especificamente no edital de novos projetos e obras. Todas as novas construções e acréscimos já estão sendo exigidas em conformidade com o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, e demais legislações

específicas visando à economia de água, à eficiência energética, à subtração de resíduos, à utilização de conforto ambiental com o menor impacto possível ao meio ambiente.

6.4 Instalações específicas

O *campus* Petrópolis oferece instalações para o funcionamento dos diferentes cursos. Para atender às demandas do curso Bacharelado em Turismo, são disponibilizados espaços adequadamente equipados para atividades de gestão, atendimento aos docentes e discentes, aulas teóricas e práticas, projetos de pesquisa e extensão, entre outras.

A Coordenação do curso Bacharelado em Turismo possui uma sala equipada com computador com acesso à Internet, impressora a laser, armários e gaveteiros e mobiliário e material adequados para as atividades cotidianas, bem como para o atendimento a discentes e docentes.

O curso Bacharelado em Turismo conta com uma sala para todos os docentes para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e de pesquisa. O espaço é equipado com mesas, cadeiras, computadores com acesso à Internet, impressoras e armários individuais e coletivos. Em relação aos recursos tecnológicos são disponibilizados *notebooks*, projetores multimídia, lousas interativas, equipamento de som, *home theater* completo e câmeras fotográficas.

Além dos espaços descritos acima, o curso dispõe de quatro laboratórios didáticos especializados, cuja dinâmica está baseada no processo de aprendizagem como elemento significativo e socializante do saber, representando para os discentes o estímulo à pesquisa, reflexão e desenvolvimento de ideias inovadoras para o campo do turismo. São eles:

- **Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Turismo (LEPETUR):** tem como objetivo oferecer aos discentes e docentes um espaço para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. O LEPETUR dispõe de mesas, cadeiras, armários, lousa, 15 computadores com acesso à Internet e projetor multimídia.
- **Laboratório de Alimentos e Bebidas:** tem como objetivo atender às demandas das aulas práticas das disciplinas Gestão de Bares e Restaurantes. O espaço é equipado com mesas, cadeiras, pia, refrigerador duplex, forno, 3 computadores, 1 impressora, entre outros itens. O Laboratório possui ainda copos, pratos, talheres,

louças, entre outros equipamentos e utensílios úteis para as aulas práticas das disciplinas, além de utilizados em eventos realizados pelo curso e pelo *campus*.

- **Laboratório de Eventos:** tem como objetivo atender às demandas das aulas práticas das disciplinas Cerimonial e Protocolo em Eventos e Organização e Gestão de Eventos, o Laboratório de Eventos é utilizado por docentes e discentes envolvidos em diversos eventos promovidos pelo curso de Turismo e por outras instâncias do *campus* Petrópolis. No espaço são desenvolvidas atividades de gestão, planejamento e operacionalização de eventos em todas as suas etapas. Com natureza interdisciplinar, o Laboratório de Eventos oferece materiais e equipamentos utilizados em diversos cursos e setores com ações articuladas à promoção de eventos na instituição. Mesas dobráveis, cadeiras, tribuna, cavaletes, biombos, toalhas, computador e equipamentos de som e vídeo compõem a estrutura geral do Laboratório.
- **Laboratório de Línguas:** tem como objetivo propiciar aulas mais dinâmicas e interativas a partir do uso de recursos audiovisuais como 14 computadores com acesso à Internet, fones de ouvido, lousa interativa e projetor multimídia, facilitando o trabalho dos professores de língua portuguesa, espanhola e inglesa, especialmente com relação a músicas, filmes, vídeos e pesquisas *in loco* sobre os assuntos trabalhados nas aulas.

Com relação às normas referentes às atividades realizadas nos laboratórios didáticos, o *campus* Petrópolis dispõe da Resolução nº03/2017, de 17 de agosto de 2017.

6.5 Apoio ao discente

6.5.1 Biblioteca

A biblioteca do *campus* tem como objetivo facilitar o acesso aos recursos de informação. Abriga um acervo atualizado de 2.240 títulos com 6.957 exemplares nas áreas de atuação dos cursos do *campus* e sua equipe é formada por bibliotecários e profissionais

técnico-administrativos. O acesso a periódicos está contemplado através do portal CAPES, que pode ser acessado dos computadores da própria biblioteca.

A biblioteca possui sistema informatizado de consulta ao acervo e serviços remotos, o SOPHIA. Através deste sistema, os alunos e professores podem consultar a existência de recursos bibliográficos em todas as bibliotecas do sistema Cefet/RJ, reservar um exemplar, renovar os exemplares emprestados e consultar seu histórico de empréstimos.

A biblioteca funciona das 9h às 21h todos os dias úteis da semana e o sistema SOPHIA está disponível ininterruptamente através de acesso eletrônico. A servidora responsável pela biblioteca é a Luciana de Souza Castro, graduada em Biblioteconomia.

A biblioteca tem 285 m² de área e sua estrutura física está dividida entre recepção, acervo, guarda-volumes, espaços para estudo individual e em grupo, espaço de exposições e escritório de trabalho administrativo. Além disso, há computadores para consultas ao acervo e acesso à internet para pesquisas.

Na biblioteca, são oferecidos os seguintes serviços:

- acesso aberto ao acervo às comunidades interna e externa do *campus*;
- acervo on-line (<http://biblioteca.cefet-rj.br/>);
- acesso ao portal de periódicos da CAPES;
- auxílio à busca e à recuperação da informação;
- visita orientada (capacitação informacional);
- orientação quanto ao uso dos recursos informacionais;
- empréstimo domiciliar (permite levar até 3 livros por 14 dias);
- empréstimo especial (somente para finais de semana e feriados);
- empréstimo entre bibliotecas;
- reserva de livros;
- computadores com acesso a internet;
- serviços de digitalização de arquivos;
- elaboração de fichas catalográficas;
- orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos (ABNT);

- exposições temporárias.

O acervo disponível na Biblioteca é constantemente atualizado e revisto, por meio de um trabalho conjunto entre os funcionários do setor e os docentes que elaboram os programas de cada disciplina. Nesse processo, identificam-se índices de consultas e empréstimos por título, facilitando a elaboração de pedidos de aquisição de novos exemplares, bem como a indicação de títulos complementares para pesquisa. Cabe ressaltar que a bibliografia requerida nas disciplinas regulares constantes neste projeto de curso é atendida plenamente pelo acervo atual, sem a necessidade de aquisição de itens adicionais.

6.5.2 Seção de Articulação Pedagógica

A Seção de Articulação Pedagógica (SAPED) destina-se ao acompanhamento do processo educacional nos níveis da Educação Básica e Superior, nas dimensões pedagógica e social, atuando em parceria com o Serviço de Psicologia e junto aos diferentes atores do processo educativo, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento harmonioso e equilibrado dos estudantes nos aspectos intelectual, social, ético, cultural e profissional, bem como contribuir com a permanência e a continuidade dos estudos.

É constituída por profissionais da Educação (Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais) e do Serviço Social (Assistente Social), os quais atuam articuladamente, em uma proposta de trabalho multidisciplinar, e intervém, direta e preventivamente, no sentido de promover o sucesso acadêmico dos alunos e, também, a qualidade das ações educativas.

A inserção do assistente social no referido setor resulta da sua atuação política e profissional na defesa dos direitos sociais e humanos, vinculada a uma necessidade institucional de contribuir com a ampliação do processo educacional, com vistas a garantir o acesso e permanência dos sujeitos na educação escolarizada. Neste sentido, o trabalho desenvolvido pelo assistente social não se confunde ao dos educadores. Sua atuação se dá no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais, bem como dos processos institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais.

As atividades da SAPED podem ser caracterizadas em seis núcleos de atuação: acolhimento de alunos ingressantes, acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem,

assessoramento no desenvolvimento de atividades institucionais, prevenção à repetência e à evasão, assistência social e relação família-escola (no nível da Educação Básica).

No que se refere ao primeiro núcleo, destacam-se duas ações fundamentais. No início de cada semestre (no nível do Ensino Superior) ou ano (no nível da Educação Básica), é realizado um momento de recepção com os alunos ingressantes, que tem como objetivo oferecer orientações básicas para os estudantes acerca das normas institucionais, processo de matrícula, avaliação, entre outras, e situar o aluno no contexto do nível de ensino em que está matriculado. Posteriormente, são feitas anamneses, cuja metodologia utilizada envolve a aplicação de um questionário e a realização de entrevistas para o conhecimento da história acadêmica pregressa dos estudantes, das motivações que levaram à escolha do curso, dos hábitos de estudo e leitura, da realidade e das necessidades de ordem socioeconômica. Nesse processo também ocorre a identificação de alunos público alvo da educação especial.

No que diz respeito ao acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, têm destaque: organização e a presidência dos Conselhos de Classe (no nível da Educação Básica), atividades de assistência aos alunos com dificuldades de aprendizagem, acompanhamento dos casos de alunos infrequentes, encaminhamento de alunos para atendimento com especialistas, atendimento e aconselhamento às famílias, nos casos em que se fizer necessário, reuniões pedagógicas de cunho formativo e de orientação, processos de adaptação curricular dos alunos público alvo da educação especial.

No campo da assistência social, o setor efetua a seleção dos alunos para os Programas Assistenciais do Cefet, os quais têm como fundamento a promoção do acesso e da permanência dos estudantes na Instituição, que estejam em condição de vulnerabilidade social e/ou econômica, contribuindo para a sua formação acadêmica. São eles:

- Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED) - destinado a facilitar a acessibilidade, permanência e formação de qualidade aos estudantes com deficiência.
- Programa de Auxílio Emergencial (PAEm) - destinado a minimizar as dificuldades socioeconômicas emergenciais que comprometem a permanência do estudante na Instituição.
- Programa de Auxílio ao Estudante (PAE), destinado a atender os estudantes que não dispõem de recursos financeiros suficientes para alimentação durante sua permanência na Instituição.

O assessoramento no desenvolvimento de atividades institucionais envolve a participação na elaboração/revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso, dos Programas de Disciplina, a contribuição no planejamento anual das atividades acadêmicas, a participação na Semana de Extensão, nas atividades do NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas), em comissões diversas, grupos de estudo e trabalho, entre outros.

No núcleo de prevenção à repetência e à evasão, a SAPED desenvolve, em articulação com os colegiados, Serviço de Psicologia e demais instâncias institucionais, ações que vão desde a identificação das causas, à implementação de estratégias para diminuição dessas taxas, tais como, aconselhamento aos estudantes quanto à organização do tempo e a melhor utilização das técnicas de estudo, concessão de bolsas do Programa de Auxílio ao Estudante, orientação às coordenações quanto à oferta de cursos de nivelamento, ajustes nos processos de ensino e de avaliação, desenvolvimento de estratégias de recuperação da aprendizagem, mediação de conflitos na relação professor-aluno e orientação vocacional.

Por fim, no que se refere à relação família-escola, a SAPED promove momentos de encontro com os responsáveis dos alunos da Educação Básica, não apenas para tratar do desenvolvimento e da aprendizagem dos mesmos, a exemplo das reuniões periódicas e dos atendimentos individualizados, como também para fortalecer e estreitar os vínculos entre as duas instâncias. Neste núcleo de atuação destaca-se o desenvolvimento do “Projeto COMpartilhar”, que tem como objetivo trocar experiências sobre temáticas contemporâneas relacionadas à educação dos adolescentes, as quais trazem desafios para pais e educadores.

6.5.3 Serviço de Psicologia

O Serviço de Psicologia está vinculado à Gerência Acadêmica, apresentando três eixos de atuação, a saber:

I. Gestão de políticas e processos educacionais e práticas institucionais

Neste eixo, o Serviço de Psicologia assessora ações ligadas à gestão institucional, propondo formas alternativas de mediações e construções do desenvolvimento pessoal e coletivo. Para tanto, propõe: a análise crítica dos processos de trabalho, das práticas profissionais e das políticas institucionais; a mediação de conflitos; e oferece suporte no desenvolvimento de pessoas e coletivos de trabalho.

Nesse sentido, atualmente o Serviço é corresponsável pelo Mapeamento e Redesenho de Processos Organizacionais, iniciativa que visa organizar e aperfeiçoar os processos de trabalho, a fim de viabilizar a implantação da Gestão por Processos no *campus* – em alinhamento com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) –, colaborando com a construção e consolidação de identidades profissionais de docentes e gestores na Educação Superior.

No âmbito das políticas institucionais, participa ainda da concepção, planejamento e realização de ações e políticas institucionais que respondam à necessidade de enfrentamento das diversas formas de violência e desigualdade no espaço educacional; de redução da retenção e da evasão nos cursos; entre outras.

II. Articulação pedagógica e funcionamento de cursos

No eixo Pedagógico, o Serviço de Psicologia acompanha os processos de ensino-aprendizagem em articulação com a SAPED (Seção de Articulação Pedagógica) e o NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas), através de avaliações e intervenções psicopedagógicas e psicossociais junto aos docentes, visando promover a conscientização sobre concepções subjacentes e orientadoras dos profissionais sobre educação, desenvolvimento, aprendizagem e avaliação; apoiar o desenvolvimento de competências discentes; e impulsionar a formação continuada do corpo docente, particularmente no que tange aos recursos subjetivos para responder aos desafios suscitados pela recente ampliação do sistema educacional, no sentido da inclusão social e construção de cidadania, visando promover a permanência e a qualidade da formação dos estudantes.

III. Atendimento ao estudante

No eixo de atendimento ao estudante, o Serviço de Psicologia promove o acolhimento de demandas de estudantes e familiares, realizando orientação individual, encaminhamentos externos para acompanhamento especializado, orientação de grupos e famílias e mediação de conflitos.

Em articulação com a SAPED (Seção de Articulação Pedagógica) e o NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas), promove o conhecimento do perfil socioeconômico e psicopedagógico dos estudantes, de forma a orientar intervenções e planos de acompanhamento do seu desenvolvimento.

Por fim, realiza o trabalho de orientação profissional aos alunos, em apoio aos docentes ou por demanda espontânea direcionada, abarcando o aconselhamento de carreira, o desenvolvimento de competências e a orientação preparatória para processos seletivos de estágio.

6.5.4 Seção de Registros Acadêmicos

A Seção de Registros Acadêmicos (SERAC) é o setor do *campus* destinado ao registro, ao arquivo e à emissão de documentos relacionados à vida acadêmica dos estudantes. Encontra-se vinculada à Divisão de Administração Acadêmica e submete-se às normas emanadas pelo DERAC – Departamento de Administração e Registros Acadêmicos, do *campus* sede. Neste setor, podem ser feitos os seguintes procedimentos: matrículas, trancamentos de matrícula, solicitação de prova substitutiva, declarações diversas, dentre outras.

6.5.5 Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) prepara a instituição para receber as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNE, providenciando a adaptação de currículo conforme a necessidade de cada aluno.

O NAPNE se estruturou no Cefet/ RJ, a partir da ação TEC NEP⁵ (BRASIL, 2016). O Núcleo no *campus* Petrópolis foi criado pela Portaria Institucional nº 326, de 05 de maio de 2011. Sua equipe é constituída por servidores de diferentes formações, que atuam em diversos setores/colegiados, o que contribui para uma atuação multidisciplinar, com vistas a alcançar a acessibilidade em seus espectros atitudinal, arquitetônico, pedagógico, programático, digital, nas comunicações, nos transportes, dentre outros. O foco de trabalho do Núcleo é público alvo da Educação Especial, exposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, em seu artigo 58, da seguinte forma: “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede

⁵O TEC NEP é uma ação coordenada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação que visa à inserção das Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNE – (deficientes, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) em cursos de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Neste sentido, o NAPNE busca atender, nos níveis de ensino ofertados pelo Cefet/RJ (Educação Básica, Ensino Superior e Pós-graduação), às diferentes demandas para a inclusão de seus alunos e servidores, orientando-se pela articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

O NAPNE atua com o paradigma de que a inclusão de estudantes no ensino regular exige mudanças que vão desde a reestruturação física dos ambientes, até as adaptações curriculares e metodológicas, e desde sua implantação, o Núcleo busca parceria com diferentes atores e setores, sejam eles do sistema Cefet/RJ, de seu próprio *Campus*, ou ainda, externos, com o objetivo de buscar romper com as diferentes barreiras que perpassam o processo de inclusão. Por este motivo, busca realizar debates, estudos e reflexões necessárias para prover o amplo espectro de acessibilidade que o tema abarca. Tais proposições são realizadas, também, nas reuniões mensais promovidas pelo Núcleo. A proposta das reuniões ampliadas é envolver o máximo de participantes (servidores e discentes) e aproximar todos os envolvidos nas temáticas, tornando-os co-responsáveis pela mudança que este paradigma propõe.

Ainda nesta perspectiva, diversas ações são desenvolvidas. Dentre elas estão formações, voltadas para seus servidores (docentes e técnico administrativos) e funcionários terceirizados, que são ofertados por meio de minicursos, sensibilizações, exposições de filme, palestras, dentre outras.

O Núcleo também realiza intervenções com os discentes, a começar pela Recepção de Alunos Ingressantes – atividade que faz parte do Calendário Acadêmico – na qual, os mesmos são informados a respeito do paradigma atual de inclusão, com vistas à participação plena e atenção à diversidade e, em especial, das Pessoas com Deficiência na educação regular.

O acompanhamento do processo educacional dos estudantes alvo de intervenções do NAPNE inicia-se com a sua identificação. Tal ação se dá, em parceria com a Seção de Articulação Pedagógica (SAPED), por meio um de formulário eletrônico. Posteriormente, é realizada entrevista com os alunos para levantar suas necessidades. Uma vez identificados, passam a contar com um cadastro, com o objetivo de acompanhá-los ao longo de sua trajetória na instituição. Neste contexto, o NAPNE Petrópolis realiza acompanhamento de seus alunos, por meio de atendimentos em parceria com a Seção de Articulação Pedagógica, o

Serviço de Psicologia, o Serviço Social, entre outros. Busca-se apoio dos docentes, das Coordenações dos Cursos, da Gerência Acadêmica, da Gerência Administrativa e da Direção para resposta às demandas e solicitações apresentadas pelos discentes.

Elucida-se que, em relação à acessibilidade arquitetônica, as instalações físicas no *campus* contam com adaptações razoáveis (BRASIL, 2015), uma vez se tratar de prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Conforme descrito na Seção 6.2, há um Termo do Ajuste de Conduta assinado pela instituição com o Ministério Público prevendo a adequação dos prédios para permitir as condições apropriadas de acesso.

6.5.6 Programas de atendimento ao discente

Diversos programas de atendimento ao discente são desenvolvidos pelos setores acadêmicos do *campus* de forma permanente ou esporádica. Destacam-se como programas permanentes aqueles que visam auxiliar financeiramente os estudantes com necessidades específicas e/ou com deficiência ou necessidades educacionais.

Atividades integradoras são realizadas periodicamente no *campus*, com destaque para a Semana de Recepção aos Calouros, a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão e as Semanas Acadêmicas, como a Semana de Turismo.

Em adição aos horários das disciplinas, os docentes do curso oferecem semestralmente seus horários de atendimento extraclasse para os alunos matriculados nas disciplinas que lecionam. Dessa forma, os discentes podem procurá-los para dirimir suas dúvidas referentes às disciplinas, auxiliando, assim, no processo ensino e aprendizagem.

Enquanto política efetiva de permanência e êxito de discentes nos cursos de graduação, foi instituída pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão a Resolução n. 38/2016, no âmbito do Cefet/RJ, a qual aprova as normas para funcionamento e operação das Comissões de Acompanhamento de Desempenho Discente (CADD). Essa comissão, formada por 3 (três) docentes do Colegiado tem a finalidade de acompanhar alunos que têm apresentado baixo desempenho em suas atividades acadêmicas para orientá-los à continuidade de seus estudos, sem que haja a retenção ou a possível evasão. A comissão também tem a função de avaliar os casos dos alunos que estão em situação irregular em relação ao período de integralização do curso.

Desde o início de 2018 são realizadas, semestralmente, reuniões da CADD com os alunos. Nessas reuniões, os alunos que se enquadram nas situações previstas na Resolução n. 38/2016/CEPE são convocados para receber orientações dos professores componentes da CADD e realização de plano de estudo para superação de seu enquadramento, eventualmente, caso haja o entendimento da comissão pode haver o encaminhamento desses discentes à SAPED.

6.5.7 Atividades estudantis suplementares

O Curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ *campus* Petrópolis proporciona aos graduandos diversas atividades estudantis que contribuem em formação profissional, acadêmica e pessoal. Trata-se de um conjunto de programas institucionais de bolsa, os quais são descritos a seguir:

a) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

Os alunos do curso podem participar do PIBIC por meio de projetos de pesquisa de professores orientadores do quadro docente do curso ou de outro professor da instituição. O Cefet/RJ abre a cada ano edital específico para seleção de bolsistas, para o qual o professor submete um projeto. Cada professor pode solicitar até 3 pedidos de bolsa além de pedidos sem bolsa, isto é, projetos nos quais os alunos participam como voluntários.

b) Programa de monitoria

A monitoria é um programa da Diretoria de Ensino no qual são oferecidas bolsas aos alunos do curso para desenvolverem atividades de ensino junto a algum professor que ministra uma disciplina do curso. Em geral, as disciplinas que contam com o auxílio de um monitor são aquelas que tradicionalmente têm maior número de matriculados e que apresentam maiores dificuldades para os alunos. Da mesma forma que os demais programas, os alunos podem participar como voluntários.

c) Projetos de Extensão

Os projetos de extensão do Cefet/RJ têm editais abertos anualmente para aqueles projetos de duração maior e podem contar com a participação dos alunos na condição de

bolsistas ou de voluntários. No entanto, os docentes podem cadastrar projetos de menor duração nos quais os alunos podem participar como voluntários.

d) Intercâmbio estudantil

O Cefet/RJ possui um programa de intercâmbio estudantil ativo possibilitado pelos diversos convênios estabelecidos com instituições de ensino e pesquisa internacionais. Em editais publicados periodicamente, os alunos podem concorrer a vagas e bolsas para acesso aos programas de intercâmbio das instituições internacionais em diversos países, tais como Portugal, Alemanha, Itália, Estados Unidos, França, Canadá e Argentina.

e) Atividades extracurriculares

Os discentes do curso sempre são incentivados a participar de eventos extracurriculares de caráter técnico-científico-culturais através de diversas ações, tais como visitas técnicas, escolas de verão e de inverno, participação em encontros da área, dentre outros. Essas atividades são, sempre quando possível, possibilitadas pela disponibilização de veículo e/ou ajuda de custo para financiar a viagem e estada no local do evento.

f) Centro Acadêmico (CA)

Os alunos do curso se organizam e coordenam as atividades do Centro Acadêmico do Curso Bacharelado em Turismo. Neste, os estudantes têm a possibilidade de exercer a sua formação política por meio das ações que o CA promove, representando os interesses discentes. O CA está diretamente envolvido na recepção dos novos alunos a cada semestre, organizando atividades em parceria com a coordenação do curso.

6.5.8 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem

Constitui-se, dentro da concepção e organização curricular do curso, o paradigma de atenção e valorização da diversidade e pluralidade humana. Desta forma, as tecnologias da informação e comunicação e ações dos professores, partindo da concepção do direito de aprendizagem, servirão como impulsionadores da perspectiva inclusiva, na qual as propostas pedagógicas e as instâncias gestoras atendem aos princípios e fundamentos da educação como direito humano indisponível e incondicional.

Destaca-se como acessibilidade digital e comunicacional para a promoção de discentes e docentes junto ao contexto educacional do Curso Bacharelado em Turismo, o acesso aos

laboratórios voltados para a área da informática e da computação, nos quais estes discentes, sob a orientação dos docentes do curso, realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão, permitindo a aprendizagem a partir das demandas acadêmicas e do mundo do trabalho de maneira geral.

É disponibilizada para os servidores (docentes e técnicos administrativos) e discentes, a rede sem fio de acesso à internet nos diferentes ambientes do Cefet/RJ campus Petrópolis, permitindo assim o acesso a conteúdo e interação virtual de discentes e docentes por meio de diferentes mídias.

Além disso, o Departamento de Tecnologia da Informação (DTINF) tem trabalhado com o intuito de fornecer e integrar soluções digitais ao cotidiano dos servidores e discentes. Com o objetivo de prover maior sinergia entre os serviços prestados à comunidade, o DTINF, em suas atribuições, disponibiliza o serviço de e-mail institucional para todos os discentes regularmente matriculados na instituição.

Além do e-mail, é disponibilizado o acesso às seguintes tecnologias de comunicação, possibilitando experiências diferenciadas de aprendizagem em consonância com o mundo do trabalho, as quais são encontradas nas diferentes realidades laborais.

Os serviços de tecnologia de comunicação disponibilizados, que contribuem para o desempenho e armazenamento seguro das atividades acadêmicas, tanto de docentes quanto discentes, são:

- e-mail com 50 GB de armazenamento, na forma nome.sobrenome@aluno.cefet-rj.br;
- armazenamento de 1 TB na nuvem (OneDrive);
- acesso ao pacote de softwares da Microsoft, incluindo Word Online; Excel Online; PowerPoint Online; Outlook Online; Microsoft *Forms*.

A biblioteca possui sistema informatizado de consulta ao acervo e serviços remotos, o SOPHIA. Através deste sistema, os alunos e professores podem consultar a existência de recursos bibliográficos em todas as bibliotecas do sistema Cefet/RJ, reservar um exemplar, renovar os exemplares emprestados e consultar seu histórico de empréstimos, como também acessar o acervo de trabalhos de conclusão de curso de discentes já formados pelo Cefet/RJ campus Petrópolis.

O acesso a periódicos está contemplado através do portal CAPES, que pode ser acessado dos computadores da própria biblioteca pelos discentes e docentes.

Além do acesso dentro do Cefet/RJ campus Petrópolis, os docentes e discentes podem também realizar a consulta via acesso remoto ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos - CAFe.

Considerada sua consonância com as diretrizes e bases da educação nacional, com as finalidades da educação superior e com as políticas institucionais, o curso em questão vem se configurando como ambiente de estímulo às atitudes reflexivas e críticas, mediante ações que concorram para o desenvolvimento do espírito científico e promovam a criação e a difusão cultural, em prol da melhor compreensão da realidade contemporânea, bem como das possibilidades de intervenção e de transformação dessa realidade.

REFERÊNCIAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior –. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/institucional/a-andifes/>>. Acesso em 19 dez. 2017.

BASTOS, F., NARDI, R. (org) **Formação de professores e práticas pedagógicas no ensino de ciências**: contribuições da pesquisa na área. São Paulo: Escrituras Editora, 2008 (Educação para a ciência, 8).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 02, de 2 de julho de 2015**. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 11 de fevereiro de 2009**. Estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rcp01_09.pdf>. Acesso em: 01 out. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010**, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2017.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 18 de abril de 2017.

BRASIL. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Lei 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Lei 9.536, de 11 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a transferência de alunos dos cursos de graduação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9536.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em 18 de abril de 2017.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014/2024. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Lei 13.168, de 6 de outubro de 2015. Altera a redação do § 1o do art. 47 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13168.htm. Acesso em 01 de out. de 2016.

BRASIL. Mesa da Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Disponível em < <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa TEC NEP. [2010]**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/proinfancia/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/12779-programa-tec-nep> > Acesso em: 01 de out. de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 04, de 09 de janeiro de 1984**. Aprova o Regimento Interno do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 3.796, de 1º de novembro de 2005**. Aprovar o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ.

CANEN, Ana; MOREIRA, Antônio Flávio (Orgs.). **Ênfases e omissões no currículo**. São Paulo: Papirus, 2001.

CARNEIRO, P. C. O.; COLLADO, D. M. S.; OLIVEIRA, N. F. C. Extensão universitária e flexibilização curricular na UFMG. *Interfaces – Rev. de Extensão*. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 4-26, jul./dez. 2014.

CDES. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - **Agenda para o novo ciclo de desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/evento/6381/agenda-para-onovo-ciclo-de-desenvolvimento-reuniao-regional-v.html>>. Acesso em 01 de out. de 2016.

Cefet/RJ. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Celso Suckow da Fonseca- **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física** Petrópolis, 2013.

Cefet/RJ. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Celso Suckow da Fonseca- **Edital 08/2016**: Transferência externa. Rio de Janeiro, 2016.

Cefet/RJ. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Celso Suckow da Fonseca- **Edital 09/2016**: Transferência interna. Rio de Janeiro, 2016.

Cefet/RJ. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Celso Suckow da Fonseca- **Edital 10/2016**: Reingresso. Rio de Janeiro, 2016.

Cefet/RJ. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Celso Suckow da Fonseca- **Edital 12/2016**: Concurso de seleção de alunos. Rio de Janeiro, 2016.

Cefet/RJ. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Celso Suckow da Fonseca- **Regimento interno cursos de graduação 2014** Cefet/RJ. Rio de Janeiro, 2014.

Cefet/RJ. **Projeto de Desenvolvimento Institucional para o período compreendido entre 2010-2014**. Rio de Janeiro, 2010.

CONAES. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

Disponível

em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&Itemid=30192>. Acesso em 01 de out. de 2016.

CORREIA, W. Flexibilização Curricular: O que? Como? Para que? 24 ago. 2010. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/pensamentos/2456982>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

DELORS, Jaques (org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília – DF/MEC/UNESCO, 2006.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330390&search=rio-de-janeiro|petropolis>>. Acesso em 01 de out. de 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Brasília, 2009

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Escola e Aprendizagem da Docência: Processo de Investigação e Formação**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

PETRÓPOLIS (RJ). **Plano Petrópolis Imperial**. Disponível em: <<http://www.cmp.rj.gov.br/planodiretor/pdf/03-anexo.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2010.

PIMENTA, S. G & LIMA, M. S. L. **Estágio e docência: diferentes concepções**. Revista Poíesis, v. 3, n. 3-4, p. 5-24, 2005/06.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

SILVA, A; PAYO, I. S.; GOMES, C. **Áreas Visuais e Tecnológicas**. Lisboa: Texto Editores, 1998.

TERRAZZAN, E. A. Inovação escolar e pesquisa sobre formação de professores. In: NARDI, R. (org) **A pesquisa em Ensino de Ciências no Brasil**: alguns recortes. São Paulo: Escrituras Editora, 2007.

APÊNDICE I: Manual de Estágio Supervisionado do Curso Bacharelado em Turismo



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ *CAMPUS* PETRÓPOLIS
CURSO: BACHARELADO EM TURISMO**

**Manual de Estágio Supervisionado do Curso
Bacharelado em Turismo**

Primeira edição

Petrópolis
2018

©2018 – 1ª edição
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Cefet/RJ *campus* Petrópolis
Curso: Bacharelado em Turismo.
Coordenação de Estágio Supervisionado
Biblioteca do Cefet/RJ *campus* Petrópolis

Direção-Geral

Carlos Henrique Figueiredo Alves

Vice-Direção

Maurício Saldanha Motta

Direção do *campus* Petrópolis

Frederico Ferreira de Oliveira

Gerência Acadêmica

Welerson Fernandes Kneipp

Gerência Administrativa

Carlos de Jesus da Silva

Bacharelado em Turismo

Coordenadora

Alexandra Maria de Abreu Rocha

Colegiado

Aixa Teresinha Melo de Oliveira

Alice Moraes Rego de Souza

Fabio Sampaio de Almeida

Jarlene Rodrigues Reis

Lelian Patrícia de Oliveira Silveira

Luciana de Mesquita Silva

Organização e elaboração do documento

Coordenação de Estágio Supervisionado

Ludmila Vargas Almendra

Núcleo Docente Estruturante

Alexandra Maria de Abreu Rocha

Fabio Sampaio de Almeida

Luciana de Mesquita Silva

Ludmila Vargas Almendra

Rafael Teixeira de Castro

Suzana Santos Campos

Biblioteca

Luciana de Souza Castro, bibliotecária

Ludmila Vargas Almendra

Luis Carlos Dias de Oliveira

Marcelo Augusto Mascarenhas

Nara Maria Carlos de Santana

Pâmela Marcia Ferreira Dionísio

Rafael Teixeira de Castro

Roberta Dalvo Pereira da Conceição

Suzana Santos Campos

Cefet/RJ – Sistema de Bibliotecas / *campus* Petrópolis

M294

Manual de estágio supervisionado do Curso Bacharelado em Turismo / Organização e elaboração: Ludmila Vargas Almendra; Luciana de Souza Castro – Petrópolis, RJ: Cefet/RJ *campus* Petrópolis, 2018.

35 p.

Bibliografia: p.18

1. Estágio supervisionado - Manuais. 2. Curso Bacharelado em Turismo – Estágio supervisionado. I. Título. II. Almendra, Ludmila Vargas. III. Castro, Luciana Souza.

CDD 370.113

Elaborada por Luciana de Souza Castro CRB7/4812

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
10 ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO BACHARELADO EM TURISMO.....	10
2 CONCEPÇÃO E OBJETIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	11
3 ÁREAS PARA A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	9
4 NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	14
4.1 Orientações Gerais	14
4.2 Procedimentos e documentos necessários para a realização e validação do Estágio Supervisionado	16
4.3 Procedimentos e documentos necessários para validação de atividades profissionais como Estágio Supervisionado.....	16
4.4 Critérios de avaliação	17
5 DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	19
5.1 Competências da Instituição de Ensino Superior (IES).....	19
5.2 Competências da Parte Concedente de Estágio.....	19
5.3 Competências do Coordenador de Estágio Supervisionado	20
5.4 Competências do Professor Orientador do Estágio Supervisionado	21
5.5 Competências do aluno estagiário	21
6 ORIENTAÇÕES PARA A FORMATAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO.....	22
6.1 Normas gerais para apresentação gráfica	22
REFERÊNCIAS.....	24
APÊNDICE A - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO.....	25
APÊNDICE B - FICHA DE FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO	26
APÊNDICE C - ESTRUTURA DE RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO	29
APÊNDICE D - EXEMPLO DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO.....	30
APÊNDICE E – EXEMPLOS DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
ANEXO A – CITAÇÕES E NOTAS DE RODAPÉ	41

APRESENTAÇÃO

Este manual destina-se à orientação dos alunos do Curso Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ - *campus* Petrópolis matriculados em Estágio Supervisionado e foi elaborado considerando as bases legais que regulamentam o estágio e o funcionamento do Curso, bem como os princípios contidos em seu Projeto Pedagógico.

Nele, o Estágio Supervisionado é caracterizado em termos de sua organização na estrutura curricular do Curso, sua concepção, seus objetivos, seus campos de realização, sua dinâmica, os critérios de avaliação, as competências e as responsabilidades dos atores envolvidos.

Os apêndices trazem os documentos necessários para o acompanhamento e a validação do estágio, com vistas a facilitar a organização dos alunos e registrar suas atividades.

Espera-se que este instrumento possa colaborar para que o aluno do Curso Bacharelado em Turismo compreenda a importância do estágio supervisionado como parte de seu percurso formativo e se dedique a esta atividade com o empenho que ela requer.

1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO BACHARELADO EM TURISMO

Enquanto componente curricular obrigatório, articulado à estrutura curricular do Curso Bacharelado em Turismo, o Estágio Supervisionado corresponde a atividades que visam propiciar vivências nas mais diferentes áreas do campo profissional em questão, assegurando o aprofundamento e a diversificação dos conteúdos.

Dessa forma, considerando que a formação em Turismo pressupõe a articulação entre teorias e práticas, uma vez que todo fazer implica em uma reflexão e esta implica em um fazer, o Curso prevê a realização de trezentas horas de estágio supervisionado a partir do momento em que for cumprido, no mínimo, cinquenta por cento da carga horária total prevista para a integralização do currículo.

As atividades de estágio supervisionado abrangem diferentes campos de atuação e devem guardar relação com os demais componentes previstos na matriz curricular do Curso, pertencentes aos diferentes núcleos de formação.

Considerando a perspectiva crítica que fundamenta a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Turismo, espera-se que a realização das atividades de Estágio Supervisionado possa colaborar para que os alunos desenvolvam conhecimentos e sejam capazes de articular os saberes da experiência e os saberes científicos na construção de suas práticas profissionais cotidianas.

2 CONCEPÇÃO E OBJETIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006), o projeto pedagógico e a organização curricular dos cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, de forma interligada, além de Conteúdos Básicos e Conteúdos Específicos, Conteúdos Teórico-Práticos que abranjam “estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios” (BRASIL, 2006, p. 3).

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como:

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educando que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008)

Além disso, “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (BRASIL, 2008).

Sendo assim, o estágio supervisionado se configura como campo de conhecimento e espaço de formação profissional indissociavelmente teórico-prático, que pressupõem o desenvolvimento de atitudes que envolvam reflexão e intervenção. Não se reduz, assim, à prática instrumental, ou seja, ao mero treinamento de habilidades e competências (PIMENTA; LIMA, 2004), devendo ser entendido enquanto um conjunto de aprendizagens orientadas por profissionais da área, a serem realizadas mediante o exercício de atividades diretamente relacionadas aos contextos formativos de Turismo, que proporcionem experiência profissional, social e cultural. O estágio é caracterizado, portanto, pelo vínculo educativo-profissionalizante, devendo ser supervisionado e realizado como parte do projeto pedagógico e integrado à trajetória formativa do educando.

O Estágio Supervisionado tem como objetivo levar o aluno a:

- compreender as questões relacionadas aos contextos culturais, sociais, econômicos e ambientais em que se realizam as práticas profissionais do bacharel em Turismo;

- identificar as especificidades das diferentes áreas de atuação do bacharel em Turismo;
- desenvolver habilidades para o planejamento, a execução e a avaliação de atividades relacionadas ao campo do Turismo;
- desenvolver competências para o empreendedorismo com vistas à implementação de inovações na área do Turismo;
- construir pensamento crítico e reflexivo pautado nas experiências desenvolvidas durante o estágio;
- articular teoria e prática de modo a contribuir para contextualização curricular.

Espera-se, por fim, que o Estágio Supervisionado proporcione ao aluno oportunidades para aplicar os conhecimentos acadêmicos e, ao mesmo tempo, adquirir vivência profissional na respectiva área de atividade, além de avaliar suas próprias habilidades perante situações práticas da vida e aprimorar o relacionamento humano.

3 ÁREAS PARA A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

São consideradas áreas de estágio aquelas compatíveis com a formação profissional dos alunos do Curso Bacharelado em Turismo, a saber:

- agenciamento: agências de viagens e operadoras turísticas;
- meios de hospedagem: hotéis, pousadas, *flats*, motéis, cruzeiros marítimos, *resorts*, empresas de *time-sharing*, campings, pensões, albergues, hospitais, hotéis-fazenda, entre outros;
- alimentos e bebidas: restaurantes, bares, *buffets*, empresas de *catering*, entre outros;
- recreação e entretenimento: parques de diversão, hotéis e similares, colônias de férias, clubes, empresas de recreação, empresas de entretenimento, empresas com serviço especial de recreação, casas noturnas, de espetáculos e shows, entre outros;
- transportes: empresas dos setores aéreo, hidroviário, ferroviário e rodoviário;
- eventos: empresas organizadoras, meios de hospedagem, clubes recreativos, associações e entidades de classe, centros de convenção, setor de eventos em empresas de diferentes naturezas;
- planejamento: centros e postos de informação turística, prefeituras, secretarias de turismo, escritórios e conselhos de turismo, associações de turismo, *convention bureaux*, empresas de consultoria, órgãos públicos, organizações do terceiro setor;
- cultura e patrimônio: museus, centros culturais, galerias de arte, áreas naturais e unidades de conservação;
- mídias especializadas: mídia impressa e eletrônica, empresas de tecnologia, entre outros.

4 NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

As normas para a realização do Estágio Supervisionado são definidas pela legislação em vigor, pelos documentos institucionais do Cefet/RJ e pelo Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Turismo.

4.1 Orientações Gerais

- I.** O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e sua realização requer que sejam observados os seguintes requisitos:
 - matrícula e frequência regular do educando no Curso, atestados pela instituição de ensino;
 - cumprimento de, no mínimo, cinquenta por cento da carga horária total prevista para a integralização do currículo;
 - celebração do convênio entre a instituição de ensino e a parte concedente;
 - celebração do Termo de Compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
 - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso.
 - formalização da orientação de estágio, que deverá ser realizada por professor do Curso Bacharelado em Turismo da área em que o estágio será desenvolvido.

- II.** O estagiário deverá estar segurado contra acidentes pessoais e poderá receber bolsa-estágio e/ou auxílio-transporte da parte concedente, conforme acordado no Termo de Compromisso.

- III.** A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário, devendo constar no Termo de Compromisso e ser compatível com as atividades escolares. Assim, é permitida a realização de, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 6 (seis) horas diárias (30 horas semanais).

- IV.** Obrigatoriamente, o Termo de Compromisso será celebrado entre o estudante e a parte concedente do estágio, com interveniência da Instituição de Educação Superior (IES), respeitado o critério de que as atividades oferecidas sejam compatíveis com a formação profissional do estudante e contribuam para seu processo educativo.
- V.** Independente de estar apto para realizar o estágio curricular, o aluno poderá fazer estágio não-obrigatório em qualquer semestre letivo sem obter créditos na disciplina. Esse tipo de estágio poderá ser obtido pelo aluno por conta própria ou por meio de contato com a Divisão de Integração Empresarial (DIEMP) do Cefet/RJ.
- VI.** Após habilitado ao cumprimento do Estágio Supervisionado, o aluno terá autonomia para captar oportunidades de estágio, devendo ser uma empresa, um equipamento ou um laboratório específico que possa oferecer condições adequadas para realização do estágio.
- VII.** O aluno poderá interromper o estágio antes do prazo acordado em caso justificado de inadaptação, incompatibilidade entre as atividades realizadas e aquelas previstas no Termo de Compromisso ou interesse do concedente. O aluno deverá comunicar o desligamento ao professor orientador de estágio e à parte concedente com pelo menos sete (7) dias de antecedência.
- VIII.** O estágio feito por meio de Agente de Integração (Ex: Centro de Integração Empresa Escola (CIEE)) será validado caso possua convênio com o Cefet/RJ.
- IX.** A carga horária correspondente à participação em projetos de extensão e de iniciação científica poderá ser validada como estágio curricular, na forma prevista na Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006, Art. 7º, § 1º, e no projeto pedagógico do curso, desde que sejam observados os requisitos e os documentos necessários previstos no item 4.2 deste Manual.
- X.** A atividade profissional correlata ao curso, como empregado, empresário ou autônomo poderá ser validada, desde que sejam observados os requisitos e os documentos necessários previstos no item 4.3 deste Manual;
- XI.** É obrigatório o comparecimento do aluno para entrega de documentação, nos prazos e datas estabelecidos no Calendário Acadêmico que compreendem os períodos de avaliação denominados de Prova 1 e de Prova 2;
- XII.** Os casos omissos serão apreciados pelo Coordenador de Estágio Supervisionado e pelo Coordenador do Curso Bacharelado em Turismo.

4.2 Procedimentos e documentos necessários para a realização e validação do Estágio Supervisionado

- **Matrícula na disciplina de Estágio Supervisionado;**
- **Termo de Convênio:** o aluno somente poderá realizar Estágio Supervisionado em instituições que mantenham convênio com o Cefet/RJ, mediante a assinatura, pelas partes envolvidas, de documento jurídico denominado Termo de Convênio;
- **Termo de Compromisso de Estágio:** termo a ser firmado entre a Instituição de Ensino, a parte concedente de estágio e o aluno, no qual deverão constar as informações referentes ao estágio e ao seguro obrigatório contra acidentes pessoais;
- **Ficha de Identificação (APÊNDICE A)**
- **Ficha de Frequência e Avaliação (APÊNDICE B):** deverá ser preenchida e assinada pelo supervisor indicado pela parte concedente com controle de frequência e avaliação de desempenho do estagiário;
- **Relatório Final de Estágio (item 6)**

4.3 Procedimentos e documentos necessários para validação de atividades profissionais como Estágio Supervisionado

- **Matrícula na disciplina de Estágio Supervisionado;**
- **Ficha de Identificação (APÊNDICE A)**
- **Comprovantes da atividade profissional:**

a) Empregado: declaração da organização onde atua, dirigida ao Cefet/RJ campus Petrópolis, em papel timbrado, devidamente assinada e carimbada pelo representante legal da organização, indicando o cargo ocupado na empresa e as atividades profissionais desempenhadas pelo estudante durante, no mínimo, 6 (seis) meses; cópias da carteira de trabalho (página do número e série, dados pessoais e do contrato de trabalho) ou do contracheque atual e do 6º (sexto) mês anterior a este.

b) Empresário: cópias do Contrato Social e do cartão do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa, comprovando que o estudante participa do quadro societário da organização há pelo menos 6 (seis) meses.

c) Microempreendedor Individual (MEI): cópias de comprovante de situação cadastral de pessoa jurídica e das guias de recolhimento do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), comprovando atividade há pelo menos 6 (seis) meses.

d) Autônomo: cópias do comprovante de registro na Prefeitura Municipal, do comprovante de recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS) e do carnê de contribuição ao INSS correspondente ao período de pelo menos 6 (seis) meses.

- **Relatório Final de Estágio** (item 6)

4.4 Critérios de avaliação

Os critérios de avaliação referentes à disciplina Estágio Supervisionado são os seguintes:

- Estágio Supervisionado: cumprimento da carga horária mínima exigida (300 horas), realização das ações previstas neste manual, avaliação de desempenho do estagiário realizada pelo supervisor da parte concedente e avaliação do relatório final de estágio, pelo professor orientador.
- Validação de atividades profissionais como Estágio Supervisionado: cumprimento da atividade por pelo menos 6 (seis) meses, realização das ações previstas neste manual e avaliação do relatório final de estágio pelo professor orientador.

Uma vez matriculado na disciplina Estágio Supervisionado e tendo cumprido a carga horária de estágio ou período de atividade profissional exigidos, o aluno deverá apresentar toda a documentação ao coordenador de Estágio Supervisionado, nas datas estabelecidas no Calendário Acadêmico para as avaliações denominadas Prova 1 ou Prova 2.

Caso o aluno conclua o estágio ou período de atividade profissional após a Prova 2, deverá trancar a disciplina Estágio Supervisionado e se re matricular, para apresentar e validar a documentação na data da Prova 1 ou da Prova 2 do semestre subsequente.

O aluno que não apresentar os documentos necessários para a validação, tendo passado um semestre sem nenhum contato, ficará impedido de validar o estágio realizado, devendo cumprir outra carga horária, formalizada em novo Termo de Compromisso de Estágio.

O aluno que não concluir com aprovação a disciplina de Estágio Supervisionado não estará apto a colar grau.

5 DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

5.1 Competências da Instituição de Ensino Superior (IES)

Constituem obrigações da Instituição de Ensino Superior, em relação aos estágios de seus educandos:

- Celebrar Termo de Compromisso entre o educando e a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso e ao horário e calendário acadêmicos;
- Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- Indicar professor orientador da área a ser desenvolvido o estágio como responsável pelo acompanhamento e avaliação do Relatório Final de Estágio;
- Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- Zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- Comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;
- Arquivar documentação comprobatória de validação do estágio curricular, atendidas as recomendações do Ministério da Educação para os cursos de graduação

5.2 Competências da Parte Concedente de Estágio

Constituem obrigações da Parte Concedente de Estágio:

- Celebrar Termo de Compromisso de Estágio com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

- Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- Enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;
- Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso.

5.3 Competências do Coordenador de Estágio Supervisionado

A coordenação das atividades de estágio do Curso Bacharelado em Turismo será exercida por um professor do Colegiado a quem são atribuídas as seguintes responsabilidades:

- Planejar a cada semestre, de modo articulado à Coordenação do Curso, o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado com base nos fundamentos do Projeto Pedagógico do Curso;
- Elaborar procedimentos e cronogramas de avaliação de estágio;
- Orientar o discente sobre a formalização de convênios e de termos de compromisso, bem como o rompimento dos mesmos, quando for o caso, encaminhando-o ao setor competente;
- Detectar oportunidades para a realização de estágios, respeitadas as normas institucionais do Cefet/RJ;
- Disponibilizar informações aos professores orientadores sobre o estágio obrigatório curricular;
- Promover evento de socialização das experiências de estágios curriculares;

- Emitir grau da disciplina Estágio Supervisionado, conforme orientações deste manual.

5.4 Competências do Professor Orientador do Estágio Supervisionado

O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo de um professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, a quem compete:

- Orientar o planejamento e o desenvolvimento das atividades pertinentes ao estágio supervisionado;
- Avaliar o desenvolvimento das atividades de estágio;
- Manter os Coordenadores de Estágio Supervisionado e do Curso informados sobre as atividades relacionadas ao estágio;
- Estimular a participação dos alunos em atividades relacionadas ao estágio supervisionado, tais como estudos, palestras e seminários;
- Orientar e acompanhar os estudantes na elaboração do Relatório Final de Estágio;
- Avaliar o Relatório Final de Estágio.

5.5 Competências do aluno estagiário

Ao aluno estagiário compete:

- Colaborar no desenvolvimento de esforços para a obtenção de oportunidades de estágio;
- Realizar as atividades propostas pelo professor orientador de estágio, de acordo com as normas previstas neste manual;
- Requerer ao coordenador de estágio a documentação necessária à realização das atividades de estágio;
- Requerer às partes concedentes credenciadas a autorização para que realize as atividades de estágio;
- Apresentar-se ao local da realização do estágio, portando a documentação necessária;
- Cumprir o plano de atividades e a carga horária prevista para o estágio;

- Registrar as observações feitas no campo de estágio;
- Elaborar e entregar nos prazos determinados, o relatório de estágio (conforme este manual), bem como outros documentos que se façam necessários;
- Pautar-se por conduta ética e compromissada com relação às IES e às partes concedentes;
- Zelar pelos equipamentos e bens materiais utilizados no desenvolvimento de suas atividades de estágio.

6 ORIENTAÇÕES PARA A FORMATAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO

A elaboração do Relatório Final de Estágio deverá ter o acompanhamento do professor orientador.

Para a formatação dos trabalhos, além do solicitado e exemplificado neste Manual: **APÊNDICE C:** Estrutura de Relatório Final de Estágio, **APÊNDICE D:** Exemplo de Apresentação de Relatório Final de Estágio e **ANEXO A:** Citações e notas de rodapé, indique a utilização das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (disponíveis na Biblioteca da *campus*):

- **NBR 10719/15:** Informação e documentação: Relatório técnico e/ou científico - Apresentação.
- **NBR 6023/02:** informação e documentação: referências: elaboração. (exemplos no APÊNDICE D)
- **NBR 10520/02:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação (ANEXO A).

6.1 Normas gerais para apresentação gráfica

- Formato: formato A4 (21 cm x 29,7 cm), impressos em cor preta, podendo utilizar outras cores somente para as ilustrações.
- Fonte: Times New Roman, tamanho 12.
- Margens: esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2 cm.
- Espaço: 1,5 para o corpo do texto e simples para as referências. As referências devem ser separadas entre si por um espaçamento simples.

- Paginação: todas as folhas do trabalho, a partir da folha de rosto, devem ser contadas, mas não numeradas. A numeração é colocada a partir da primeira folha da parte textual até os anexos, em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha.
- Anexos: caso seja necessário apresentar material ilustrativo ou complementar ao texto, com material não elaborado pelo autor (gráficos, tabelas, figuras, formulários, etc)
- Apêndice: texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho
- Referências: Devem ser apresentadas em ordem alfabética, alinhadas à margem esquerda, espaço entre linhas simples e separadas entre si por espaço duplo (Exemplos Apêndice E).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10719**: Informação e documentação: Relatório técnico e/ou científico – Apresentação. Rio de Janeiro, 2015.

BISSOLI, Maria Angela Marques Ambrizi. **Estágio em Turismo e Hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. **Resolução nº 13**, de 24 de novembro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.

_____. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Brasília, DF: **Presidência da República - Casa Civil, 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm Acesso em: 24 nov. 2017.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ *CAMPUS* PETRÓPOLIS. **Manual de estágio supervisionado: curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo**. Petrópolis, RJ, 2012.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ *CAMPUS* PETRÓPOLIS. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Turismo**. Petrópolis, RJ, 2017.

_____. **Regimento interno: graduação**. Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em: http://www.cefet-rj.br/attachments/article/2413/graduacao_2014.pdf Acesso em: 12 mai. 2017.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

RECEITA FEDERAL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp>. Acesso em: 24 nov. 2017.

REDESIM. **Portal do Empreendedor**. Disponível em: <<http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/>>. Acessado em: 24 nov. 2017.

APÊNDICE A - Ficha de Identificação



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CEFET/RJ campus PETRÓPOLIS
CURSO BACHARELADO EM TURISMO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

I – DADOS DO(A) ALUNO(A):			
NOME:			
MATRÍCULA:	INGRESSO: ____ / ____	CPF:	
RG Nº:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:		
ENDEREÇO RESIDENCIAL:			
BAIRRO:	CIDADE:	UF:	CEP:
TELEFONES: () _____ () _____	E-MAIL :		
II – DADOS DO ESTÁGIO:			
MODALIDADE: () estágio () participação em projeto de extensão ou de pesquisa () atividade profissional			
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ESTÁGIO: ____ horas Início: ____ / ____ / ____ término: ____ / ____ / ____			
PERÍODO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL: ____ meses Início: ____ / ____ / ____ término: ____ / ____ / ____			
ÁREA: () agenciamento () meios de hospedagem () recreação e entretenimento () eventos () planejamento () alimentos e bebidas () cultura e patrimônio () mídias especializadas () transportes () outras: _____			
SUPERVISOR (parte concedente, exceto para atividade profissional):		E-MAIL:	
ORIENTADOR (instituição de ensino):		E-MAIL:	
III – DADOS DA PARTE CONCEDENTE:			
RAZÃO SOCIAL:		CNPJ:	
NOME FANTASIA:			
PRINCIPAL ATIVIDADE:			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	CIDADE:	UF:	CEP:
CONTATO NA EMPRESA:		TELEFONE: () _____	
IV – ANEXOS:			
ESTÁGIO / PARTICIPAÇÃO EM EXTENSÃO OU PESQUISA: () Cópia do Termo de Compromisso de Estágio e/ou Termo Aditivo () Ficha de Frequência e Avaliação () Relatório Final de Estágio		ATIVIDADE PROFISSIONAL: () Declaração da empresa (empregado) () Cópia da carteira de trabalho ou contracheques (empregado) () Cópia do Contrato Social (empresário) () Cópia do cartão do CNPJ (empresário) () Comprovante de situação cadastral (MEI) () Cópias de guias de recolhimento de INSS (MEI) () Comprovante de registro na Prefeitura Municipal (autônomo) () Cópias do recolhimento de ISS (autônomo) () Cópias de carnê de contribuição - INSS (autônomo) () Relatório Final de Estágio	
Petrópolis, ____ de ____ de ____			

Aluno (a) estagiário (a)			

Coordenador(a) de Estágio Supervisionado			

APÊNDICE B - Ficha de Frequência e Avaliação

I – DADOS DA PARTE CONCEDENTE:

RAZAO SOCIAL: _____ NOME FANTASIA: _____ CNPJ: _____ TEL: () _____
ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____ CIDADE: _____ UF: _____ CEP: _____

II – DADOS DO ESTAGIO:

PRINCIPAL ATIVIDADE REALIZADA: _____ PERÍODO DE AVALIAÇÃO: de ____/____/____ a ____/____/____
CARGA HORÁRIA SEMANAL: ____ horas, ____ dias/semana HORÁRIO: ____ às ____ e ____ às ____ Final de semana: ____ às ____
SUPERVISOR: _____ E-MAIL: _____

III – AVALIAÇÃO DO(A) ESTAGIÁRIO(A):

Avaliação realizada pelo supervisor

- | | | |
|------------------------|--|---|
| Excelente: A | 1. <input type="checkbox"/> Assiduidade | 6. <input type="checkbox"/> Senso crítico |
| Bom: B | 2. <input type="checkbox"/> Pontualidade | 7. <input type="checkbox"/> Organização |
| Regular: C | 3. <input type="checkbox"/> Dedicção | 8. <input type="checkbox"/> Desempenho nas atividades |
| Aceitável: D | 4. <input type="checkbox"/> Responsabilidade | 9. <input type="checkbox"/> Relação interpessoal |
| Insuficiente: E | 5. <input type="checkbox"/> Iniciativa | 10. <input type="checkbox"/> Comunicação |

Observações: _____

Data: ____/____/____ Nome do supervisor _____ Cargo ou função _____ Assinatura e carimbo _____

APÊNDICE C - Estrutura de Relatório Final de Estágio

Quadro:1 – Estrutura dos elementos

ESTRUTURA	ELEMENTO	CONDIÇÃO
Elementos pré-textuais	Folha de rosto	Obrigatório
	Errata	Opcional
	Folha de aprovação (assinada e datada)	Obrigatório
	Dedicatória	Opcional
	Agradecimentos	Opcional
	Epígrafe	Opcional
	Resumo na língua vernácula	Obrigatório
	Lista de ilustrações	Opcional
	Lista de tabelas	Opcional
	Lista de abreviaturas e siglas	Opcional
	Lista de símbolos	Opcional
Sumário	Obrigatório	
Elementos textuais	Introdução	Obrigatório
	Desenvolvimento	Obrigatório
	Conclusão	Obrigatório
Elementos pós-textuais	Referências	Obrigatório
	Glossário	Opcional
	Apêndices	Opcional
	Anexos	Opcional

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015.

APÊNDICE D - Exemplo de apresentação de Relatório Final de Estágio



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ CAMPUS PETRÓPOLIS
CURSO: BACHARELADO EM TURISMO**

EMPRESA: XXXXXX
ÁREA DE ATUAÇÃO: XXXX
PERÍODO DE REALIZAÇÃO: XXXX

NOME COMPLETO DO ESTAGIÁRIO

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO

Relatório Final de Estágio apresentado ao Curso Bacharelado em Turismo do CEFET/RJ campus Petrópolis, como requisito necessário para avaliação final na disciplina Estágio Supervisionado.

Prof(a). Orientador(a): XXXXXXXXXXXX

**PETRÓPOLIS
2018**



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ CAMPUS PETRÓPOLIS
CURSO: BACHARELADO EM TURISMO**

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME COMPLETO DO ESTAGIÁRIO

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO

Este trabalho foi apresentado como Relatório Final de Estágio do Curso Bacharelado em Turismo do CEFET/RJ campus Petrópolis, obtendo a nota _____, atribuída pelo(a) Professor(a) Orientador(a).

Petrópolis, _____ de _____ de 2018.

Prof(a). XXXXX
Orientador(a)

RELATÓRIO ENTREGUE À COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM:

_____/_____/_____

Coordenador(a) de Estágio Supervisionado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO	5
2.1 Considerações teóricas sobre a área do estágio	7
2.2 Descrição da parte concedente de estágio	9
2.3 Descrição e análise das atividades desenvolvidas	10
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS	17
APÊNDICES	18
ANEXOS	19

1 INTRODUÇÃO (mínimo de 1 página)

- Breve apresentação da parte concedente de estágio (empresa, organização, instituição onde o estágio foi realizado) e da principal função/cargo exercido pelo estagiário;
- Síntese da estrutura do relatório e dos assuntos tratados.

2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO (mínimo de 3 páginas)

2.1 Considerações teóricas sobre a área do estágio

- Fundamentação teórica e contextualização curricular, relacionando conteúdos estudados e outras experiências vividas durante a formação acadêmica com a área de atuação da empresa e as atividades desenvolvidas;

2.2 Descrição da parte concedente de estágio

- Breve histórico da instituição/empresa;
- Endereço, site;
- Classificação da empresa segundo o porte;
- Natureza da empresa (pública, privada, terceiro setor, MEI, outros);
- Missão;
- Atividades da empresa;
- Número de funcionários;
- Estrutura Organizacional;
- Perfil do cliente.

2.3 Descrição e análise das atividades desenvolvidas

- Descrição detalhada das atividades desenvolvidas durante o estágio (atribuições, treinamentos, processos envolvidos, recursos e ferramentas utilizados, exemplos práticos e outras informações interessantes para a descrição das atividades);
- Exposição da experiência de maneira pessoal, destacando aspectos significativos do aprendizado para o trabalho e para a vida cidadã;
- Análise crítica da atuação e auto-avaliação. Considerar atitudes (assiduidade, pontualidade, comunicação, relacionamento, interesse, dedicação, disciplina, responsabilidade) e desempenho (qualidade de execução de tarefas, domínio das funções ou atividades, iniciativa, criatividade, segurança na tomada de decisões, articulação com conhecimentos acadêmicos), destacando dificuldades, desafios enfrentados, contribuições para a empresa, entre outros pontos relevantes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS (mínimo de 1 página)

- Parecer final sobre tudo o que foi relatado, apresentando uma síntese das contribuições do estágio para a formação acadêmica e profissional em turismo;
- Avaliação da participação como estagiário, do seu aproveitamento, da atuação da supervisão e do acompanhamento que recebeu da empresa, considerando o estágio um ato educativo.
- Apresentação de sugestões para possíveis soluções de dificuldades enfrentadas;
- Perspectivas de inserção profissional futura a partir das experiências durante o estágio.

APÊNDICE E – Exemplos de Referências Bibliográficas

A ABNT NBR 6023/2002 é a norma a ser seguida para elaboração das Referências Bibliográficas. Indicamos que esta norma seja consultada para referenciar documentos e/ou fontes de informação não contemplados nos exemplos abaixo.

1 Casos mais comuns de referenciação bibliográfica

1.1 Livros como um todo

Elementos essenciais: autor(es), título, edição⁶, local, editora e data de publicação.

Exemplos:

a) Publicação com um autor

DIAS, Reinaldo. Turismo sustentável e Meio Ambiente. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

b) Publicação com dois ou três autores

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

c) Publicação com mais de três autores – “et al.”

VIEIRA, Antonieta P. et al. Gestão de contratos de terceirização na administração pública: teoria e prática. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010. 381p.

d) Responsabilidade pelo conjunto da obra, em coletâneas (Organizador (Org.), Compilador (Comp.), Coordenador (Coord.), Editor (Ed.), etc.)

BRAGA, Debora Cordeiro (Org.). Agências de viagens e turismo: práticas de mercado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

e) Autor pessoa jurídica

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Manual Ambiental do Parque Nacional Serra dos Órgãos. Brasília, DF, 2007.

Em meio eletrônico:

⁶ Caso se trate da primeira edição da obra, não é necessário mencionar. A indicação é obrigatória a partir da segunda edição.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível: introdução a uma viagem de inclusão.** Brasília: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/17turismo_a_cessivel.html>. Acesso em: 30 mar. 2011.

f) Autor com partícula de parentesco no nome (Neto, Junior, Filho, etc.)

MÁTTAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era da informática.** São Paulo: Saraiva, 2002.

g) Autor de nome espanhol

PEREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Los derechos fundamentales.** 6. ed. Madrid: Tecnos, 1995.

1.2 Partes de livro

Elementos essenciais: autor (es), título da parte, seguidos da expressão “**In:**” e da referência completa do livro no todo (ver 1.1). No final da referência deve-se informar a paginação, a fim de individualizar a parte referenciada.

Exemplos:

a) Capítulo de livro com autorias diferentes

VIEIRA, Fernanda Carolina Costa. Regularização fundiária em Recife: participação popular e superação de desafios. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). **A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano.** Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 115-124.

b) Capítulo de livro com autorias iguais (usar traveção)

NOVAIS, Fernando A. Os problemas da colonização portuguesa. In: _____. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** 9. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2011. cap. 3. (Quando o autor do livro for o mesmo do capítulo colocar um travessão para evitar a repetição deste).

Em meio eletrônico:

MELLO, Gustavo; GOLDENSTEIN, Marcelo. Os fluxos turísticos no Brasil. In: _____. **Perspectivas da hotelaria no Brasil.** Rio de Janeiro: BNDS, 2011. P. 18 – 20. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3301.pdf>. Acesso em : 19 abr. 2012.

b) Verbetes de Dicionário em meio eletrônico:

TURISMO. In: Dicionário da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2012. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/Default.aspx>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

1.3.3 Periódicos (Revistas, Jornais, Boletins, etc...)

Elementos essenciais: autor(es), título do artigo, título da publicação, local de publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, fascículo ou número, paginação inicial e final, data ou intervalo de publicação.

Exemplos:

a) Fascículo:

BOLETIM DE DESEMPENHO ECONÔMICO DO TURISMO. Rio de Janeiro: FGV, v. 8, n. 33, fev. 2012.

PETRÓPOLIS: a revista da cultura e do turismo. Petrópolis, RJ: Prefeitura Municipal de Petrópolis; Fundação de Cultura e Turismo, mar. 2012. 14 p.

Em meio eletrônico:

BOLETIM DE DESEMPENHO ECONÔMICO DO TURISMO. Rio de Janeiro: FGV, v. 8, n. 33, fev. 2012. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/conjuntura_economica/boletim_desempenho_turismo/download_boletim_desempenho_economico_turismo/BDET33_2_03_FINAL.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2012.

b) Artigos:

TEAGUE, Matthew. O outro Tibet. **National Geographic Brasil**, São Paulo, ano 10, n. 117, p. 50 – 71, dez. 2009.

Em meio eletrônico:

AZEVEDO, Marilízia. Conselho Municipal de Cultura: editais valorizam o artista petropolitano. **PETRÓPOLIS**: a revista da cultura e do turismo. Petrópolis, RJ: Prefeitura Municipal de Petrópolis; Fundação de Cultura e Turismo, p. 11, mar. 2012. Disponível em: <http://fctp.petropolis.rj.gov.br/fctp/modules/mastop_publish/files/files_4f50d32689d75.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2012.

BUTLER, Rrichard. Sustainability or stagnation? limits on development in tourist destinations. **European Journal of Tourism Hospitality and Recreation**. v.1, n. 1, p. 10-23, nov. 2010. Disponível em: <http://www.optimeios.com/back/fotos/ejth2138/documentos/4_ejthr_vol1_issue1_Sustainability_or_stagnation.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2012

c) Matéria de jornal

Elementos essenciais: autor(es) (se houver), título, título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data.

Exemplo:

PAIVA, Anabela. Trincheira musical: músico dá lições de cidadania em forma de samba para crianças e adolescentes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 12 jan. 2002.

Em meio eletrônico:

CIOFFI, Silvio. Pese prós e contras ao escolher o destino de sua próxima viagem. **Folha.com**, São Paulo, 19 abr. 2012. Turismo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/turismo/1077543-desembarques-no-brasil-aumentaram-em-marco.shtml>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

1.3.4 Evento científico

Elementos essenciais: nome do evento, numeração do evento (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, tópico temático etc.), local, editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada.

a) No todo

FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS, 4, 2010, Brasília. **Trabalhos apresentados...** Brasília: IBRAM, 2010

Em meio eletrônico:

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 22, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: UNESP, 2010. v. 1. Disponível em: http://prope.unesp.br/xxii_cic/ver_resumo.php?area=100044&subarea=12420&congresso=30&CPF=37020538835. Acesso em: 20 abr. 2012.

b) Em parte “In:”

MAGALHÃES, Juliana M. Quaresma. Acessibilidade Tátil e Inclusão de deficientes visuais nos museus de Arte. In: FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS, 4, 2010, Brasília. **Trabalhos apresentados...** Brasília: IBRAM, 2010.

Em meio eletrônico:

VALEZI, Jokasta Aparecida. Turismo e a valorização do patrimônio cultural de Presidente Prudente. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 22, São Paulo. **Anais eletrônico...** São Paulo: UNESP, 2010. Disponível em: http://prope.unesp.br/xxii_cic/ver_resumo.php?area=100044&subarea=12420&congresso=30&CPF=37020538835. Acesso em: 20 abr. 2012.

1.3.5 Teses, dissertações e outros trabalhos acadêmicos

Elementos essenciais: autor, título do trabalho, subtítulo (se houver), ano, categoria do trabalho, instituição, cidade.

Exemplos:

CARVALHO, Janete. **A formação do professor e do pesquisador em nível superior no Brasil**. 1992. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

SOARES, Jane dos Santos Azarias; SANTOS, Nelsimar Mello Monteiro. **O Resgate histórico da cultura Quilombola dentro do contexto turístico em Petrópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnólogo em Gestão de Turismo)-Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, CEFET/RJ UnED Petrópolis, Petrópolis, RJ, 2011. CD-ROM.

KAJIHARA, Kelly Akemi. **A imagem do Brasil no exterior: análise do material de divulgação oficial da EMBRATUR, desde 1966 até os dias atuais**. 2008. Monografia (Graduação em Relações Públicas) – Faculdade de Relações Públicas, Universidade de São Paulo, 2008.

Em meio eletrônico:

SOLHA, Karina Toledo. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil**. 2004. 178 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-26072005-133940/publico/orgaosturismoBrasil.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

1.3.6 Legislação

Compreende os textos constitucionais, os textos legais e as normas emanadas de entidades públicas e privadas. Elementos essenciais: competência, entidade responsável pela elaboração, título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituição e suas emendas, entre a competência e o título, acrescenta-se a palavra Constituição.

Exemplos:

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex:** legislação federal e marginalia, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez. 1995.

Em meio eletrônico:

PETRÓPOLIS (RJ). **Lei nº 6.489**, de 23 de novembro de 2007. Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.petropolis.rj.gov.br/pp/modules/xt_conteudo/print.php?id=471> Acesso em 05 de outubro de 2011.

1.3.8 Outros materiais (apostilas, planos de aula, notas de aula, anotações de palestras etc.)

Sugere-se colocar além dos elementos fundamentais (Autor, título, local, editor, data), a informação do tipo de documento. Colocar entre colchetes caso a informação não conste no documento.

Exemplo:

CORRÊA, Cristine. **Saúde do servidor**. [Rio de Janeiro]: Vértice Cursos e Tecnologia da Informação, [2010]. Apostila.

1.3.9 Documentos somente em meio eletrônico

Elementos essenciais: autor, título da informação ou serviço ou produto, versão, se houver, local, data e descrição e física do meio eletrônico. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplos:

a) Site

DIÁRIO DO TURISMO. 2012. Disponível em: <<http://www.diariodoturismo.com.br/materias>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

b) Documento/Texto de sites ou portais

PARQUE Natural atrai mais de 800 visitantes no final de semana. Petrópolis, 18 abr. 2012. Portal: petropolis.rj.gov.br . Disponível em: <<http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/229-parque-natural-atrai-mais-de-800-visitantes-no-final-de-semana.html>> . Acesso em: 19 abr. 2012.

MINISTÉRIO do Turismo promove ação de sensibilização sobre proteção de crianças e adolescentes. Brasília, 20 fev. 2018. Portal: turismo.gov.br. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/10795-minist%C3%A9rio->

do-turismo-promove-a% C3% A7% C3% A3o-de-sensibiliza% C3% A7% C3% A3o-sobre-
prote% C3% A7% C3% A3o-de-crian% C3% A7as-e-adolescentes.html>. Acesso em: 20 fev.
2018.

c) E-mail

ALMEIDA, M. P. S. **Fichas para MARC** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por
<mtmendes@uol.com.br> em 12 jan. 2002.

ANEXO A – Citações e notas de rodapé

CITACÕES

Citação é a “Menção de uma informação extraída de outra fonte” (ABNT, 2002, p.1).

A ABNT NBR 10520/2002 é a norma a ser seguida para elaboração de citações e notas de rodapé. Indicamos que esta norma seja consultada para referenciar documentos e/ou fontes de informação não contemplados nos exemplos abaixo (ABNT, 2002).

Tipos de citação:

- direta: transcrição textual de parte da obra do autor consultado.
- indireta: Texto baseado na obra do autor.
- citação de citação: citação direta ou indireta de uma texto em que não se teve acesso ao original.

Como indicar:

- supressões: [...]
- interpolações, acréscimos ou comentários: []
- ênfase ou destaque: grifo ou negrito ou itálico

Citações diretas, também chamadas literais ou textuais. Devem ser transcritas da fonte de modo fiel. Para tanto, se tiverem até três linhas, devem vir entre aspas, no próprio texto.

Exemplos:

Ao tratar da importância da estruturação do plano de trabalho para construção de um texto, Edivaldo Boaventura (2001, p. 9) afirma: “[...] a arte de exprimir consiste em estabelecer as indicações para elaboração do plano [...]”

Em relação ao plano de trabalho, pode-se afirmar que “[...] a arte de exprimir consiste em estabelecer as indicações para elaboração do plano [...]” (BOAVENTURA, 2001, p. 9)

Citação direta com mais de três linhas, deve-se utilizar o destaque. Para isso, deve ser feita na linha imediatamente posterior ao que vinha sendo escrito, a 4 (quatro) centímetros da margem esquerda, terminando na margem direita. Deve vir sem aspas, com letra tamanho 11 (onze) e em espaço simples.

Exemplo:

A introdução é parte importante dos textos acadêmicos, pois,

[...] encerra, implicitamente, toda a exposição, dando a idéia de como será desenvolvida. Para tal, ela precisa conter certa dose de entusiasmo. Não há porque se precipitar de chofre sobre o assunto. Carece incitar, previamente, o auditório. Acender os *flashes* principais da exposição, prestando atenção para o ponto de partida. (BOAVENTURA, 2001, p. 11).

Citação indireta - também denominada citação livre, nada mais é do que uma paráfrase.

Neste caso, o trecho da fonte consultada não é citado por transcrição. A ideia original é apresentada no trabalho por meio de um texto especialmente escrito para este fim. Também deve ser feita a chamada para o autor, com o ano e o número da página onde se encontra o trecho parafraseado.

Exemplos:

Para Santos (2005, p. 19), durante séculos, o Brasil foi um país agrário.

Esta condição, no entanto, se inverte entre 1940 e 1980 (SANTOS, 2005, p. 31), quando a urbanização se espalha e se consolida no Brasil.

Citação de citação - é utilizada quando não se tem acesso direto a determinada obra citada.

Neste caso, a citação é feita por meio da citação utilizada por outro autor, que não o responsável pela elaboração da ideia ou do trecho citado.

ATENÇÃO: A **citação de citação** não deve ser utilizada de modo ordinário. Ao contrário, deve ser evitada, buscando-se, sempre que possível, citar a fonte original. Os trabalhos acadêmicos, em regra, são produtos de pesquisas que se pretendem científicas. Assim, o acesso indireto à fonte citada pode indicar uma falha na pesquisa. Além disso, é sempre melhor o acesso ao original, tendo em vista que a fidelidade será maior.

Entretanto, a **citação de citação** poderá ser utilizada quando a fonte original for de difícil acesso. Neste caso, a palavra latina *apud* (citado por) [sem itálico] deverá indicar a citação de citação.

Exemplo:

“A pessoa é um fato que incessantemente desperta um espanto existencial [...]”
(GUARDINI, 1963 apud ALVES, 2001, p. 1)

NOTA DE RODAPÉ

As notas de rodapé não devem ser utilizadas de modo indiscriminado. Quando necessárias, devem ter a finalidade de fazer indicações bibliográficas; de apresentar observações complementares; de realizar remissões ao próprio trabalho ou a outros textos; de introduzir uma citação de reforço; de fornecer a tradução de um texto. As indicações das fontes deverão ser feitas na própria nota e a obra deve constar nas Referências Bibliográficas, listadas ao final do trabalho.

Quanto à sua apresentação, devem ser separadas do texto por **um traço horizontal** que se inicia na margem esquerda e tem 5 cm. Devem ser **digitadas em espaço simples** e com **letra tamanho 10**. Devem ser numeradas com algarismos arábicos, do início ao fim do texto, de modo contínuo, não se reiniciando a numeração em cada novo capítulo.

Os **programas de edição de texto** costumam ter ferramentas próprias para inserção das notas de rodapé. No Word para Windows **deve-se observar o seguinte procedimento**. No Menu Inserir, clicar em Referências, Notas. O programa abrirá uma janela “Notas de Rodapé e Notas de Fim”. Deve-se marcar no Local a opção notas de rodapé, no Formato do número

deve-se marcar a opção “1,2,3...”, Iniciar em “1”, Numeração “Contínua”, em Aplicar alterações, deve-se marcar “no documento inteiro”. Para finalizar, clicar em inserir.

Exemplo:

A elaboração de trabalhos acadêmicos pressupõe o levantamento de fontes que permitirão a documentação. Em relação ao levantamento bibliográfico⁷, após o acesso às obras e após a leitura, o fichamento será importante instrumento para a elaboração do trabalho escrito.

⁷ Trata-se, neste texto, de pesquisas que envolvam, em alguma medida, elaboração teórica. Para tanto, o levantamento bibliográfico é indispensável.

APÊNDICE II: Manual para Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ *CAMPUS* PETRÓPOLIS

CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO

**Manual para elaboração de Trabalhos de
Conclusão de Curso (TCC): Bacharelado em Turismo**

Primeira edição

**PETRÓPOLIS
2018**

©2018 – 1ª edição

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca –
Cefet/RJ *campus* Petrópolis
Curso de Bacharelado em Turismo
Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso
Biblioteca do Cefet/RJ *campus* Petrópolis

Direção-Geral

Carlos Henrique Figueiredo Alves

Vice-Direção

Maurício Saldanha Motta

Direção do *campus* Petrópolis

Frederico Ferreira de Oliveira

Gerência Acadêmica

Welerson Fernandes Kneipp

Gerência Administrativa

Carlos de Jesus da Silva

Organização e elaboração do documento

Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso

Luciana de Mesquita Silva

Núcleo Docente Estruturante

Alexandra Maria de Abreu Rocha

Fabio Sampaio de Almeida

Luciana de Mesquita Silva

Ludmila Vargas Almendra

Rafael Teixeira de Castro

Suzana Santos Campos

Bacharelado em Turismo

Coordenadora

Alexandra Maria de Abreu Rocha

Colegiado

Aixa Teresinha Melo de Oliveira

Alice Moraes Rego de Souza

Fabio Sampaio de Almeida

Frederico Ferreira de Oliveira

Jarlene Rodrigues Reis

Leliana Patrícia de Oliveira Silveira

Luciana de Mesquita Silva

Ludmila Vargas Almendra

Luis Carlos Dias de Oliveira

Marcelo Augusto Mascarenhas

Nara Maria Carlos de Santana

Rafael Teixeira de Castro

Roberta Dalvo Pereira da Conceição

Suzana Santos Campos

Biblioteca

Luciana de Souza Castro, bibliotecária

Cefet/RJ – Sistema de Bibliotecas / *campus* Petrópolis

M294

Manual para elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC): Bacharelado em Turismo / Organização e elaboração: Luciana de Mesquita Silva; Luciana de Souza Castro. - 1. ed. – Petrópolis, RJ: Cefet/RJ - *campus* Petrópolis, 2018.

57 p. il. color.

Bibliografia: p. 24

1. Manual Técnico - Metodologia. 2. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). I. Título. II. Silva, Luciana de Mesquita. III. Castro, Luciana de Souza.

Elaborada por Luciana de Souza Castro CRB7/4812

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 CONCEITUAÇÃO	10
2 PROJETO DE TCC	10
3 ATRIBUIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO TCC	11
3.1 Do aluno	11
3.2 Da Coordenação de TCC	11
3.3 Do orientador de TCC.....	12
4 DISCIPLINAS DE TCC	13
5 FORMAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO	14
6 MODALIDADES DE TCC	14
7 DEFINIÇÃO DO TEMA	15
8 FORMAÇÃO DA BANCA E DATA DE DEFESA	15
9 APRESENTAÇÃO ORAL DO TRABALHO	16
10 CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E MECANISMOS DE AVALIAÇÃO	17
10.1 Formatação	17
10.2 Conteúdo	17
10.3 Apresentação oral perante banca examinadora.....	17
11 BIBLIOTECA	18
11.1 Ficha catalográfica e autorização para divulgação	18
11.2 Envio do TCC à Biblioteca.....	18
12 FORMATAÇÃO GERAL DO TCC – TODAS AS MODALIDADES	19
12.1 Normas gerais para apresentação gráfica	19
12.1.1 Espaçamento	20
12.1.2 Paginação	20
12.1.3 Abreviaturas e Siglas	21
12.1.4 Ilustrações	21
12.1.5 Tabelas	22
12.1.5.1 Apresentação gráfica das tabelas	22
12.1.5.2 Partes de uma tabela	23
12.2 Formatação do TCC na modalidade acadêmica.....	23
12.2.1 Estrutura básica	24
12.3 Formatação do TCC na modalidade mercadológica.....	25

12.3.1 Sumário executivo	25
12.3.2 Conceito do negócio	25
12.3.3 Análise de mercado	26
12.3.4 Plano de Marketing	26
12.3.5 Plano Operacional	27
12.3.6 Plano Financeiro	28

REFERÊNCIAS	29
APÊNDICE A: FORMULÁRIO DE OFICIALIZAÇÃO DO ORIENTADOR	30
APÊNDICE B: FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E AGENDAMENTO DE DEFESAS DE TCC	31
APÊNDICE C: ATA DE DEFESA	32
APÊNDICE D: ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS (EXEMPLOS)	33
APÊNDICE E: EXEMPLOS DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
ANEXO A: CITAÇÕES E NOTAS DE RODAPÉ	52
ANEXO B: COMO INSERIR NUMERAÇÃO DE PÁGINAS NO WORD 2007	55
ANEXO C: COMO INSERIR NUMERAÇÃO DE PÁGINAS NO BROFFICE OU LIBREOFFICE	57

Apresentação

A organização curricular do curso Bacharelado em Turismo do CEFET/RJ campus Petrópolis prevê a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o objetivo de demonstrar a capacidade de produção intelectual e experiencial dos alunos.

Essa exigência identifica-se com a necessidade de que os egressos do Curso possam desenvolver competências não apenas para realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos sobre diferentes aspectos relacionados ao seu campo de trabalho, mas, sobretudo, comunicar, de modo sistemático e acadêmico, o resultado de suas produções que implicam na relação dialética entre reflexão-ação-reflexão.

O TCC pressupõe processo de orientação gradual, realizado por um professor, e deve ser objeto de avaliação, mediante a apreciação da participação do estudante, do trabalho escrito e da apresentação oral para uma banca examinadora.

Este documento tem como objetivo definir os procedimentos e as normas que serão utilizados como referência para a elaboração dos trabalhos de conclusão dos alunos matriculados no curso Bacharelado em Turismo.

Espera-se que as orientações nele contidas permitam garantir o desenvolvimento de trabalhos coerentes com a formação oferecida e adequados às normas estabelecidas pelo CEFET/RJ campus Petrópolis.

1 Conceituação

O TCC constitui-se numa atividade de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo ou problema relacionado ao curso Bacharelado em Turismo, sendo realizado pelos alunos, sob supervisão de professor orientador, compreendendo diversos tipos de atividades, em conformidade com as abordagens previstas neste manual.

O produto final deverá ser apresentado sob a forma de um documento que reflita as atividades realizadas, demonstrando o conhecimento desenvolvido a respeito do objeto de estudo. A realização do Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatória para todos os alunos, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

O objetivo do TCC é sistematizar o conhecimento produzido sobre um objeto de estudo pertinente ao curso, mediante supervisão, orientação e avaliação docente, tendo por base a articulação teoria-prática.

2 Projeto de TCC

O projeto de TCC é um documento que formaliza a proposta de trabalho a ser desenvolvida pelo aluno. Deverá conter, pelo menos, os seguintes itens: modalidade de TCC, tema do trabalho, objetivos (gerais e específicos), justificativa, metodologia, recursos utilizados e cronograma das atividades. O projeto servirá como instrumento norteador das atividades para a execução do TCC. Sua elaboração será feita pelo aluno, em conjunto com o professor da disciplina Projeto Integrador III.

A disciplina Projeto Integrador III faz parte de um conjunto de disciplinas que visa a promover ao aluno a oportunidade de ampliar sua reflexão crítica sobre a produção do conhecimento científico, bem como sobre as diferentes fases e metodologias da pesquisa acadêmica, colaborando, portanto, na construção gradativa de seu projeto de pesquisa e, conseqüentemente, de seu TCC. Fazem parte desse grupo de disciplinas Metodologia Científica (3º período), Projeto Integrador I (4º período), Projeto Integrador II (5º período), Projeto Integrador III (6º período) e Seminários de pesquisa (7º período).

3 Atribuições para a elaboração do TCC

Por se tratar de um trabalho com o intuito de articular diversos conhecimentos e análises de objetos e assuntos variados, a elaboração do TCC é um processo que envolve discentes e docentes. Cada um desses sujeitos possui atribuições específicas, estabelecidas nos itens a seguir.

3.1 Do aluno

- Entrar em contato com o orientador, após sua definição, para iniciar a elaboração do TCC, a partir de matrícula na disciplina Seminários de Pesquisa (7º período);
- Caso aprovado em Seminários de Pesquisa, realizar matrícula na disciplina Projeto Final (8º período);
- Acompanhar as informações relativas a prazos, normas e procedimentos referentes à produção, defesa e correção do TCC, conforme calendário divulgado pela Coordenação de TCC;
- Solicitar ao orientador toda a informação necessária para desenvolver as atividades relativas à elaboração do TCC;
- Observar os prazos e a frequência das atividades propostas pelo orientador, inclusive as referentes a reuniões de orientação;
- Elaborar o TCC em conformidade com as indicações deste manual;
- Defender publicamente o trabalho concluído, fazer as alterações indicadas pela banca examinadora e enviar a versão final para a biblioteca (ver Calendário de TCC).

3.2 Da Coordenação de TCC

A Coordenação de TCC é exercida por professor designado pelo Colegiado do curso Bacharelado em Turismo do CEFET/RJ campus Petrópolis, o qual tem as seguintes atribuições:

- Fornecer as orientações gerais a respeito do TCC e deste manual aos orientadores e

aos alunos, disponibilizando-as para consulta;

- Elaborar e publicar o Calendário de TCC, no início de cada período letivo, indicando os prazos para:
 - a) entrega de formulários;
 - b) entrega do TCC;
 - c) defesa pública do TCC;
 - d) realização de procedimentos pós-defesa de TCC.

- Definir e publicar normas complementares quando necessário, supervisionando seu cumprimento.

3.3 Do orientador de TCC

O orientador é um docente do CEFET/RJ campus Petrópolis, vinculado ao Colegiado do curso Bacharelado em Turismo. Suas principais atribuições são:

- Definir o cronograma de orientação;
- Orientar os alunos durante a realização do TCC, mediante ações de: acompanhamento da seleção do tema de estudo e da elaboração do projeto; análise e avaliação das etapas do trabalho, apresentando sugestões de leituras, estudos ou experimentos complementares; observação do cumprimento das normas contidas neste manual; contribuição na busca de soluções de problemas surgidos durante a realização do TCC, avaliando o desempenho do aluno durante todo o processo;
- Participar da banca examinadora de seu orientando;
- Verificar o cumprimento das alterações e correções solicitadas pela banca examinadora, bem como a realização de outros procedimentos pós-defesa, previstos no Calendário de TCC;
- Cumprir prazos e normas definidas pela Coordenação de TCC, bem como normas complementares, publicadas quando necessário.

Cada orientador poderá assumir, no máximo, três alunos ou grupos de orientandos por turma em situação de TCC. Os casos em que este número máximo for ultrapassado serão discutidos e avaliados pelo Colegiado do curso Bacharelado em Turismo. É facultativa a existência do co-orientador, sendo sua presença definida em comum acordo entre o orientador e os discentes. Pode atuar como co-orientador qualquer docente em atividade no CEFET/RJ, ou profissionais com atuação reconhecida na área de interesse do trabalho, com titulação mínima no nível de graduação.

4 Disciplinas de TCC

O Projeto do TCC do curso Bacharelado em Turismo do CEFET/RJ campus Petrópolis deve ser estruturado na disciplina Projeto Integrador III, após as reflexões sobre pesquisa desenvolvidas durante as disciplinas Metodologia Científica, Projeto Integrador I e Projeto Integrador II, conforme mencionado na seção 2.

Em Projeto Integrador III, serão definidos os temas dos trabalhos, de acordo com as áreas de interesse e as competências teóricas e profissionais desenvolvidas durante o curso. O professor coordenador da disciplina Projeto Integrador III deve orientar os alunos na escolha do tema, auxiliando na análise de viabilidade de cada projeto, bem como na compreensão dos fundamentos teóricos necessários.

Caberá ainda ao professor dessa disciplina organizar os projetos de TCC, colaborar junto ao Colegiado na sugestão do professor orientador, acompanhar a evolução dos trabalhos e apresentar as normas para elaboração do projeto e execução do trabalho final.

Ao final da disciplina, o professor coordenador avaliará cada projeto como pré-requisito parcial de aprovação em Projeto Integrador III, podendo indicar melhorias, deficiências do projeto e sugestões para alterações necessárias a sua execução. Na avaliação do projeto os seguintes pontos devem ser observados:

- Qualidade do projeto: relevância da proposta, viabilidade e coerência do projeto;
- Embasamento teórico;
- Participação dos membros do grupo;
- Cumprimento de prazos.

O aluno aprovado na disciplina Projeto Integrador III estará apto a se matricular, no período seguinte, na disciplina Seminários de Pesquisa, durante a qual será iniciada a orientação de TCC. Posteriormente, caso seja aprovado em Seminários de Pesquisa, o discente deve se matricular em Projeto Final para dar continuidade ao desenvolvimento de seu TCC. Nessa disciplina, os orientadores definirão, em conjunto com os discentes, os procedimentos de orientação, bem como o cronograma de atividades a serem desenvolvidas. Ao final da disciplina Projeto Final, os discentes deverão entregar o TCC para os membros da banca examinadora e apresentar publicamente os resultados, em conformidade com as normas deste documento.

5 Formação do grupo de trabalho

Os trabalhos finais poderão ser feitos individualmente ou em grupo, de acordo com as afinidades temáticas, a natureza do projeto e a anuência do professor orientador. A formação dos grupos de trabalho deve obedecer ao número máximo de integrantes, de acordo com as modalidades permitidas para o TCC:

- a) Elaboração do TCC na modalidade acadêmica: máximo de duas pessoas por grupo;
- b) Elaboração do TCC na modalidade mercadológica: máximo de três pessoas por grupo.

6 Modalidades de TCC

Com o objetivo de possibilitar a adequação do trabalho às competências desenvolvidas e ao perfil do egresso do curso Bacharelado em Turismo, o TCC poderá ser desenvolvido em duas modalidades distintas:

- a) **Acadêmica:** sobre tema de interesse nas pesquisas sobre Turismo, com abordagem científica. O trabalho poderá compreender a busca de solução para um problema ou situação,

estudo de caso, revisão de literatura ou outra forma de trabalho científico. O grupo será avaliado especialmente pelos critérios de rigor científico e relevância do tema.

b) **Mercadológica:** sobre tema aplicado e com foco no mercado de turismo. Os trabalhos podem ser constituídos por propostas de soluções práticas. O grupo será avaliado principalmente pelos critérios de viabilidade das propostas e possibilidade de implementação (quando for o caso).

7 Definição do tema

Os projetos devem versar sobre assuntos relacionados com os objetivos do curso Bacharelado em Turismo do CEFET/RJ campus Petrópolis. A discussão de possíveis temas e professores orientadores será iniciada nas disciplinas Metodologia Científica, Projeto Integrador I e Projeto Integrador II e, posteriormente, ampliada e aprofundada em Projeto Integrador III.

8 Formação da banca e data de defesa

A banca examinadora deverá ser constituída por 3 (três) professores, além de um membro indicado como suplente. Será membro da banca, obrigatoriamente, o professor orientador. Os demais membros serão definidos pelo professor orientador do trabalho, em conjunto com os alunos, de acordo com o tema desenvolvido. Apenas um dos membros da banca pode ser um professor externo ou profissional graduado e com experiência reconhecida na área de interesse do TCC. O convite aos membros da banca examinadora será feito pelo orientador e pelos orientandos. Na existência de coorientador, uma das vagas da banca examinadora será ocupada pelo mesmo, mantendo-se o número de membros de examinadores (três professores) também nesse caso.

A Coordenação de TCC deve estipular os prazos para definição da banca, data e local de defesa, bem como os procedimentos de entrega dos trabalhos para os membros da banca examinadora. A defesa do trabalho deve ser agendada pelo professor orientador, em conjunto com os alunos em uma data no período estabelecido para a defesa dos trabalhos. Cabe a esta Coordenação tornar público o calendário das defesas, constando o título do trabalho, nome(s)

do(s) componente(s), composição da banca examinadora, data, horário e local da apresentação.

9 Apresentação oral do trabalho

Os trabalhos devem ser apresentados na data, horário e local que constam no Calendário de defesas de TCC. Os alunos devem chegar ao local com antecedência para preparar a apresentação. A apresentação é pública, sendo aberta para todos os interessados. Os recursos para a apresentação do trabalho (multimídia, notebook, projetor, entre outros) devem ser providenciados pelo professor orientador.

A defesa pública perante a banca examinadora consta de:

- Apresentação oral do trabalho pelo aluno;
- Arguição pela banca examinadora;
- Resposta do aluno às arguições da banca examinadora;
- Reunião da banca examinadora para consenso sobre a avaliação final do aluno;
- Divulgação do parecer da banca examinadora.

O aluno ou grupo terão no máximo 20 (vinte) minutos para apresentação e pelo menos 10 (dez) minutos serão reservados para perguntas e observações de cada integrante da banca examinadora. Durante a apresentação poderão ocorrer intervenções por parte de qualquer membro da banca. Após a apresentação, o aluno e o público presente deverão se retirar da sala para que os membros da banca façam a avaliação final do trabalho.

A banca examinadora poderá condicionar a aprovação do trabalho à realização de correções no relatório apresentado. Nesse caso, o aluno deverá providenciar, após a data da defesa e de acordo com o Calendário de TCC, uma nova versão do TCC contemplando os apontamentos sugeridos. Essa versão deverá ser encaminhada ao seu orientador, dentro do prazo estipulado no Calendário de TCC, para que sejam verificadas as alterações e seja realizada a avaliação final.

10 Critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação

O TCC constitui-se em instrumento básico de explicitação do conteúdo e da qualidade do trabalho realizado pelo aluno ou grupo. Sua organização deverá seguir, obrigatoriamente, as recomendações deste manual.

A avaliação final do TCC será de responsabilidade dos membros da banca examinadora, considerando que deverão ser observados, no mínimo, os seguintes aspectos:

10.1 Formatação

Apresentação e formatação do texto: redação com linguagem acadêmica clara e coerente; atendimento às recomendações deste manual.

10.2 Conteúdo

- Relevância do tema: importância do tema na área envolvida e do enfoque dado; originalidade e atualidade do tema;
- Dimensão da pesquisa: delimitação do tema;
- Fundamentação: contextualização do problema, embasamento teórico preciso, clareza do método utilizado, identificação clara das fontes utilizadas e citadas, coerência entre argumentos e resultados apresentados;
- Metodologia: adequação e correta utilização da metodologia escolhida para o trabalho;
- Referências consultadas: revisão bibliográfica e documental adequada e atualizada.

10.3 Apresentação oral perante banca examinadora

- Clareza na comunicação;
- Objetividade e adequação do conteúdo ao tempo previsto para a apresentação;
- Domínio do tema;
- Respostas às arguições da banca examinadora.

Para aprovação, o aluno ou grupo deve obter nota igual ou superior a 7 (sete) pontos, de acordo com os critérios de avaliação de rendimento definidos no Manual do Aluno do CEFET/RJ. A nota será calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores. Caso o aluno ou grupo não conclua as atividades propostas pela banca examinadora e não cumpra os prazos pós-defesa previstos no Calendário de TCC, serão considerados reprovados.

O aluno ou grupo que não obtiver aprovação deverá refazer o TCC, matriculando-se novamente na disciplina Projeto Final e realizando todos os procedimentos relativos ao trabalho, seguindo o Calendário de TCC.

11 Biblioteca

A Biblioteca tem como um de seus objetivos auxiliar durante todo o processo de pesquisa, disponibilizando o acesso ao Portal CAPES e orientando quanto ao uso das normas e deste manual para a correta formatação dos trabalhos. Além disso, preserva a memória institucional com a guarda dos TCCs.

11.1 Ficha catalográfica e autorização para divulgação

Após o aluno ou grupo ter realizado a defesa do TCC e revisado o trabalho de acordo com as orientações da banca examinadora, com acompanhamento do professor orientador, ele(s) deverão solicitar à biblioteca a ficha catalográfica e o texto indicativo de autorização ou não para a divulgação do trabalho para ser anexada à versão final do TCC. As normas para esses procedimentos estarão presentes no Calendário de TCC.

Como solicitar:

- o Encaminhar o trabalho à biblioteca, por e-mail (bibpetro.ref@cefet-rj.br – assunto: ficha catalográfica), a partir da data do recebimento do e-mail, a biblioteca terá um prazo de 4 dias úteis para o envio da ficha.

11.2 Envio do TCC à Biblioteca

Conforme portaria NA/MJ n. 092, 23/09/2011, após a defesa do TCC (Acadêmico ou Mercadológico) e o recebimento da ficha catalográfica o aluno ou grupo deverão, no prazo de 10 (dez) dias, encaminhar por e-mail (bibunedpetro@gmail.com – assunto: TCC versão final), 1 (uma) cópia da versão final do trabalho em formato digital “.pdf” (Portable Document Format). As normas para esses procedimentos estarão presentes no Calendário de TCC

Após a confirmação do recebimento do arquivo pela biblioteca os alunos deverão passar na biblioteca para assinar o termo de autorização ou não para divulgação total ou parcial do trabalho.

12 Formatação geral do TCC – todas as modalidades

Para a formatação dos trabalhos, devem ser aplicadas além do solicitado e exemplificado neste Manual, as recomendações das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT- relativas a trabalhos científicos (disponíveis na Biblioteca do *campus*).

12.1 Normas gerais para apresentação gráfica

Além do solicitado e exemplificado neste Manual, indica-se a utilização da Referência normativa:

- ABNT/NBR14724:2011 - Trabalhos acadêmicos – Apresentação.

Aplicam-se a todas as modalidades de TCC. Recomenda-se que os textos sejam apresentados em papel branco, formato A4 (21 cm x 29,7 cm), digitados na cor preta. Outras cores são permitidas para as ilustrações.

Recomenda-se a utilização das fontes: Times New Roman ou Arial, estilo normal, tamanho 12 (doze), para o texto geral, e tamanho 10 (dez), para citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, para a fonte consultada e as notas das ilustrações e

tabelas. No caso de citações de mais de três linhas, deve-se observar o recuo de 4 (quatro) cm da margem esquerda.

As folhas devem apresentar margens esquerda e superior de 3 cm (três); direita e inferior de 2 cm (dois).

O TCC deverá conter no mínimo 30 (trinta) páginas de elementos textuais (entre a Introdução e a Conclusão do trabalho).

O aluno é responsável pelo projeto gráfico do trabalho.

12.1.1 Espacejamento

Todo o texto deve ser digitado em espaço 1,5 cm, exceto: as citações de mais de três linhas, as notas de rodapé, as referências, as legendas das ilustrações e das tabelas, a ficha catalográfica, a natureza do trabalho, o grau pretendido, o nome da instituição a que é submetido e a área de concentração, que devem ser digitados em espaço simples. As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por dois espaços simples.

A natureza do trabalho, o grau pretendido, o nome da instituição a que é submetido e a área de concentração devem ser alinhados a partir do meio da parte impressa da página para a margem direita, tanto na folha de rosto como na folha de avaliação, exceto para artigos.

Os títulos das seções devem começar na margem superior da folha separados do texto que os sucede por dois espaços de 1,5 cm, e da mesma forma, os títulos das subseções devem ser separados do texto que os precede, ou que os sucede, por dois espaços de 1,5 cm.

12.1.2 Paginação

Todas as páginas do trabalho, a partir da folha de rosto, devem ser contadas sequencialmente. As páginas pré-textuais (Apêndice D), embora contadas, não são numeradas.

A numeração é colocada a partir da primeira página da parte textual (Introdução), inclusive as páginas de abertura dos capítulos, em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha. No caso do trabalho ser constituído de mais de um volume, deve ser mantida uma única sequência de numeração das páginas, do primeiro ao último volume. Havendo

Apêndice(s) e anexo(s), as páginas dos mesmos devem ser numeradas de maneira contínua e a paginação deve dar seguimento a do texto principal (Anexos B ou C).

12.1.3 Abreviaturas e Siglas

Se o texto apresentar várias abreviaturas e siglas, recomenda-se a elaboração de uma lista (Elementos pré-textuais – Apêndice D).

Deve-se colocar o nome por extenso, seguido da abreviatura ou da sigla entre parênteses, somente na primeira vez que aparecer no texto.

Exemplo:

Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

12.1.4 Ilustrações

Qualquer que seja o tipo (desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outros), as ilustrações devem ser inseridas o mais próximo possível do trecho a que se referem.

Devem ser identificadas na parte superior, precedida da palavra designativa, seguida do seu número de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, travessão, e depois, o respectivo título e/ou legenda explicativo (breve e clara) e a fonte. Quanto a apresentação gráfica, recomenda-se seguir a mesma fonte utilizada no TCC, tamanho 12 para o título e 10 para fonte e legenda.

Exemplos:

Fotografia 1 – Flor

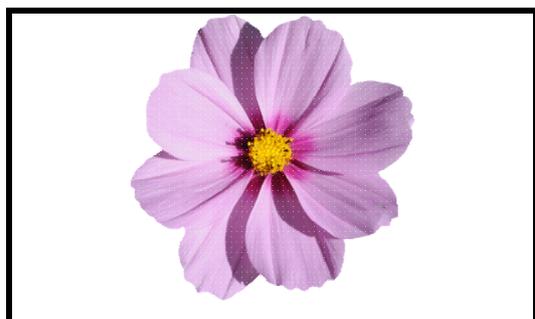
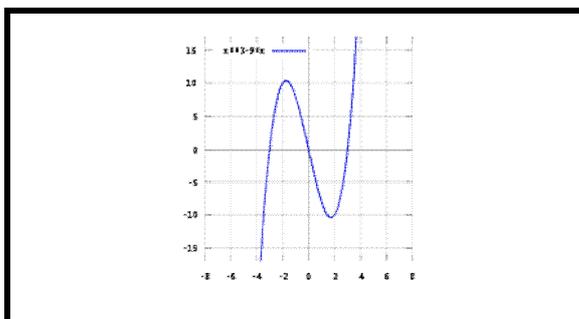


Gráfico 2 – Análise de ocorrências



12.1.5 Tabelas

De acordo com o IBGE, uma tabela pode ser entendida como uma “Forma não discursiva de apresentar informações, das quais o dado numérico se destaca como informação central. Na sua forma identificam-se espaços e elementos.” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1993, p. 9).

Com o objetivo de padronizar a apresentação tabular dos resultados dos estudos e pesquisas nos TCCs, seguem abaixo algumas recomendações, conforme o IBGE (1993).

Recomendamos para maiores esclarecimentos a consulta ao documento original, disponível na biblioteca ou pelo link <http://www.ufrgs.br/bibicta/downloads/ibge-normas-de-apresentacao-tabular/at_download/file> (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1993).

12.1.5.1 Apresentação gráfica das tabelas

Em relação à apresentação gráfica das tabelas, recomenda-se:

- utilizar no corpo da tabela a mesma fonte utilizada no TCC. O tamanho, para este manual, pode variar entre 9 e 12, não ultrapassando os limites das margens. No título devem ser utilizadas fontes em tamanho 12 e as legendas (Fonte e notas) devem apresentar fonte 10;
- numerá-las sequencialmente por algarismos arábicos;
- colocar o título na parte superior, precedido da palavra “Tabela”, seguida do número;
- colocar as legendas na parte inferior da tabela, indicando a fonte dos dados e/ou as notas (gerais ou específicas) com explicações a respeito do conteúdo;
- no caso de o texto apresentar várias tabelas, recomenda-se a elaboração de uma lista (Elementos pré-textuais – Apêndice D);
- representá-la, quando necessário, na orientação de paisagem;

- não fechar a tabela lateralmente.

12.1.5.2 Partes de uma tabela

Topo: espaço destinado ao número e ao título da tabela

Centro: espaço destinado ao seu conteúdo, dados numéricos e os termos necessários a sua compreensão. Deve ser dividido em: Espaço do cabeçalho (superior), coluna(s), Linha(s) e células.

Rodapé (opcional): espaço inferior destinado à fonte, à nota geral e ou específica.

Exemplo:

Tabela 1 – Alunos com matrícula cancelada

Situação	1999	2000	2001
Turismo			

Fonte: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ (2015)

Nota: Dados fornecidos pela secretaria da Instituição

12.2 Formatação do TCC na modalidade acadêmica.

Além do solicitado e exemplificado neste Manual, indica-se a utilização das seguintes Referências normativas:

ABNT/NBR 14724:2011 - Trabalhos acadêmicos – Apresentação.

ABNT/NBR 6023:2002 - Informação e documentação – Referências – Elaboração

ABNT/NBR 6024:2012 - Numeração progressiva das seções de um documento – Procedimento

ABNT/NBR 6027:2012 - Sumário – Procedimento

ABNT/NBR 6028:2003 - Resumos – Procedimento

ABNT/NBR 10520:2002 - Informação e documentação – Apresentação de citações em documentos

12.2.1 Estrutura básica

O Quadro 1 resume todos os elementos da estrutura básica e indica a ordem em que os mesmos devem ser dispostos no TCC.

Quadro 1: Estrutura do Trabalho:

ESTRUTURA	ELEMENTOS	CONDIÇÃO
Parte externa (Apêndice D)	Capa	Obrigatório
	Lombada	Opcional
Elementos pré-textuais (Apêndice D)	Folha de rosto	Obrigatório
	Ficha catalográfica (item 11.1))	Obrigatório
	Errata	Opcional
	Folha de aprovação (assinada e datada)	Obrigatório
	Dedicatória	Opcional
	Agradecimentos	Opcional
	Epígrafe	Opcional
	Resumo na língua vernácula	Obrigatório
	Resumo em língua inglesa	Obrigatório
	Lista de ilustrações	Opcional
	Lista de tabelas	Opcional
	Lista de abreviaturas e siglas	Opcional
	Lista de símbolos	Opcional
	Sumário	Obrigatório
Elementos textuais	Introdução	Obrigatório
	Desenvolvimento	Obrigatório
	Conclusão	Obrigatório
Elementos pós-textuais	Referências (Apêndice E)	Obrigatório
	Glossário	Opcional
	Apêndices	Opcional
	Anexos	Opcional

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR14724 (2011).

A Ficha Catalográfica e o texto indicativo de autorização ou não para divulgação do TCC deverão ser solicitados na Biblioteca *campus* (item 11.1).

12.3 Formatação do TCC na modalidade mercadológica.

Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade mercadológica, deve-se seguir esta estrutura básica, destacando-se o fato de que, conforme natureza do negócio, outros itens e/ou elementos poderão ser inseridos a critério do aluno em concordância com seu professor orientador:

12.3.1 Sumário executivo

Consiste em um resumo do plano de negócio, contendo seus pontos mais importantes. Nele deverão constar:

- Resumo dos principais pontos do plano de negócio;
- Dados dos empreendedores, experiência profissional e atribuições;
- Dados do empreendimento;
- Missão da empresa;
- Setores de atividades;
- Forma Jurídica;
- Enquadramento Tributário;
- Capital Social;
- Fonte de recursos.

12.3.2 Conceito do negócio

O conceito do negócio deverá descrever as principais características do empreendimento.

É importante mencionar:

- a) O que é o negócio: descrever nesta parte, entre as demais explicações, em qual ramo da atividade turística o negócio está inserido, por exemplo, Hotelaria, Setor de Alimentos e Bebidas, Agenciamento, Gestão de Eventos, Consultorias (Planejamento Turístico, Administração Empresarial, Tecnologia da Informação etc), Serviços Receptivos, Atividades de Recreação, entre outros;
- b) Quais são os principais produtos ou serviços: descrever quais serão os produtos e/ou serviços que serão ofertados pela empresa;
- c) Quem serão os principais clientes: discorrer sobre o perfil e segmento do público-alvo dos produtos e serviços a serem ofertados pela empresa;
- d) Onde será localizada a empresa: promover textualmente a articulação com o público-alvo e com as estratégias de logística e distribuição dos produtos e serviços a serem ofertados pela empresa.

12.3.3 Análise de mercado

Nesta seção, deverão ser apresentadas as principais características dos clientes, concorrentes e fornecedores do negócio proposto. Devem ser descritos os seguintes aspectos:

- Estudo dos clientes: identificação de características gerais, como fatores demográficos, interesses e comportamentos e elementos de motivação para a compra;
- Estudos dos concorrentes: identificação de concorrentes diretos e indiretos, sua localização geográfica e/ou virtual, serviços por eles oferecidos, preços praticados, qualidade de atendimento e de serviços;
- Estudo dos fornecedores: levantamento dos principais fornecedores, condições de pagamento, prazos de entrega e/ou de reserva, preços praticados e padrão de qualidade.

12.3.4 Plano de Marketing

O plano de marketing busca descrever as principais estratégias a serem adotadas pela empresa para a gestão do composto mercadológico, traçadas a partir da relação encontrada pela análise SWOT:

- a) Descrição dos principais produtos e serviços;
- b) Descrição das estratégias de precificação;
- c) Apresentação das estratégias promocionais;
- d) Descrição da estrutura de distribuição e comercialização.

Como sugestão para o aprimoramento do plano de marketing, os alunos poderão apresentar estratégias de crescimento e de projeção futura do empreendimento em consonância com a análise SWOT e com os elementos do composto mercadológico.

12.3.5 Plano Operacional

Nesta seção, serão apresentadas as características estruturais e de pessoal que serão adotadas pelo empreendimento e seus empreendedores para a viabilização do negócio, compreendendo:

- Layout ou arranjo físico: apresentação da estrutura e distribuição física e/ou virtual dos diversos setores da empresa e das pessoas no espaço identificado para a localização do empreendimento;
- Estrutura de pessoal: apresentação do organograma hierárquico e funcional do empreendimento, descrição de cargos e funções e projeção do pessoal necessário para o funcionamento do negócio;
- Capacidade de atendimento de público: estimativa da capacidade de atendimento do negócio, considerando fatores como demandas, sazonalidade e oscilações do mercado;
- Processos operacionais: apresentação do mapeamento dos processos operacionais a serem adotados pelo empreendimento, descrevendo-o etapa por etapa, identificando seus responsáveis e demonstrando as possíveis soluções diante de situações de risco. Esse item poderá ser acompanhado de esquemas ou roteiros que ilustrem a sequência dos processos operacionais do empreendimento.

12.3.6 Plano Financeiro

O plano financeiro é o descritivo dos recursos financeiros investidos no empreendimento, sua forma de aplicação para a viabilização do negócio e estimativas de retorno e lucratividade a serem auferidas ao longo do prazo estabelecido pelos autores.

O plano financeiro deverá apresentar os seguintes itens:

- Investimento total, contendo investimentos fixos, capital de giro e investimentos pré-operacionais;
- Estimativa do faturamento mensal da empresa;
- Estimativa de custos e despesas para a operacionalização do negócio;
- Indicadores de viabilidade com base no cálculo do ponto de equilíbrio;
- Prazo de retorno do investimento e estimativa de rentabilidade.

Quanto à formatação geral do TCC na modalidade mercadológica, devem-se seguir também as Normas dos itens 12, 12.1 e 12.2.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.
- _____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.
- _____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA. Departamento de Educação Superior. **Normas para elaboração de projeto final dos cursos de graduação**. Rio de Janeiro, 2007.
- CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA. Campus Petrópolis. Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso. **Manual para elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)**. Petrópolis (RJ), 2014.
- HOUSEBIT. **Como inserir numeração de paginas no Word 2007 somente nas páginas desejadas**. Disponível em: < <http://housebit.wordpress.com/2008/06/25/como-inserir-numeracao-de-paginas-no-word-2007-somente-nas-paginas-desejadas/>>. Acesso em: 04 abr. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Normas de apresentação tabular**. 3. Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23907.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2017.
- INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo. **Manual do Trabalho de Conclusão de Curso**. São Paulo: 2010.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**: documento eletrônico e impresso parte III (ISO). 2.ed.rev.ampl. São Paulo: SIBi/USP, 2009.

APÊNDICE A: Formulário de oficialização do orientador



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ CAMPUS PETRÓPOLIS
CURSO: BACHARELADO EM TURISMO**

Petrópolis,.....de.....de

ALUNO(S):

.....
.....

NOME DO ORIENTADOR:.....

TÍTULO DO TCC:

.....
.....
.....
.....

MODALIDADE DO TCC: () Acadêmica () Mercadológica

ASSINATURA(S) DO(S) ALUNO(S):

.....
.....
.....

ASSINATURA DO ORIENTADOR:.....

APÊNDICE B: Formulário de inscrição e agendamento de defesas de TCC



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ CAMPUS PETRÓPOLIS
CURSO: BACHARELADO EM TURISMO**

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E AGENDAMENTO DE DEFESAS DE TCC

ALUNO(S):

.....
.....

ORIENTADOR:.....

TÍTULO DO TCC:

.....

MODALIDADE DO TCC: () Acadêmica () Mercadológica

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA:

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof(a)..... Instituição:.....

Membro 1: Prof(a)..... Instituição:

Membro 2: Prof(a)..... Instituição:

INDICAÇÃO DE SUPLENTE PARA A BANCA EXAMINADORA (se for o caso):

Suplente: Prof(a)..... Instituição:

DATA DA DEFESA:/...../..... HORÁRIO:.....

ASSINATURA DO ORIENTADOR:.....

APÊNDICE C: Ata de defesa



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ CAMPUS PETRÓPOLIS
CURSO: BACHARELADO EM TURISMO**

ATA DE DEFESA DE TCC

Título do Trabalho:

Data da Defesa: -----/-----/-----

Local:

Horário:

Autores	Assinatura

Examinadores	Nota	Assinatura

Nota final: _____

OBSERVAÇÕES DA BANCA EXAMINADORA EXAMINADORA (caso devam ser feitas alterações, é necessário indicá-las textualmente):

APÊNDICE D: Elementos pré-textuais (exemplos)

ESTRUTURA	ELEMENTOS	CONDIÇÃO
Parte externa (Apêndice E)	Capa	Obrigatório
	Lombada	Opcional
Elementos pré-textuais (Apêndice E)	Folha de rosto	Obrigatório
	Ficha catalográfica (item 11.1))	Obrigatório
	Errata	Opcional
	Folha de aprovação (assinada e datada)	Obrigatório
	Dedicatória	Opcional
	Agradecimentos	Opcional
	Epígrafe	Opcional
	Resumo na língua vernácula	Obrigatório
	Resumo em língua inglesa	Obrigatório
	Lista de ilustrações	Opcional
	Lista de tabelas	Opcional
	Lista de abreviaturas e siglas	Opcional
	Lista de símbolos	Opcional
	Sumário	Obrigatório

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR14724 (2011).

Na sequência exemplos dos elementos apresentados na tabela:



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ *CAMPUS* PETRÓPOLIS
CURSO: BACHARELADO EM TURISMO**

**A Imagem do destino turístico na percepção dos atores do
trade turístico**

Antônio Joaquim Silva
Pedro Paulo de Almeida
Ana Maria Lopes Cruz

PETRÓPOLIS

2010

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ *CAMPUS* PETRÓPOLIS
CURSO: BACHARELADO EM TURISMO**

**A imagem do destino turístico na percepção dos atores do
trade turístico**

Antônio Joaquim Silva
Pedro Paulo de Almeida
Ana Maria Lopes Cruz

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao CEFET/RJ - *campus* Petrópolis, como parte
dos requisitos para obtenção do título de
Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Carlos Alberto Bragança

**PETRÓPOLIS
2010**

Autorizo(amos) a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio eletrônico ou convencional, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

ou

Nenhuma parte deste trabalho pode ser reproduzida ou divulgada, em qualquer meio eletrônico ou convencional, sem autorização do(s) autor(es).

Cefet/RJ – Sistema de Bibliotecas / *campus* Petrópolis

V617	Vianna, Maria Candido. Mediação cultural: um atrativo para a visitação à Câmara Municipal de Petrópolis. Maria Viana Candido. – 2012. 43f.: il. color. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Petrópolis (RJ), 2012. Bibliografia: f. 28-29. 1. Turismo Cultural. 2. Mediação. 3. Interação cultural. 4. Câmara Municipal – Petrópolis (RJ) I. Vianna, Maria Candido. CDD 338.4791
------	--

Elaborada por ...

SOLICITAR NA BIBLIOTECA



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ CAMPUS PETRÓPOLIS
CURSO: BACHARELADO EM TURISMO**

FOLHA DE APROVAÇÃO

**A imagem do destino turístico na percepção dos
atores do *trade* turístico**

Antônio Joaquim Silva
Pedro Paulo de Almeida
Ana Maria Lopes Cruz

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao CEFET/RJ - *campus* **Petrópolis**, como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Carlos Alberto Bragança

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. XXXXXXXXXXXXX

Prof. Dr. YYYYYYYYYYYYYY

Prof. Dr. ZZZZZZZZZZZZZZ

Dezembro 2011

DEDICATÓRIA

Aos nossos pais, amigos e companheiros,
fontes eternas de amor e vida.

AGRADECIMENTOS

Toda obra é fruto de muitos construtores. E muitos foram os obreiros que participaram da edificação deste trabalho, ao qual nos dedicamos com muito carinho, amor e empenho.

Agradecemos em primeiro lugar aos velhos e aos novos amigos que souberam entender o sumiço e sempre mantiveram acesa a chama da amizade verdadeira.

Em especial gostaríamos de agradecer nosso orientador Prof. Carlos Alberto Bragança que, além do papel de orientador se tornou um amigo muito querido. O seu exemplo será para sempre uma marca para nós, pois nos permitiu entender e reforçar uma intuição inicial de que conhecimento e sabedoria podem e devem ser desprovidos de vaidade e ostentação, e que as pessoas valem mais do que o que possuem. Reverência, mestre!

Ao Prof. Sérgio Gonçalves, cuja generosidade e ousadia nos ofereceram imensas lições e permitiram sonhar com vãos mais atrevidos.

Aos demais professores do CEFET, Prof. José Edson, Prof. Marcelo Bronzo e Prof. Allan Claudius, de quem obtivemos lições memoráveis e com quem travamos algumas batalhas momentâneas que valeram lições de vida.

Ao Prof. Richard Bagozzi, que, mesmo à distância, contribuiu de maneira decisiva para o desenvolvimento deste trabalho, permitindo a elaboração de novos pontos de investigação.

EPÍGRAFE

As instâncias móveis das cidades, ou seja, os fluxos, são importantes, pois são eles que dão vida aos fixos. Os turistas, papel que assumimos quando estamos em movimento no espaço, fazem parte dos fluxos. Eles não são meros observadores desse espetáculo de interações, mas parte dele. [...] A cidade não é apenas um conjunto de elementos observados (fixos), mas produto de muitos construtores.

(CASTROGIOVANNI, 2000, p. 24)

RESUMO

O objetivo deste trabalho consistiu em esclarecer a imagem do destino turístico na percepção da comunidade receptora, dos turistas e dos gestores públicos que compõem o *trade* turístico. A formulação da proposta de estudo baseou-se no Modelo Geral de Imagens em Turismo, formulado por Santana (2009), e em estudos que reconhecem o caráter plural da imagem do lugar. A cidade histórica mineira de Diamantina foi escolhida como lócus da pesquisa, tendo em vista a importância crescente que os programas de governo vêm atribuindo ao destino como pólo indutor do turismo nacional e internacional. Os procedimentos operacionais da investigação envolveram uma série de métodos de coleta de dados, como a fotoetnografia, a pesquisa documental, as entrevistas semiestruturadas e as técnicas de projeção, optando-se pela abordagem qualitativa, reconhecida como mais apropriada aos propósitos do estudo. A análise dos dados foi feita a partir da técnica de análise de conteúdo. As conclusões sinalizam que as percepções dos atores turísticos sobre a destinação podem auxiliar a identificação dos traços da autenticidade do lugar e dos atributos mais valorizados pelos turistas a partir da sua experiência com o destino de viagem. Os resultados revelam ainda que, de modo geral, existe concordância quanto às várias dimensões percebidas da imagem de Diamantina entre e pelos atores locais.

Palavras-chaves: Imagem do destino. Marketing de lugares. Atores do *trade* turístico.

ABSTRACT

The expansion of LGBT tourism is presented as a segment under development in Brazil and shows that have reached their place in the tourist market. This evolution of the LGBT tourism segment in recent decades, has resulted in a progressive increase in the number of companies in the tourism sector, but increased complaints from consumers who bought products and services of low quality. In Brazil actions related to standardizations and certifications of persons or services have been evolving over the past year. Governments and businesses along envision that while tourism is a major factor for moving much of the economy, reaching great currencies, generating direct and indirect jobs and improvements in the infrastructure of cities, but that actions must be effected to make the all services and products more competitive tourism market, both national and international levels. The quest for sustainability and quality, as forms of competitiveness, tourism is the safest way so that we can ensure the development of both the communities and entrepreneurs. Thus, new rules for markets are traced by consumers looking for products and services with price, quality and sustainability, and companies that do not pursue these concepts, can hardly remain active in the market. The consumption habits and purchasing power of individuals and LGBT groups have been demonstrated throughout this research, so that there was a characterization of what is the profile of these consumers, and concluded that as a group are characterized with a large surplus of income, seeking to consume products and specialized services and especially of recognized quality. This research presents the proposed certification Gay Friendly Lodging for the Brazilian media as the beginning for this discussion: defining parameters, standards and concepts of quality through technical standards, offering the LGBT consumer, products and services of recognized quality.

Keywords: LGBT Tourism. Gay Friendly Certification. Standardization. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Componentes da imagem de destinações.....	40
FIGURA 2: Modelo de escolha do destino turístico.....	43
FIGURA 3: Modelo de desenvolvimento da Análise de Conteúdo.....	85
FIGURA 4: Beco da Quitanda.....	103
FIGURA 5: Sacadas dos casarões coloniais.....	103
FIGURA 6: Movimento de pessoas no Mercado Velho.....	105
FIGURA 7: Bares e igreja.....	106
FIGURA 8: Participantes de uma oficina do Festival de Inverno.....	107
FIGURA 9: Café no Beco.....	108
FIGURA 10: Rua da Quitanda – lugar de convívio.....	109
FIGURA 11: Plantas – metáfora da vida.....	110
FIGURA 12: Artesanato diamantinense.....	110
FIGURA 13: Casarão colonial	111
FIGURA 14: O Mercado Velho como símbolo do garimpo	111
FIGURA 15: Beco da agitação do Carnaval.....	112
FIGURA 16: Serra dos Cristais.....	113
FIGURA 17: Torre da igreja e Serra dos Cristais.....	113
FIGURA 18: Rua da Quitanda e Serra dos Cristais.....	113
FIGURA 19: Dimantina – porta de entrada para os turistas.....	114

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:	Estudo de competitividade dos destinos indutores do turismo internacional no Brasil: resultados por dimensão.....	95
TABELA 2:	Temas das figuras utilizadas na promoção da imagem induzida de Diamantina pelo poder público.....	139
TABELA 3:	Resultados da análise de conteúdo dos temas mais recorrentes na promoção da imagem induzida de Diamantina pelo poder público.....	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
- CAT – Centro de Atendimento Turístico
- RFC – Request for Comments
- SETUR – Secretaria do Estado de Turismo de Minas Gerais
- VPN – Virtual Private Network
- WAN – Wide Area Network
- WLAN – Wireless Local Network

SUMÁRIO

1 Introdução	10
2 Patrimônio cultural e museus: novos olhares para os espaços de conhecimento e lazer	11
2.1 Patrimônio cultural	11
2.2 Museus	15
2.2.1 O Turismo de experiência com foco nos espaços museais	16
3 O Museu imperial: seu histórico e sua apresentação	21
3.1 Da fazenda do córrego seco ao palácio imperial	21
3.2 Descrição e uso das áreas internas e externas do palácio	24
3.3.1 Os usos e as mudanças ocorridas no espaço do palácio imperial	26
3.3.1.1 Museu imperial: sua estrutura, seu acervo e sua memória	28
4 O Estágio e a sua interpretação diante ao contexto teórico: visões e opiniões do espaço museal – museu imperial	33
4.1 Visões e opiniões do estágio no museu imperial e o contexto teórico	36
5 Conclusões e sugestões	40
6 Referências	42
Apêndice A	44
Anexo A	46

Apêndice E: Exemplos de Referências Bibliográficas

A ABNT NBR 6023/2002 é a norma a ser seguida para elaboração das Referências Bibliográficas. Indicamos que esta norma seja consultada para referenciar documentos e/ou fontes de informação não contemplados nos exemplos abaixo.

1 Casos mais comuns de referência bibliográfica

1.1 Livros como um todo

Elementos essenciais: autor(es), título, edição⁸, local, editora e data de publicação.

Exemplos:

a) Publicação com um autor

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

b) Publicação com dois ou três autores

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

c) Publicação com mais de três autores – “et al.”

VIEIRA, Antonieta P. et al. **Gestão de contratos de terceirização na administração pública: teoria e prática**. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010. 381p.

d) Responsabilidade pelo conjunto da obra, em coletâneas (Organizador (Org.), Compilador (Comp.), Coordenador (Coord.), Editor (Ed.), etc.)

BRAGA, Debora Cordeiro (Org.). **Agências de viagens e turismo: práticas de mercado**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

e) Autor pessoa jurídica

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Manual Ambiental do Parque Nacional Serra dos Órgãos**. Brasília, DF, 2007.

Em meio eletrônico:

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível: introdução a uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/17turismo_acessivel.html>. Acesso em: 30 mar. 2011.

f) Autor com partícula de parentesco no nome (Neto, Junior, Filho, etc.)

⁸ Caso se trate da primeira edição da obra, não é necessário mencionar. A indicação é obrigatória a partir da segunda edição.

MÁTTAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2002.

g) Autor de nome espanhol

PEREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Los derechos fundamentales**. 6. ed. Madrid: Tecnos, 1995.

1.2 Partes de livro

Elementos essenciais: autor (es), título da parte, seguidos da expressão “**In:**” e da referência completa do livro no todo (ver 1.1). No final da referência deve-se informar a paginação, a fim de individualizar a parte referenciada.

Exemplos:

a) Capítulo de livro com autorias diferentes

VIEIRA, Fernanda Carolina Costa. Regularização fundiária em Recife: participação popular e superação de desafios. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). **A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 115-124.

b) Capítulo de livro com autorias iguais (usar travessão)

NOVAIS, Fernando A. Os problemas da colonização portuguesa. In: _____. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 9. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2011. cap. 3. (Quando o autor do livro for o mesmo do capítulo colocar um travessão para evitar a repetição deste).

Em meio eletrônico:

MELLO, Gustavo; GOLDENSTEIN, Marcelo. Os fluxos turísticos no Brasil. In: _____. **Perspectivas da hotelaria no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDS, 2011. P. 18 – 20. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3301.pdf>. Acesso em : 19 abr. 2012.

b) Verbetes de Dicionário em meio eletrônico:

TURISMO. In: Dicionário da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2012. Disponível em: < <http://www.priberam.pt/DLPO/Default.aspx>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

1.3.3 Periódicos (Revistas, Jornais, Boletins, etc...)

Elementos essenciais: autor(es), título do artigo, título da publicação, local de publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, fascículo ou número, paginação inicial e final, data ou intervalo de publicação.

Exemplos:

a) Fascículo:

BOLETIM DE DESEMPENHO ECONÔMICO DO TURISMO. Rio de Janeiro: FGV, v. 8, n. 33, fev. 2012.

PETRÓPOLIS: a revista da cultura e do turismo. Petrópolis, RJ: Prefeitura Municipal de Petrópolis; Fundação de Cultura e Turismo, mar. 2012. 14 p.

Em meio eletrônico:

BOLETIM DE DESEMPENHO ECONÔMICO DO TURISMO. Rio de Janeiro: FGV, v. 8, n. 33, fev. 2012. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/conjuntura_economica/boletim_desempenho_turismo/download_boletim_desempenho_economico_turismo/BDET33_2_03_FINAL.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2012.

b) Artigos:

TEAGUE, Matthew. O outro Tibet. **National Geographic Brasil**, São Paulo, ano 10, n. 117, p. 50 – 71, dez. 2009.

Em meio eletrônico:

AZEVEDO, Marilízia. Conselho Municipal de Cultura: editais valorizam o artista petropolitano. **PETRÓPOLIS: a revista da cultura e do turismo**. Petrópolis, RJ: Prefeitura Municipal de Petrópolis; Fundação de Cultura e Turismo, p. 11, mar. 2012. Disponível em: <http://fctp.petropolis.rj.gov.br/fctp/modules/mastop_publish/files/files_4f50d32689d75.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2012.

BUTLER, Rrichard. Sustainability or stagnation? limits on development in tourist destinations. **European Journal of Tourism Hospitality and Recreation**. v.1, n. 1, p. 10-23, nov. 2010. Disponível em: <http://www.optimeios.com/back/fotos/ejth2138/documentos/4_ejthr_voll_issue1_Sustainability_or_stagnation.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2012

c) Matéria de jornal

Elementos essenciais: autor(es) (se houver), título, título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data.

Exemplo:

PAIVA, Anabela. Trincheira musical: músico dá lições de cidadania em forma de samba para crianças e adolescentes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 12 jan. 2002.

Em meio eletrônico:

CIOFFI, Silvio. Pese prós e contras ao escolher o destino de sua próxima viagem. **Folha.com**, São Paulo, 19 abr. 2012. Turismo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/turismo/1077543-desembarques-no-brasil-aumentaram-em-marco.shtml>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

1.3.4 Evento científico

Elementos essenciais: nome do evento, numeração do evento (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, tópico temático etc.), local, editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada.

a) No todo

FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS, 4, 2010, Brasília. **Trabalhos apresentados...** Brasília: IBRAM, 2010

Em meio eletrônico:

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 22, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: UNESP, 2010. v. 1. Disponível em: http://prope.unesp.br/xxii_cic/ver_resumo.php?area=100044&subarea=12420&congresso=30&CPF=37020538835. Acesso em: 20 abr. 2012.

b) Em parte “In:”

MAGALHÃES, Juliana M. Quaresma. Acessibilidade Tátil e Inclusão de deficientes visuais nos museus de Arte. In: FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS, 4, 2010, Brasília. **Trabalhos apresentados...** Brasília: IBRAM, 2010.

Em meio eletrônico:

VALEZI, Jokasta Aparecida. Turismo e a valorização do patrimônio cultural de Presidente Prudente. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 22, São Paulo. **Anais eletrônico...** São Paulo: UNESP, 2010. Disponível em: http://prope.unesp.br/xxii_cic/ver_resumo.php?area=100044&subarea=12420&congresso=30&CPF=37020538835. Acesso em: 20 abr. 2012.

1.3.5 Teses, dissertações e outros trabalhos acadêmicos

Elementos essenciais: autor, título do trabalho, subtítulo (se houver), ano, categoria do trabalho, instituição, cidade.

Exemplos:

CARVALHO, Janete. **A formação do professor e do pesquisador em nível superior no Brasil.** 1992. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

SOARES, Jane dos Santos Azarias; SANTOS, Nelsimar Mello Monteiro. **O Resgate histórico da cultura Quilombola dentro do contexto turístico em Petrópolis.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnólogo em Gestão de Turismo)-Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, CEFET/RJ UnED Petrópolis, Petrópolis, RJ, 2011. CD-ROM.

KAJIHARA, Kelly Akemi. **A imagem do Brasil no exterior:** análise do material de divulgação oficial da EMBRATUR, desde 1966 até os dias atuais. 2008. Monografia (Graduação em Relações Públicas) – Faculdade de Relações Públicas, Universidade de São Paulo, 2008.

Em meio eletrônico:

SOLHA, Karina Toledo. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil.** 2004. 178 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-26072005-133940/publico/orgaosturismoBrasil.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

1.3.6 Legislação

Compreende os textos constitucionais, os textos legais e as normas emanadas de entidades públicas e privadas. Elementos essenciais: competência, entidade responsável pela elaboração, título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituição e suas emendas, entre a competência e o título, acrescenta-se a palavra Constituição.

Exemplos:

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. **Lex: coletânea de legislação e jurisprudência**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex: legislação federal e marginalia**, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez. 1995.

Em meio eletrônico:

PETRÓPOLIS (RJ). **Lei nº 6.489**, de 23 de novembro de 2007. Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.petropolis.rj.gov.br/pp/modules/xt_conteudo/print.php?id=471> Acesso em 05 de outubro de 2011.

1.3.8 Outros materiais (apostilas, planos de aula, notas de aula, anotações de palestras etc.)

Sugere-se colocar além dos elementos fundamentais (Autor, título, local, editor, data), a informação do tipo de documento. Colocar entre colchetes caso a informação não conste no documento.

Exemplo:

CORRÊA, Cristine. **Saúde do servidor**. [Rio de Janeiro]: Vértice Cursos e Tecnologia da Informação, [2010]. Apostila.

1.3.9 Documentos somente em meio eletrônico

Elementos essenciais: autor, título da informação ou serviço ou produto, versão, se houver, local, data e descrição e física do meio eletrônico. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

Exemplos:

a) Site

DIÁRIO DO TURISMO. 2012. Disponível em: <<http://www.diariodoturismo.com.br/materias>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

b) Documento/Texto de sites ou portais

PARQUE Natural atrai mais de 800 visitantes no final de semana. Petrópolis, 18 abr. 2012. Portal: petropolis.rj.gov.br. Disponível em: <

<http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/229-parque-natural-atrai-mais-de-800-visitantes-no-final-de-semana.html> >. Acesso em: 19 abr. 2012.

MINISTÉRIO do Turismo promove ação de sensibilização sobre proteção de crianças e adolescentes. Brasília, 20 fev. 2018. Portal: turismo.gov.br. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/10795-minist%C3%A9rio-do-turismo-promove-a%C3%A7%C3%A3o-de-sensibiliza%C3%A7%C3%A3o-sobre-prote%C3%A7%C3%A3o-de-crian%C3%A7as-e-adolescentes.html>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

c) E-mail

ALMEIDA, M. P. S. **Fichas para MARC** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mtmendes@uol.com.br> em 12 jan. 2002.

Anexo A: Citações e notas de rodapé

CITAÇÕES

Citação é a “Menção de uma informação extraída de outra fonte” (ABNT, 2002, p.1).

A ABNT NBR 10520/2002 é a norma a ser seguida para elaboração de citações e notas de rodapé. Indicamos que esta norma seja consultada para referenciar documentos e/ou fontes de informação não contemplados nos exemplos abaixo (ABNT, 2002).

Tipos de citação:

- direta: transcrição textual de parte da obra do autor consultado.
- indireta: Texto baseado na obra do autor.
- citação de citação: citação direta ou indireta de uma texto em que não se teve acesso ao original.

Como indicar:

- supressões: [...]
- interpolações, acréscimos ou comentários: []

- ênfase ou destaque: grifo ou negrito ou itálico

Citações diretas, também chamadas literais ou textuais. Devem ser transcritas da fonte de modo fiel. Para tanto, se tiverem até três linhas, devem vir entre aspas, no próprio texto.

Exemplos:

Ao tratar da importância da estruturação do plano de trabalho para construção de um texto, Edivaldo Boaventura (2001, p. 9) afirma: “[...] a arte de exprimir consiste em estabelecer as indicações para elaboração do plano [...]”

Em relação ao plano de trabalho, pode-se afirmar que “[...] a arte de exprimir consiste em estabelecer as indicações para elaboração do plano [...]” (BOAVENTURA, 2001, p. 9)

Citação direta com mais de três linhas, deve-se utilizar o destaque. Para isso, deve ser feita na linha imediatamente posterior ao que vinha sendo escrito, a 4 (quatro) centímetros da margem esquerda, terminando na margem direita. Deve vir sem aspas, com letra tamanho 11 (onze) e em espaço simples.

Exemplo:

A introdução é parte importante dos textos acadêmicos, pois,

[...] encerra, implicitamente, toda a exposição, dando a idéia de como será desenvolvida. Para tal, ela precisa conter certa dose de entusiasmo. Não há porque se precipitar de chofre sobre o assunto. Carece incitar, previamente, o auditório. Acender os *flashes* principais da exposição, prestando atenção para o ponto de partida. (BOAVENTURA, 2001, p. 11).

Citação indireta - também denominada citação livre, nada mais é do que uma paráfrase.

Neste caso, o trecho da fonte consultada não é citado por transcrição. A ideia original é apresentada no trabalho por meio de um texto especialmente escrito para este fim.

Também deve ser feita a chamada para o autor, com o ano e o número da página onde se encontra o trecho parafraseado.

Exemplos:

Para Santos (2005, p. 19), durante séculos, o Brasil foi um país agrário.

Esta condição, no entanto, se inverte entre 1940 e 1980 (SANTOS, 2005, p. 31), quando a urbanização se espalha e se consolida no Brasil.

Citação de citação - é utilizada quando não se tem acesso direto a determinada obra citada.

Neste caso, a citação é feita por meio da citação utilizada por outro autor, que não o responsável pela elaboração da ideia ou do trecho citado.

ATENÇÃO: A **citação de citação** não deve ser utilizada de modo ordinário. Ao contrário, deve ser evitada, buscando-se, sempre que possível, citar a fonte original. Os trabalhos acadêmicos, em regra, são produtos de pesquisas que se pretendem científicas. Assim, o acesso indireto à fonte citada pode indicar uma falha na pesquisa. Além disso, é sempre melhor o acesso ao original, tendo em vista que a fidelidade será maior.

Entretanto, a **citação de citação** poderá ser utilizada quando a fonte original for de difícil acesso. Neste caso, a palavra latina *apud* (citado por) [sem itálico] deverá indicar a citação de citação.

Exemplo:

“A pessoa é um fato que incessantemente desperta um espanto existencial [...]”
(GUARDINI, 1963 apud ALVES, 2001, p. 1)

NOTA DE RODAPÉ

As notas de rodapé não devem ser utilizadas de modo indiscriminado. Quando necessárias, devem ter a finalidade de fazer indicações bibliográficas; de apresentar observações complementares; de realizar remissões ao próprio trabalho ou a outros textos; de introduzir uma citação de reforço; de fornecer a tradução de um texto. As indicações das fontes deverão ser feitas na própria nota e a obra deve constar nas Referências Bibliográficas, listadas ao final do trabalho.

Quanto à sua apresentação, devem ser separadas do texto por **um traço horizontal** que se inicia na margem esquerda e tem 5 cm. Devem ser **digitadas em espaço simples** e com **letra tamanho 10**. Devem ser numeradas com algarismos arábicos, do início ao fim do texto, de modo contínuo, não se reiniciando a numeração em cada novo capítulo.

Os **programas de edição de texto** costumam ter ferramentas próprias para inserção das notas de rodapé. No Word para Windows **deve-se observar o seguinte procedimento**. No Menu Inserir, clicar em Referências, Notas. O programa abrirá uma janela “Notas de Rodapé e Notas de Fim”. Deve-se marcar no Local a opção notas de rodapé, no Formato do número deve-se marcar a opção “1,2,3...”, Iniciar em “1”, Numeração “Contínua”, em Aplicar alterações, deve-se marcar “no documento inteiro”. Para finalizar, clicar em inserir.

Exemplo:

A elaboração de trabalhos acadêmicos pressupõe o levantamento de fontes que permitirão a documentação. Em relação ao levantamento bibliográfico⁹, após o acesso às obras e após a leitura, o fichamento será importante instrumento para a elaboração do trabalho escrito.

Anexo B: Como inserir numeração de páginas no Word 2007

Como inserir numeração de páginas no Word 2007 somente nas páginas desejadas (HOUSEBIT)

Como colocar a numeração de páginas no Word 2007 somente nas páginas desejadas, utilizado muito em trabalhos de conclusão de curso (TCC).

Quebra de Seção

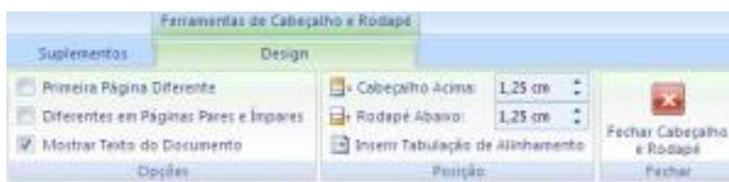
A quebra de seção no Word faz que seja possível dividir o documento em partes, como se existisse mais de um arquivo dentro do mesmo documento. É através dessa função que podemos colocar as numerações nas páginas desejadas. E não fica restrito só a numeração, mas sim em colocar cabeçalhos e rodapés diferentes em um mesmo documento.

Abra o arquivo desejado no Word 2007 (caso seja um arquivo importante, faça uma cópia antes) Entre no Guia de menu **Inserir** e escolha o menu **Cabeçalho**; E a opção **Editar Cabeçalho**.

⁹ Trata-se, neste texto, de pesquisas que envolvam, em alguma medida, elaboração teórica. Para tanto, o levantamento bibliográfico é indispensável.



Note que na guia de menus aparecerá um menu **Design** específico para Cabeçalho e Rodapé.

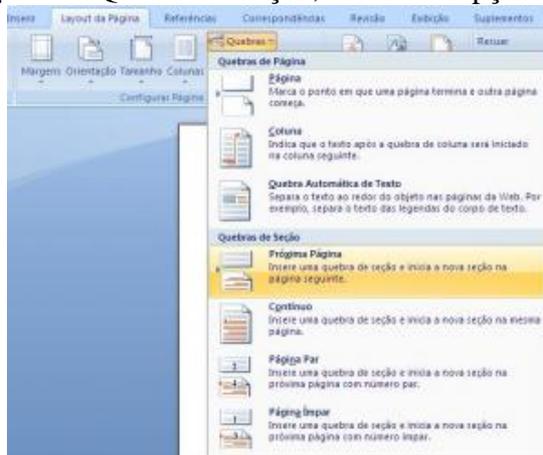


Na mesma guia clique em **Número de Página** e escolha a opção que mais se identifica a sua formatação.

Após esse procedimento, **feche as opções** de cabeçalho e rodapé;

Bom, agora que você já inseriu as numerações de página do seu documento, vamos editar essa numeração com a famosa Quebra de seção.

Clique em qualquer página desejada, e entre na guia **Layout de Página**, e escolha o menu **Quebra** que abrirá as opções de Quebra de Seção, escolha a opção **Próxima Página**;

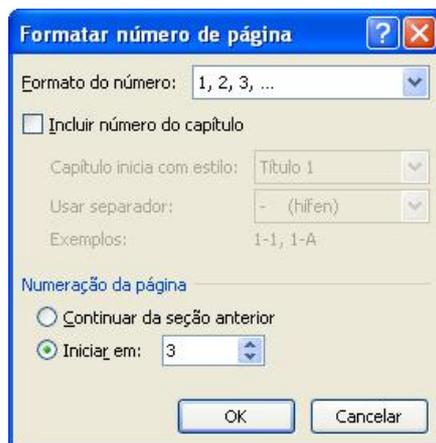


Após esse procedimento retorne as opções de Cabeçalho, dando um duplo clique em cima do número da página ou cabeçalho da folha desejada onde necessita que dê início a contagem de páginas do documento.

Abrirá novamente as opções de Cabeçalho e Rodapé. **Desmarque** a opção **Vincular ao documento anterior**;



Na mesma guia de Design de propriedades de Cabeçalho e Rodapé, escolha a opção **Números de página**, e em seguida a opção **Formatar números de página**. Marque a opção **Iniciar em:** e insira o número de página que deseja que comece a contagem das páginas do documento.



Clique em OK e apague os números das páginas anteriores a escolhida para começar a contagem.

Feche as opções de Cabeçalho e Rodapé, e salve o arquivo.

Anexo C: Como inserir numeração de páginas no BrOffice ou LibreOffice

Para inserir a paginação a partir de uma determinada página do TCC, utilizando os editores de textos BrOffice ou LibreOffice, você deverá proceder da seguinte forma:

1. Coloque o cursor no final da página anterior àquela que você quer que inicie a numeração.
2. Vá em **Inserir** → **Quebra manual...**. Deixe a opção **Quebra de página marcada**. Na caixa **Estilo** selecione **Índice**. Marque a opção **Alterar número da página**. Em seguida, coloque a numeração a partir da qual você quer que apareça. Selecione **OK**.
3. Executados os dois passos anteriores, basta ir na página seguinte onde a numeração vai iniciar e inserir a numeração normalmente (Clique em **Inserir** → **Cabeçalho/Rodapé**. Selecione **Índice** e depois **Inserir** → **Campos** → **Número da página**).

ATENÇÃO: Se, em vez do número, aparecer no texto “Número da página”, desative a opção **Nomes de campo** no menu **Exibir**.

APÊNDICE III: Regulamento de Atividades Complementares



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ *CAMPUS* PETRÓPOLIS
CURSO: BACHARELADO EM TURISMO**

Regulamento de atividades complementares

Primeira edição

**PETRÓPOLIS
2018**

©2018 – 1ª edição

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca –

Cefet/RJ *campus* Petrópolis

Curso: Bacharelado em Turismo

Biblioteca do Cefet/RJ *campus* Petrópolis

Direção-Geral

Carlos Henrique Figueiredo Alves

Vice-Direção

Maurício Saldanha Motta

Direção do *campus* Petrópolis

Frederico Ferreira de Oliveira

Gerência Acadêmica

Welerson Fernandes Kneipp

Gerência Administrativa

Carlos de Jesus da Silva

Bacharelado em Turismo

Coordenadora

Alexandra Maria de Abreu Rocha

Colegiado

Aixa Teresinha Melo de Oliveira

Alice Moraes Rego de Souza

Fabio Sampaio de Almeida

Jarlene Rodrigues Reis

Lelian Patrícia de Oliveira Silveira

Luciana de Mesquita Silva

Organização e elaboração do documento

Núcleo Docente Estruturante

Alexandra Maria de Abreu Rocha

Fabio Sampaio de Almeida

Luciana de Mesquita Silva

Ludmila Vargas Almendra

Rafael Teixeira de Castro

Suzana Santos Campos



Ludmila Vargas Almendra

Luis Carlos Dias de Oliveira

Marcelo Augusto Mascarenhas

Nara Maria Carlos de Santana

Pâmela Marcia Ferreira Dionísio

Rafael Teixeira de Castro

Roberta Dalvo Pereira da Conceição

Suzana Santos Campos

Cefet/RJ – Sistema de Bibliotecas / *campus* Petrópolis

R344

Regulamento de atividades complementares / Organização e elaboração: Curso Bacharelado em Turismo. - 1. ed. – Petrópolis, RJ: Cefet/RJ - *campus* Petrópolis, 2018. 7 p.

2. Regulamento – Atividades complementares. 2. Curso Bacharelado em Turismo. I. Título. II. Coordenação do Curso Bacharelado em Turismo.

CDD 378.1012

Elaborada por Luciana deSouza Castro CRB7/4812

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES CURSO BACHARELADO EM TURISMO

O Colegiado do Curso Bacharelado em Turismo, do Campus Petrópolis do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), no uso de suas atribuições, resolve regulamentar as Atividades Complementares, previstas no seu projeto pedagógico.

CAPÍTULO 1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Entende-se como Atividades Complementares (AC) as atividades que possibilitam o reconhecimento de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, que estimulam a prática de estudos independentes e opcionais, permitindo a permanente e contextualizada atualização profissional específica como complementação de estudos.

Artigo 2º – Os alunos desenvolverão as Atividades Complementares ao longo do curso de graduação em Turismo, podendo iniciá-las a partir do primeiro período.

Artigo 3º - As Atividades Complementares deverão totalizar 300 horas da carga horária de integralização do curso.

§1º - Para efeitos de integralização do curso, os alunos deverão obrigatoriamente comprovar as horas de Atividades Complementares distribuídas, pelo menos, em 3 (três) dos diferentes Grupos de Atividades Complementares previstas por esse Regulamento no seu artigo 5º.

§2º - Após cumpridas as 300 horas exigidas, conforme §1º do artigo 3º, o aluno não mais deverá solicitar a validação de novas horas de Atividades Complementares.

Artigo 4º - As Atividades Complementares podem ser realizadas a qualquer momento do curso, inclusive durante as férias escolares, desde que respeitados os procedimentos estabelecidos neste Regulamento.

Artigo 5º - São consideradas Atividades Complementares que podem ser reconhecidas para efeitos de aproveitamento de carga horária:

Grupo A – Ensino			
Carga Horária Integralizada durante o curso neste grupo - Máximo: 120 horas			
Código	Tipo de Atividade	Carga Horária Máxima	Documentação Obrigatória
A1	Monitoria	120 horas	Declaração emitida e assinada pelo professor coordenador responsável com carga horária
A2	Participação como ouvinte em eventos científicos e acadêmicos não constantes da programação de visitas e/ou viagens técnicas	90 horas	Certificado de participação com carga horária
A3	Visitação a mostras, festivais, exposições, centros culturais, museus, casas de espetáculo, parques temáticos, unidades de conservação ambiental, atrativos turísticos, não constantes da programação de visitas e/ou viagens técnicas	30 horas (2h por atividade)	Ingressos, folders, catálogos ou outro material impresso relativo à atividade, desde que validada a participação do aluno pela instituição promotora
A4	Participação em visitas e/ou viagens técnicas	90 horas	Declaração emitida pelo responsável pela atividade, com carga horária
A5	Participação em Cursos e Treinamentos, no CEFET/RJ ou em outra instituição, ligados à formação complementar do aluno	60 horas	Certificado ou Declaração de participação com carga horária

Grupo B – Pesquisa			
Carga Horária Integralizada durante o curso neste grupo - Máximo: 120 horas			
Código	Tipo de Atividade	Carga Horária Máxima	Documentação Obrigatória
B1	Participação em projeto de pesquisa	90 horas	Declaração emitida pelo responsável pelo projeto, com carga horária
B2	Iniciação Científica	120 horas	Declaração emitida pelo professor orientador, com carga horária
B3	Apresentação de trabalho em eventos (comunicação oral ou pôster)	90 horas (10h por apresentação)	Certificado de participação
B4	Publicação de artigos em periódicos, livros e/ou anais de eventos	120 horas (30h por publicação)	Cópia da primeira página do artigo publicado
B5	Publicação de resumos e/ou resumos expandidos	90 horas (20h por resumo)	Cópia do resumo publicado

Grupo C– Extensão			
Carga Horária Integralizada durante o curso neste grupo - Máximo: 120 horas			
Código	Tipo de Atividade	Carga Horária Máxima	Documentação Obrigatória
C1	Participação em projetos de extensão (desde que não validado como estágio)	120 horas	Declaração emitida pelo responsável pelo projeto ou pelo DEAC (Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários) do Cefet-RJ, com carga horária
C2	Participação como ouvinte em atividades de extensão: palestras, mostras, exposições, visitas mediadas e oficinas	60 horas (2h por atividade)	Certificado ou declaração de participação
C3	Participação em cursos de extensão	60 horas	Certificado ou declaração de participação, com carga horária

C4	Participação como membro organizador de eventos institucionais	60 horas	Certificado ou declaração de participação, com carga horária
C5	Participação como colaborador em eventos institucionais	60 horas	Certificado ou declaração de participação, com carga horária

Grupo D- Gestão			
Carga Horária Integralizada durante o curso neste grupo - Máximo: 90 horas			
Código	Tipo de Atividade	Carga Horária Máxima	Documentação Obrigatória
D1	Representação estudantil (Centro Acadêmico e Conselhos Institucionais)	30 horas	Declaração emitida pelo setor responsável, com carga horária
D2	Estágio não obrigatório	90 horas	Declaração emitida pela Instituição campo de estágio, com carga horária
D3	Vivência profissional complementar relacionada ao campo do turismo desde que não validado como estágio	90 horas	Declaração emitida pela instituição responsável, com carga horária
D4	Realização como autor de cursos, palestras, exposições e mostras, relacionados ao campo do turismo	60 horas	Certificado ou declaração de participação, com carga horária

Artigo 6º- As ACserão avaliadas por uma Comissão de Atividades Complementares (CAC), composta por docentes do colegiado do Curso Bacharelado em Turismo.

CAPÍTULO 2 - DO REGISTRO, COMPROVAÇÃO E VALIDAÇÃO

Artigo 7º- A solicitação de aproveitamento das Atividades Complementares realizadas pelo aluno no decorrer do curso poderá ser apresentada, semestralmente, à Comissão de Atividades Complementares (CAC) a partir do primeiro semestre de integralização do currículo, no

período previsto no Calendário de Atividades Complementares do Curso Bacharelado em Turismo.

Artigo 8º- Cabe à Comissão de Atividades Complementares (CAC):

§1º - Analisar as documentações das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração a descrição presente no Artigo 1º deste Regulamento;

§2º - Fixar e divulgar datas, locais e horários para atendimento aos alunos e recebimento da documentação exigida;

§3º - Avaliar a carga horária das Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos neste Regulamento, levando em consideração a documentação apresentada;

§4º - Emitir parecer sobre a avaliação e validação da carga horária das AC apresentadas pelo discente;

§5º - Encaminhar o parecer à Coordenação do curso.

Artigo 9º - Ao apreciar a documentação exigida, a Coordenação do Curso e a CAC poderão pedir informações adicionais sobre a(s) AC desenvolvida(s), podendo desconsiderá-la(s), se a entenderem como insuficiente;

Artigo 10º - A Coordenação do Curso encaminhará à Secretaria de Registro Acadêmico (SERAC) do Campus a carga horária de AC validada pela CAC, para a formalização no sistema acadêmico.

Artigo 11º - Os comprovantes de todas as Atividades Complementares realizadas devem permanecer sob a posse e responsabilidade direta de cada aluno para serem apresentados à CAC, conforme calendário semestral.

Artigo 12º - Os alunos que ingressarem no curso Bacharelado em Turismo por meio de transferência ficam também sujeitos ao cumprimento da carga horária de AC, podendo solicitar à CAC o cômputo de parte da carga horária atribuída pela Instituição de origem, observadas as seguintes condições:

§1º - As Atividades Complementares realizadas na instituição/curso de origem devem ser compatíveis com as estabelecidas neste Regulamento;

§2º - Não será computada carga horária superior à conferida por este Regulamento à atividade idêntica ou similar, desenvolvida na instituição de origem do aluno.

§3º - As Atividades Complementares realizadas na instituição/curso de origem deverão ser comprovadas conforme previsto no artigo 5º deste Regulamento.

Artigo 13º - O aluno que não cumprir a carga horária exigida para as Atividades Complementares não estará apto à colação de grau, mesmo que tenha obtido aprovação em todas as disciplinas regulares de sua estrutura curricular.

Artigo 14º – Os casos omissos serão analisados pela CAC e Coordenação do Curso. Havendo necessidade, o Colegiado do Curso Bacharelado em Turismo será consultado.

APÊNDICE IV: Ementas

1. 1º Período

1º Período	GTURPE1101	72 h/a
	Teoria Geral do Turismo I (TGT I)	
EMENTA		
Origem e evolução do fenômeno turístico. Classificação, caracterização, modalidades e tipologia do turismo. Hospitalidade: conceitos e dimensões. Turismo - Fenomenologia, interdisciplinaridade e atividade econômica. O Profissional de Turismo: perfil, características e mercado de trabalho. Lazer: conceitos e dimensões.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none">1. BARRETTO, Margarita, 1952-. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 20.ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.2. PALHARES, Guilherme Lohmann, 1973-; PANOSSO NETTO, Alexandre, 1973-. Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.3. PIRES, Mário Jorge. Raízes do turismo no Brasil: hóspedes, hospedeiros e viajantes no Século XIX. 2.ed. São Paulo: Manole, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none">1. BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro; BARRETTO, Margarita, 1952- (Org.). Turismo e identidade local: uma visão antropológica. 5.ed. São Paulo: Papirus, 2006.2. BIGNAMI, Rosana. A Imagem do Brasil no turismo: construção, desafios e vantagem competitiva. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2002.3. CAMARGO, Haroldo Leitão. Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850). São Paulo: Aleph, 2007.4. CARVALHO, Caio Luiz de; BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Org.). Discussões e propostas para o turismo no Brasil: o observatório de inovação do turismo. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2006.5. IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do turismo. 2.ed.rev.ampl. São Paulo: Thomson, 2003.		

1º Período	GTURPE1102	72 h/a
	Introdução a Administração	
EMENTA		
<p>1. Introdução a Administração, 1.1 Áreas funcionais: Produção; Financeira; Rec. Humanos; Materiais; Marketing; 1.2 Administração - conceito; 1.3 Funções da Administração: Planejamento; Organização; Direção e Controle; 1.4 As Habilidades do Administrador: Técnicas, Humanas e Conceituais; 1.5 Administração e Suas Perspectivas; 1.6 Os Primórdios da administração; 1.6.1 Antecedentes Histórico da Administração; 2. Teoria da Administração Científica: conceitos, principais expoentes e enfoques; 2.1 Teoria Clássica: conceitos, principais expoentes e enfoques; 3 Abordagem Humanística; 3.1 Teoria das Relações Humanas; 3.2 Organização formal X informal; 3.3 A experiência de Hawthorne: causas, consequências e principais conclusões; 3.4 Decorrências da Teoria das Relações Humanas; 4 Teoria da Burocracia: Características; Disfunções e Dilema; 5 Teoria Comportamental; 6 Teoria Estruturalista; 7 Teoria Sistêmica; 8 Teoria Contingencial</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>1. CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Campus, 2010. 2. DRUCKER, Peter Ferdinand, 1909-2005. Introdução à administração. São Paulo: Cengage Learning, c1984. xxiii, 714p. 3. MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 2009.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>1. CARAVANTES, Geraldo Ronchetti.; PANNO, Cláudia Caravantes.; KLOECKNER, Mônica Caravantes. Administração: teorias e processo. São Paulo: Prentice Hall, 2005. 2. CONCEIÇÃO, Roberta D. P.; BOAS, A. A. V. Uma breve introdução à teoria da Administração. Rio de Janeiro: SENAI, 2009. 3. KWASNICKA, Eunice Lacava. Introdução à administração. 6. ed.rev.ampl. São Paulo: Atlas, 2004. 4. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, 1947-. Fundamentos de administração: manual compacto para as disciplinas TGA e introdução à administração. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007. 267 p. 5. OSTERWALDER, A. Business Model Generation; São Paulo: Alta Books, 2011.</p>		

1º Período	GTURPE1104	72 h/a
	Geografia Aplicada ao Turismo	
EMENTA		
Fundamentos de geografia econômica e geografia do Brasil: Globalização econômica. Consumo e espaço Geográfico. Dinâmica urbana e populacional do Brasil. Dinâmica econômica e disparidades regionais brasileiras.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CASTRO, I. E. de e GOMES, P. C. da C. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. 2. HOBBSAWN, E. A era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 3. SOUZA, M. L. de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALBUQUERQUE, E. S. Que país é esse?: pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005. 2. CASTELLS, M. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 3. CARVALHO, C.L.; BARBOSA, L. G. (Org.) Discussões e propostas para o turismo no Brasil: o observatório de inovação do turismo. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2006. 4. THÉRY, H. Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2009. 5. PEARCE, D. Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003. 		

1º Período	GTURPE1106	54 h/a
	Práticas Textuais em Língua Portuguesa	
EMENTA		
<p>Texto e leitura. Conceitos de texto e discurso. O papel das linguagens e da língua na comunicação, na cultura e na identidade. Fundamentos linguísticos e discursivos na produção e compreensão de textos. A unidade e a diversidade da Língua Portuguesa. A visão do preconceito linguístico. A noção de tipologia textual e gêneros discursivos. Gêneros acadêmicos e midiáticos. O papel social do profissional de Turismo como sujeito comunicador.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 50.ed.rev.ampl. São Paulo: Loyola, 2008. 2. CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Texto e interação: uma proposta de produção textual a partir de gênero e projetos. 3.ed. rev.ampl. São Paulo: Atual, 2009. 3. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Platão Francisco. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2009. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ABAURRE, Maria Luiza; ABAURRE, Maria Bernadete M. Produção de texto: interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2009. 2. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. 3. CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008. 4. KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher, (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 3. ed.rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 5. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Argumentação e linguagem. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 		

1º Período	GTURPE1103	54 h/a
	História Regional	
EMENTA		
<p>Aspectos da história do Rio de Janeiro como lócus da política; cultura e sociedade brasileira: A colonização e a França Antártica; O Rio de Janeiro no século XIX; A Corte e a Província; A estrada real e a cidade de Petrópolis; Abolição e Imigração no Rio de Janeiro; O Rio de Janeiro Republicano: a era das reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro; A industrialização, trabalhismo e a expansão urbana; A transferência da capital federal e a perda da centralidade; O Rio de Janeiro do século XXI e os reflexos no turismo nacional.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FAUSTO, Bóris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2008. 2. LESSA, Carlos. Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca da auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2005. 3. SANTUCCI, Jane, 1960-. Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. 183 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARVALHO, José Murilo de, 1939-. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 196 p. 2. ENDERS, Armelle. História do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Gryphus, 2004. 3. LUSTOSA, Isabel. A História do Brasil explicada aos meus filhos. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2007. 4. MARTINS, Luciana de Lima. O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico: (1800-1850). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 207 p. 5. MELLO, Virgínio Cordeiro de. Petrópolis. Um passeio pelo centro histórico. 2005. 6. OSORIO, Mauro. Rio nacional Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005. 294 p. 7. SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do Imperador. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. 		

1º Período	GTURPE1105	72 h/a
	História da Arte I	
EMENTA		
<p>História da arte no Brasil entre os séculos XVI e XIX, considerando as relações com a arte internacional. As principais tendências estéticas, artistas e obras que formaram a visualidade brasileira no período, em suas diversas categorias artísticas e em articulação com turismo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARAÚJO, Antonio Luiz d'. Arte no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Revan, 2000. 2. CARDOSO, Rafael, 1964-. A arte brasileira em 25 quadros [1790-1930]. Rio de Janeiro: Record, 2008. 3. GOMBRICH, E. H. (Ernst Hans), 1909-2001. A história da arte. 16.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, c1999. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. Mestre Valentim. São Paulo: Cosac & Naif, 1999. 2. CONDURU, Roberto. Arte afro-brasileira. 1.ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2009. 3. JANSON, H. W. (Horst Woldemar), 1913-. História geral da arte, v.2: renascimento e barroco. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 4. MENDES, Francisco Roberval, 1949 -; VERÍSSIMO, Chico; BITTAR, William. Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007. 5. OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de, 1943-. O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 6. PEREIRA, Sonia Gomes. Arte brasileira no século XIX. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. 7. WOLFFLIN, Heinrich, 1864-1945. Conceitos fundamentais da história da arte: o problema da evolução dos estilos na arte mais recente. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 		

1º Período	BTURPE5131	54 h/a
	Recreação e Lazer	
EMENTA		
<p>Estudo do uso do tempo livre e da prática de atividades recreativas e prazerosas. Fundamentos da recreação em ambientes que prestem atendimento à criança, tais como hospitais, colônias de férias e hotéis. Recreação e lazer para as diferentes faixas etárias e necessidades. Pesquisa histórica e apresentações práticas dos brinquedos cantados, jogos infantis, dramatizações, teatros, marionetes e outras manifestações culturais da brincadeira infantil.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. O que é Lazer. 3ª ed. Tatuapé, SP: Brasiliense, 1992. 2. CAVALLARI, Vinícius Ricardo. Trabalhando com recreação. 11.ed. São Paulo: Icone, 2009. 3. MIRANDA, Simão de. 101 atividades recreativas para grupos em viagens de turismo. 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. GOMES, Christianne. Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2010. 2. OLIVEIRA, Vera Barros(org). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. 2ª . ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 3. PINA, Luiz Wilson. Lazer e recreação na hotelaria. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2007. 4. SANTO, Santa Marli Pires(org). Brinquedoteca: a criança, o adulto e lúdico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 		

8.1.2 2º Período

2º Período	GTURPE1209	36 h/a
	Teoria Geral do Turismo II (TGT II)	
EMENTA		
<p>Organização do Turismo: O Modelo teórico - referencial do sistema de Turismo. As questões da infraestrutura e superestrutura a partir de uma visão do mercado de Turismo, o subsistema cultural, social, econômico e ambiental, seu funcionamento e sua inter-relação com o mercado turístico. Os subsistemas de oferta, demanda, distribuição, consumo e mercado.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 12.ed.rev.atual. São Paulo: Ed. SENAC, 2007. 2. COOPER, Christopher P. TURISMO: princípios e práticas.. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 3. PALHARES, Guilherme Lohmann; PANOSSO NETTO, Alexandre, 1973-. Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do turismo. 2.ed.rev.ampl. São Paulo: Thomson, 2003. 2. MILONE, Cesar; GELAS, Beatriz Helena. (org.) Turismo: teoria e prática. Paulo Lage. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2000. 3. RABAHY, Wilson Abrahão. Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento. Barueri, SP: Manole, 2003. 4. REJOWSKI, Mirian; COSTA, Benny Kramer (Org.). Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão. São Paulo: Atlas, 2003. 5. STIGLIANO, Beatriz Veroneze; CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. Inventário turístico: primeira etapa da elaboração do plano de desenvolvimento turístico. Campinas, SP: Alínea, 2006. 		

2º Período	GTURPE1230	72 h/a
	Turismo e Meio Ambiente	
EMENTA		
<p>O contexto da problemática ambiental no Brasil a partir do estudo da inserção do país na economia-mundo capitalista e dos contextos históricos que foram bases para a formação sócioeconômica do território brasileiro. Heranças e intencionalidades no uso de seus recursos naturais. Formação territorial do Brasil. Crise ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Questões agrárias brasileiras. SNUC. Ecossistemas brasileiros.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. AB'SABER, A. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. Cotia, SP: Ateliê, 2008. 2. BECKER, B; STENNER, C. Um Futuro para Amazônia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 3. DIAS, Reinaldo. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2008. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BARTHOLO, R; DELAMARO, M; BADIN, L. (Orgs.). Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 2. BRANCO, S. M. O meio ambiente em debate. São Paulo: Moderna, 2007. 3. NEIMAN, Z; RABINOVICI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil. Barueri, SP: Manole, 2010. 4. OMT. Desenvolvimento sustentável do ecoturismo: uma compilação de boas práticas. São Paulo: Roca, 2004. 5. RUSHMAN, D. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papyrus, 2005. 		

2º Período	GTURPE1669	36 h/a
	Leitura e Produção de Textos	
EMENTA		
Linguagem e comunicação. Elementos relativos ao texto. Gêneros e tipos textuais. Particularidades léxicas e estruturais do texto.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Texto e interação: uma proposta de produção textual a partir de gênero e projetos. 3.ed. rev.ampl. São Paulo: Atual, 2009. 2. FARACO, Carlos Alberto. Prática de texto: para estudantes universitários. 19.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 3. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Platão Francisco. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2009. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DISCINI, Norma. A comunicação nos textos. São Paulo: Contexto, 2010. 2. FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. 17a. ed. São Paulo: Ática, 2008. 3. KARWOSKI, Acir Mário, 1970; GAYDECZKA, Beatriz, 1979; BRITO, Karim Siebeneicher, (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 3. ed.rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 4. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 17.ed. São Paulo: Contexto, 2008. 5. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 21.ed. São Paulo: Contexto, 2008. 		

2º Período	BTURPE5113	54 h/a
	Sociologia aplicada ao Turismo	
EMENTA		
<p>Autores fundamentais para o pensamento clássico contemporâneo; As atividades humanas na sociologia (trabalho, lazer, cultura e tempo livre); O turismo e o lazer na análise sociológica contemporânea; A modernidade e seus aspectos fundamentais: Urbanização, industrialização, trabalho e lazer; Extensão das redes de transporte e comunicação de massas; Reflexões sobre trabalho, lazer e modernidade.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAMARGO, Luiz O. Lima. O que é lazer. São Paulo: Brasiliense, 1992. 2. DUMAZEDIER, Joffre, 1915-2002.; SESC. Administração Regional no Estado de São Paulo. Sociologia empírica do lazer. 3.ed. São Paulo: SESC: Perspectiva, 2008. 3. KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer das viagens. São Paulo: Aleph, 2001. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CASTRO, Celso Antonio Pinheiro. Sociologia aplicada ao turismo. São Paulo: Atlas, 2002. 190 p. 2. FERREIRA, Delson. Manual de Sociologia: dos clássicos à sociedade da informação. 2003. 3. GARCIA, Antonia dos Santos, 1948-. Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 543 p. 4. MARTINS, Carlos B. O que é Sociologia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991. 5. PROVONOST, Gilles. Introdução à sociologia do lazer. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2011. 203 p. 		

2º Período	BTURPE5117	72 h/a
	Marketing de Serviços e Produtos Turísticos	
EMENTA		
Fundamentos de Marketing e o Processo de Marketing. Marketing, criação de valor e satisfação para o cliente. O ambiente de Marketing. Pesquisa de Marketing e Sistemas de Informação de Marketing. Comportamento do Consumidor. Segmentação e posicionamento. Noções do Composto de Marketing : Produto, Preço, Praça e Promoção.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. 2. KOTLER, Philip, 1931-; KELLER, Kevin Lane, 1956-. Administração de marketing. 12.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 3. ZARDO, Eduardo Flávio. Marketing aplicado ao turismo. São Paulo: Roca, 2003. 176 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. AAKER, David A.; KUMAR, V.; DAY, George S. Pesquisa de Marketing. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 2. GUARDANI, Fátima. Gestão de marketing em hotelaria. São Paulo: Atual, 2006. 3. KEEGAN, Warren J., 1936-; GREEN, Mark C. Princípios de marketing global. São Paulo: Saraiva, 1999. 4. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Plano de marketing para micro e pequena empresa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 5. ROCHA, Angela da; CHRISTENSEN, Carl H. (Carl Huish), 1935-. Marketing: teoria e prática no Brasil. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 		

2º Período	GTURPE1212	72 h/a
	História da Arte II	
EMENTA		
<p>História da arte brasileira do final do século XIX até a atualidade, considerando as relações com a arte internacional. As principais tendências estéticas, artistas e obras que orientaram a construção do modernismo e da arte contemporânea, em suas diversas manifestações artísticas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. AMARAL, Aracy A. (Aracy Abreu), 1930-. Arte para quê?:a preocupação social na arte brasileira, 1930-1970 : subsídio para uma história social da arte no Brasil. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel, 2003. 2. CARDOSO, Rafael, 1964-. A arte brasileira em 25 quadros [1790-1930]. Rio de Janeiro: Record, 2008. 3. JANSON, H. W. (Horst Woldemar), 1913-. História geral da arte, v.3: O mundo moderno. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 3v. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CHIARELLI, Tadeu. Arte internacional brasileira. 2.ed. São Paulo: Lemos Editorial, 2002. 2. CONDURU, Roberto. Arte afro-brasileira. 1.ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2009. 3. PEREIRA, Sonia Gomes. Arte brasileira no século XIX. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. 4. STANGOS, Nikos. Conceitos da arte moderna. Rio de Janeiro: J. Zahar, c1991. 5. WOLFFLIN, Heinrich, 1864-1945. Conceitos fundamentais da história da arte: o problema da evolução dos estilos na arte mais recente. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 		

8.1.3 3º Período

3º Período	BTURPE5135	54 h/a
	Agenciamento e Operação de Viagens	
EMENTA		
Aspectos históricos, conceituação e classificações das agências de turismo. Legalização das agências de viagens. Produtos turísticos e principais fornecedores do agenciamento. Tecnologias e canais de distribuição. Processos de intermediação, desintermediação e reintermediação. Códigos e termos específicos do agenciamento. Agências e serviços receptivos. Serviços emissivos de apoio a viagens. Roteirização turística. Formatação e precificação de pacotes turísticos. Segmentação e mercados emergentes para o agenciamento.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none">1. BRAGA, Débora Cordeiro (org.) Agências de Viagens e Turismo: Práticas de Mercado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.2. DE LA TORRE, Francisco. Agências de viagens e transportes. São Paulo: Roca, 2003.3. PETROCCHI, Mario; BONA, André Luís Viola. Agências de Turismo: Planejamento e Gestão. São Paulo: Futura, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none">1. BEAVER, Allan. A dictionary of travel and tourism terminology. Wallingford, UK: CABI Publi., 2005.1. DANTAS, José Carlos de Souza. Qualidade do atendimento nas agências de viagens: uma questão de gestão estratégica. Rio de Janeiro: Roca, 2002.2. MAMEDE, Gladston. Agências, viagens e excursões: regras jurídicas, problemas e soluções. São Paulo: Manole, 2002.3. MARIN, Aitor. Tecnologia da informação nas agências de viagens: em busca da produtividade e do valor agregado. São Paulo: Aleph, 2004.4. TAVARES, Adriana de Menezes Tavares. City Tour. São Paulo: Aleph, 2002.		

3º Período	BTURPE5116	36 h/a
	Metodologia Científica	
EMENTA		
<p>A pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e a produção de conhecimento. Os tipos de saberes: senso comum, religioso, filosófico e científico. O papel político e ético da pesquisa. A escrita acadêmica e as normas técnicas: intertextualidade, polifonia, citação e referência. Técnicas de leitura e estudo: elaboração de fichamentos, resumos e resenhas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa em Turismo: Planejamento, Métodos e técnicas. 9 ed. São Paulo: Futura, 1998. 2. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. -. São Paulo: Cortez, 2007. 3. SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 2. FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009. 3. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 4. GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. 5. VERGARA, Sylvia Constant, 1936-. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 		

3o Período	BTURPE5123	54 h/a
	Gestão de Pessoas	
EMENTA		
Conceito de gestão de recursos humanos. Introdução: A Administração recursos humanos e noções de recrutamento e seleção.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3.ed.rev.atual. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2010. 2. PIMENTA, Maria Alzira. Gestão de pessoas em turismo: sustentabilidade, qualidade e comunicação. 2.ed. Campinas, SP: Alínea, 2006. 3. VERGARA, Sylvia Constant .Gestão de Pessoas. Ed. Atlas, 2009. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARAVANTES, Geraldo Ronchetti.; PANNO, Cláudia Caravantes.; KLOECKNER, Mônica Caravantes. Administração: teorias e processo. São Paulo: Prentice Hall, 2005. 2. KWASNICKA, Eunice Lacava. Introdução à administração. 6. ed.rev.ampl. São Paulo: Atlas, 2004. 3. SILVA, Fernando Brasil da. A psicologia dos serviços em turismo e hotelaria: entender o cliente e atender com eficácia. São Paulo: Thomson, 2004. 4. TANKE, Mary L. Administração de recursos humanos em hospitalidade. São Paulo: Thomson, c2005. 5. TARABOULSI, Fadi Antoine. Administração de hotelaria hospitalar: serviços aos clientes, humanização do atendimento, departamentalização, gerenciamento, saúde e turismo, hospitalidade, tecnologia de informação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 		

3º Período	GTURPE1207	54 h/a
	Língua Estrangeira I - Espanhol	
EMENTA		
<p>Compreensão e produção de gêneros orais e escritos em língua espanhola organizados pelos temas consumo, cultura e turismo e pela tipologia textual descrição. Ênfase em aspectos linguístico-discursivos de categorias nominais da língua e na produção de identidades culturais, sociais e espaço-temporais.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FANJUL, Adrián (Org.). Gramática y práctica de español para brasileños. Colaboração de Martín Russo, Neide Elias, Stella Baygorria. São Paulo: Moderna, 2009. 2. HALL, Stuart, 1932-2014. A identidade cultural na pós-modernidade. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 3. SILVA, Cecilia Fonseca da.; SILVA, Luz María Pires da. Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2001. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. AGUIRRE BELTRÁN, Blanca. Servicios turísticos. 8.ed. Madrid: Sgel, 2007. 2. BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 3. DICCIONARIO Salamanca de la lengua española. Madrid: Universidad de Salamanca, 2006. 4. MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez Editora, 2008. 5. MORENO, Concha; TUTS, Martina. Cinco estrellas: español para el turismo. 2.ed. Madrid: Sgel, 2011. 223 p., il. ISBN 9788497784849 (Broch.). 		

3º Período	GTURPE1208	54 h/a
	Língua Estrangeira I - Inglês	
EMENTA		
<p>A língua inglesa e suas variedades em diferentes contextos. Construção de identidades a partir de gêneros e tipos textuais diversos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CLEARY, Maria. World around. London: Helbling languages, 2008. 2. COLLINS. Dicionário Escolar Inglês / Português - Português / Inglês. 2ª ed. Disal, 2006. 1. VINCE, Michael. Elementary language practice: English grammar and vocabulary. 3rd. ed. Oxford: Macmillan Education, 2010. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BORSBEY, Janet; SWAN, Ruth. Crossing cultures: lessons about the English-Speaking World. Itália: Eli, 2007. 2. MURPHY, Raymond. Essential grammar in use: a self-study reference and practice book for elementary students of English: with answers. 3rd.ed.. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. 3. EDWARDS, Viv. Multilingualism in the English-speaking World: Pedigree of Nations. Oxford: Blackwell, 2004. 4. SWAN, Michael. Practical English Usage. 3a ed. Oxford University Press, 2009. 5. TEMPLE, Mark (Ed.). Dicionário Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês português-inglês, inglês-português. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 2007. 		

3º Período	BTURPE5136	54 h/a
	Teorias da Hospitalidade	
EMENTA		
Fundamentos e conceitos de hospitalidade. A hospitalidade nos domínios social, privado e comercial. A Hospitalidade através dos tempos e no Brasil. A hospitalidade nos serviços de alimentação, hospedagem e eventos. Relações da hospitalidade com o turismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Hospitalidade. São Paulo: Aleph, 2004. 2. GRINOVER, Lúcio. A hospitalidade, a cidade e o turismo. São Paulo: Aleph, 2007. 3. LASHLEY, C.; MORRISSON, A. Em busca da hospitalidade. Barueri: Manole, 2004. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BOFF, Leonardo. Virtudes para um outro mundo possível. Vol I: Hospitalidade, direito e dever de todos. Petrópolis: VOZES, 2005. 2. BUENO, M. S.; DENCKER, A. (orgs.). Hospitalidade: cenários e oportunidades. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2003. 3. CAMPOS, José Ruy Veloso. Introdução ao universo da hospitalidade. São Paulo: Papyrus, 2005 4. DIAS, C. M. de M. . (org.) Hospitalidade: reflexões e perspectivas. São Paulo, Manole, 2002. 5. KOPS, Darci. Hospitalidade: saberes e fazeres culturais em diferentes espaços sociais. Caxias do Sul, RS: Educus, 2014. 		

3º Período	BTURPE5130	36 h/a
	Cartografia	
EMENTA		
<p>Conceitos de Cartografia e Mapa. Cartografia Histórica. Coordenadas Geográficas. Escala Cartográfica e Escala Geográfica. Projeção Cartográfica. Convenções Cartográficas. Cartografia Especial e Temática. Mapas Turísticos Pictóricos e Convencionais. Cartografia Social e o turismo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAUQUELIN, Anne. A invenção da paisagem. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2007. 2. DUQUE, Renato Câmara; MENDES, Catarina Lutero. O planejamento turístico e a cartografia. Campinas, SP: Alínea, 2006. 3. MENEZES, P. M. L., e FERNANDES, M. C., Roteiro de Cartografia, 288 pp, São Paulo, Oficina de Textos. 2013. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FIORI, Sérgio Ricardo; ALMEIDA, Regina Araújo de. Cartografia Turística: uma experiência com mapas pictóricos e convencionais. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. 2. MONKHOUSE, F. J. & WILKINSON, H. R., Mapas y Diagramas, 1ª Edición española, Oikostau, S.A., Barcelona, ES, 1963. 3. OLIVEIRA, C. Dicionário Cartográfico, IBGE, 1ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. 640 pp. 1980. 4. OLIVEIRA, L. de. Estudo metodológico e cognitivo do mapa. Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP, Departamento de Geografia e Planejamento, 1977. 234 p. (Tese de Livre Docência). 5. VASCONCELLOS, R.A cartografia tátil e o deficiente visual: uma avaliação das etapas de produção e uso do mapa. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo: Departamento de Geografia, 1993, 268p. (Tese de doutorado - volume I). 		

3º Período	BTURPE5137	54 h/a
	Antropologia cultural	
EMENTA		
<p>A Antropologia enquanto ciência social e da humanidade: a cultura na construção do conhecimento antropológico; conceituação, objeto e objetivos da ciência antropológica; relação entre Antropologia e Turismo; da Antropologia cultural ao Turismo cultural; teorias e métodos das ciências sociais aplicados a Antropologia. O ser humano na perspectiva social e cultural. Identidades culturais e Turismo. A importância da memória, da percepção e do imaginário para a antropologia.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. GEERTZ, Clifford, 1926-2006. A interpretação das culturas. 1.ed. Rio de Janeiro: LTC Ed., 2008. 213 p. ISBN 9788521613336 (broch.). 2. HALL, Stuart, 1932-2014. A identidade cultural na pós-modernidade. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p. ISBN 9788574904023 (broch.). 3. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 22.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro; BARRETTO, Margarita, 1952- (Org.). Turismo e identidade local: uma visão antropológica. 5.ed. São Paulo: Papyrus, 2006. 208p. (Turismo). ISBN 8530806336 (broch.). 2. BARRETTO, Margarita, 1952-. Cultura e turismo: discussões contemporâneas. 2.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. 175 p. (Coleção Turismo). ISBN 9788530808549 (Broch.) 3. BARBOSA, Livia, 1949-; CAMPBELL, Colin, 1943- (Org.). Cultura, consumo e identidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 200 p., il. ISBN 8522505705 (Broch.). 4. BAUMAN, Zygmunt, 1925-; VECCHI, Benedetto. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, c2005. 110p. ISBN 9788571108899 (broch.). 5. CHAUI, Marilena de Souza. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006. 147 p. ISBN 8576430266 (Broch.). 		

8.1.4 4º Período

4º Período	BTURPE5118	54 h/a
	Cerimonial e Protocolo em Eventos	
EMENTA		
Os ritos e sua importância na sociedade do espetáculo. O conceito de civilidade. Contextualização histórica do Cerimonial e da Etiqueta. Funções do Cerimonial. Precedência protocolar em eventos. Uso dos símbolos nacionais. Tratamento. Convites. Trajes. Lugares e organização física de solenidades e recepções. Ornamentação. Comportamento e postura em Eventos. Elaboração e execução de projeto de evento.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none">1. BETTEGA, Maria Lúcia. Eventos e cerimonial: simplificando ações. 4.ed.rev.ampl.-. Caxias do Sul (SP): EDUCS, 2006.2. ZOBARAN, Sergio. Evento é assim mesmo!: do conceito ao brinde. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2008.3. YANES, Adriana Figueiredo. Cerimonial, protocolo e etiqueta em eventos. São Paulo: Érica, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none">1. LUKOWER, Ana. Cerimonial e protocolo. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.2. LUZ, Olenka Ramalho. Cerimonial e protocolo e etiqueta: Introdução ao cerimonial do mercosul: Argentina e Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005.1. MATIAS, Marlene. Organização de eventos: procedimentos e técnicas. 4.ed. atual. Barueri, SP: Manole, 20073. MOELLWALD, Lícia Egger; MOELLWALD, Duncan Egger. Etiqueta, cerimonial e protocolo: como receber estrangeiros e organizar um evento de sucesso. São Paulo: Cengage Learning, 2015.4. ZANELLA, Luiz Carlos. Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.		

4º Período	BTURPE5142	36 h/a
	Projeto Integrador I	
EMENTA		
<p>Problematização e seleção de tema de pesquisa. Formulação de problema e pergunta de pesquisa. Elaboração de objetivos. Marco teórico e a construção da teoria.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa em Turismo: Planejamento, Métodos e técnicas. 9 ed. São Paulo: Futura, 1998. 2. LUDKE, Menga (Coord.). O que conta como pesquisa?. São Paulo: Cortez, c2009. 3. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. -. São Paulo: Cortez, 2007. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 2. FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009. 3. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 4. GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. 5. SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 		

4º Período	GTURPE1426	54 h/a
	Planejamento e Organização do Turismo I	
EMENTA		
Planejamento e Turismo: quadro teórico-conceitual referencial. Princípios, dimensão, fases e classificação. Planejamento como processo integrado e contínuo. Enfoques do planejamento turístico. Relações institucionais e as interfaces do planejamento. Análise das políticas públicas brasileiras e o planejamento turístico. Planejamento participativo e comunitário. Etapas do processo de planejamento.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BENI, Mário Carlos. Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, c2006. 2. COOPER, Christopher P. Turismo: princípios e práticas. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 3. DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 12.ed.rev.atual. São Paulo: Ed. SENAC, 2007. 2. COOPER, Chris; HALL, Colin Michael; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Turismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 3. DRUMMOND, Siobhan; YEOMAN, Ian (Ed.). Questões de qualidade nas atrações de visitação a patrimônio. São Paulo: Roca, 2004. 4. MOLINA E., Sergio. Turismo: metodologia e planejamento. Bauru, SP: EDUSC, 2005. 5. RUSCHMANN, Doris. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. 12.ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. 		

4º Período	BTURPE5138	72 h/a
	Transportes Turísticos	
EMENTA		
<p>Relação transportes e turismo. Histórico dos transportes – evolução tecnológica e desenvolvimento do turismo. Redes de transportes e funções nodais. Escolha do modo de transporte em viagens domésticas e internacionais. Mobilidade intradestinos. Planejamento dos transportes em destinos turísticos. Políticas públicas de transportes e turismo no Brasil. Gestão dos transportes turísticos. Marketing de transportes e destinos turísticos. Os modos de transportes e o turismo: aéreo, rodoviário, ferroviário e aquaviário – noções gerais.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DE LA TORRE, Francisco. Agências de viagens e transportes. São Paulo: Roca, 2003. 2. LOHMANN, Guilherme; FRAGA, Carla; CASTRO, Rafael. Transportes e Destinos Turísticos: Planejamento e Gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 3. PAGE, Stephen. Transporte e Turismo: Perspectivas Globais. 2ª. Ed. São Paulo: Bookman, 2008. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. AMARAL, Ricardo. Cruzeiros marítimos. Barueri, SP: Manole, 2006. 2. GRIECO, Margaret; URRY, John (org.). Mobilities: new perspectives on transport and society. Surrey: Ashgate, 2011. 3. PALHARES, Guilherme. Transportes Turísticos. São Paulo: Aleph, 2002. 4. PAOLILLO, André Milton; REJOWSKI, Mirian. Transportes. São Paulo: Aleph, 2003. 5. RONÁ, Ronaldo. Transportes no Turismo. São Paulo: Manole, 2002. 		

4º Período	GTURPE1315	54 h/a
	Língua Estrangeira II - Espanhol	
EMENTA		
<p>Compreensão e produção de gêneros orais e escritos em língua espanhola relacionados a práticas de linguagem literárias e não-literárias na produção de sentidos da vida cotidiana dos falantes de espanhol. Ênfase em aspectos linguístico-discursivos das categorias verbais da língua em textos organizados pela tipologia textual narração.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARAGONÉS, Luis; PALENCIA, Ramón. Gramática de uso del español: teoría y práctica. Madrid: Ediciones SM, [2008]. 2. FANJUL, Adrián (Org.). Gramática y práctica de español para brasileños. Colaboração de Martín Russo, Neide Elias, Stella Baygorria. São Paulo: Moderna, 2009. 3. KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. Palmas; União da Vitória, PR: Kayganguê, 2005. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. AGUIRRE BELTRÁN, Blanca. Servicios turísticos. 8.ed. Madrid: Sgel, 2007. 239 p., il. (El español por profesiones). 2. BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 3. DICCIONARIO Salamanca de la lengua española. Madrid: Universidad de Salamanca, 2006. 4. MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez Editora, 2008. 5. SEÑAS: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 		

4º Período	GTURPE1316	54 h/a
	Língua Estrangeira II - Inglês	
EMENTA		
A descrição em diferentes contextos culturais a partir de gêneros textuais diversos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BROUKAL, Milada; MURPHY, Peter (Peter Lewis Keane), 1947-. All about the USA: a cultural reader. 2nd ed. New York: Longman, 1999. 2. CLEARY, Maria. World around. London: Helbling languages, 2008. 3. MURPHY, Raymond. English grammar in use: a self-study reference and practice book for intermediate students of English:with answers. 3rd ed. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2004. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRUNN, Stanley D.; HAYS-MITCHELL, Maureen; ZIEGLER, Donald J. (Ed.). Cities of the world: world regional urban development. 4th.ed. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2008. 2. HUDMAN, Lloyd E. Geography of travel and tourism. 4th. ed. New York: Delmar/Cengage Learning, 2003. 3. LEVITIN, Alexis (Ed.). Brazil: a traveler's literary companion. Berkeley, CA: Whereabouts press, 2010. 4. LEW, Alan A.; HALL, Colin Michael; TIMOTHY, Dallen J. World geography of travel and tourism: a regional approach. New York: Elsevier, 2008. 5. ROJEK, Chris; URRY, John. (Ed.). Touring cultures: transformations of travel and theory. London; New York: Routledge, 2000. 		

4º Período	GTURPE1422	54 h/a
	Cultura Brasileira	
EMENTA		
Conceitos básicos de cultura; Cultura Popular e Erudita; Formação da Nação e do povo brasileiro; Aspectos da Identidade Nacional; O Folclore Brasileiro.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CHAUI, MARILENA. Brasil, mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo Perseu Abramo, 2000. 2. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2008. 3. ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense, 1994. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BOSI, Alfredo(org.). Cultura Brasileira: temas e situações. São Paulo: Ática, 2006. 2. DA MATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. 3. HOLANDA, Sérgio Buaque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991. 4. ORTIZ, Renato, 1947-. A moderna tradição brasileira. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 222p. 5. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1993. 		

4º Período	GTURPE1678	36 h/a
	Planejamento Urbano	
EMENTA		
<p>O planejamento como instrumento político. O aspecto especial das estratégias de desenvolvimento regional. Análise crítica sobre as teorias de localização, modelos de redes e de desenvolvimento econômico. Os desequilíbrios regionais e o modo de produção capitalista: contradições e lógicas inerentes. Metropolização, Desenvolvimento Regional e Planejamento Municipal.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. 2. LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 3. SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 558 p. 2. CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 98 p. 3. CASTELLS, Manuel, 1942-. A questão urbana. 4.ed.rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 590 p., il. (Pensamento crítico, 48). Tradução de La question urbaine. Edição revisada, acompanhada de um posfácio (1975). 4. DUARTE, Fábio; LIBARDI, Rafaela; SÁNCHEZ, Karina. Introdução à mobilidade urbana. 1.ed. Curitiba: Juruá Ed., 2007. 107 p. 5. NIGRO, Carlos Domingos. (In)sustentabilidade urbana Nigro. Curitiba: Ibpx, 2007. 		

8.1.5 5º Período

5º Período	GTURPE1425	36 h/a
	Projeto Integrador II	
EMENTA		
Pesquisa qualitativa. Pesquisa quantitativa. Recursos metodológicos. Abordagens aplicadas ao campo do Turismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none">1. DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa em Turismo: Planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 1998.2. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.3. VEAL, A. J. Metodologia da Pesquisa em Lazer e Turismo. São Paulo: Aleph, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none">1. LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.2. MOESCH, Marutschka Martini. A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto, 2002.3. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Introdução à metodologia da pesquisa em Turismo. São Paulo: Roca, 2006.4. PANOSSO NETTO, Alexandre. Filosofia do turismo: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.5. REJOWSKI. Mirian. Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional x situação brasileira. 7ª. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.		

5º Período	BTURPE5125	54 h/a
	Planejamento e Organização do Turismo II	
EMENTA		
Elaboração do planejamento turístico. Planejamento como fator de desenvolvimento do turismo, minimizando impactos e favorecendo as comunidades locais. Etapas específicas do processo de planejamento: avaliação e hierarquização dos atrativos; diagnóstico; prognóstico; proposições e avaliação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BENI, Mario Carlos. Análise estrutural do turismo. 4o Edição. São Paulo: Ed. Senac, 2001. 2. MOLINA, Sérgio. Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina. Bauru (SP): EDUSC, 2001. 3. PETROCCHI, Mário. Turismo: planejamento e gestão. São Paulo: Ed. Futura, 1998. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ACERENZA, Miguel Angel. Administração do turismo: v. 1. Bauru (SP): EDUSC, 2002. 2. BARRETTO, Margarita. Planejamento responsável do turismo. Campinas (SP): Papirus, 2005. 3. BENI, Mario Carlos (org.). Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão - desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri (SP): Manole, 2012. 4. BOULLÓN, R. Planejamento do espaço turístico. EDUSC: Caxias do Sul, 2002. 5. COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; SHEPHERD, Rebeca. Turismo: princípios e práticas. Trad. Roberto Cataldo Costa. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 		

5º Período	BTURPE5119	72 h/a
	Gestão e Organização de Eventos	
EMENTA		
<p>A função do planejamento em eventos. Os eventos no espaço urbano. Captação e criação de eventos. Eventos e sua classificação. Elaboração e execução de projeto de evento. Instrumentos de controle e avaliação de eventos. Viabilidade econômica e financeira do evento. Marketing de eventos. Recursos humanos em eventos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRITTO, Janaína; FONTES, Nena. Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo. São Paulo: Aleph, 2002. 2. GIACAGLIA, Maria Cecília. Eventos: como criar, estruturar e captar recursos. São Paulo: Thomson Learning, 2006. 3. PAIVA, Hélio Afonso Braga de; NEVES, Marcos Fava. Planejamento estratégico de eventos: como organizar um plano estratégico para eventos turísticos e empresas de eventos. São Paulo: Atlas, 2008. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. HOYLE JR., Leonard H. Marketing de eventos: como promover com sucesso eventos, festivais, convenções e exposições. São Paulo: Atlas, 2003. 2. MARTIN, Vanessa. Manual prático de eventos. 1.ed. São Paulo: Ática, 2008. 3. MATIAS, Marlene. Organização de eventos: procedimentos e técnicas. 4.ed. atual. Barueri, SP: Manole, 2007. 4. MELO NETO, Francisco Paulo de. Marketing de eventos. 5.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2007. 5. WATT, David C., 1951-. Gestão de eventos em lazer e turismo. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004. 		

5º Período	GTURPE1418	54 h/a
	Meios de Hospedagem I	
EMENTA		
Histórico dos meios de hospedagem no mundo e no Brasil. Regulamento dos meios de hospedagem. Classificação Hoteleira. Tipos de propriedades. Redes nacionais e internacionais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira. 9.ed.rev. Caxias do Sul, RS: Canela, RS: EDUCS, Castelli - Escola de Hotelaria de Canela, 2001. 2. DUARTE, Vládir Vieira. Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos. 3.ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2005. 3. POWERS, Tom; BARROWS, Clayton W. Administração no setor de hospitalidade: turismo, hotelaria, restaurante. São Paulo: Atlas, 2004 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ANDRADE, Nelson; BRITO, Paulo Lucio de; JORGE, Wilson Edson. Hotel: planejamento e projeto. 9.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. 2. CASTELLI, Geraldo. Excelência em hotelaria: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996. 3. COIMBRA, Ricardo. Assassinatos na hotelaria, ou, como perder seu hóspede em 8 capítulos. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 1998. 4. KANAANE, Roberto; SEVERINO, Fátima Regina Giannasi. Ética em turismo e hotelaria. São Paulo: Atlas, 2006. 5. MARQUES, J. Albano. Introdução à hotelaria. Bauru, SP: EDUSC, 2003. 		

5º Período	BTURPE5120	36 h/a
	Gestão de Projetos Turísticos	
EMENTA		
Projeto; Projeto no Processo de Planejamento; A Estrutura e Etapas de um Projeto; Análise de Projetos; Planejamento e Programação de Projetos; Análise Econômica de Projeto; Possibilidades de elaboração do projeto de empreendimento turístico e hoteleiro.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; SHEPHERD, Rebeca. Turismo: princípios e práticas. Trad. Roberto Cataldo Costa. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 2. DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 3. MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 12.ed.rev.atual. São Paulo: Ed. SENAC, 2007. 2. DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. 3. GIDO, Jack; CLEMENTS, James P. Gestão de projetos. São Paulo: Thomson, 2007. 4. HELDMAN, Kim. Gerência de projetos: fundamentos. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2005. 5. PETROCCHI, Mario. Turismo: planejamento e gestão. 7.ed. São Paulo: Futura, c1998. 		

5º Período	GTURPE1531	54 h/a
	Patrimônio Cultural	
EMENTA		
Estudo do patrimônio cultural em suas faces material e imaterial e em interface com o turismo cultural.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 2. CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Lisboa: Ed 70, 2008. 3. PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). Turismo, memória e patrimônio cultural. São Paulo: Roca, 2004. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAVALCANTI, Lucas Costa de Souza. Cartografia de paisagens: fundamentos. São Paulo: Oficina de Textos, 2014. 2. HERVÉ, Théry. Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território. 2 ed. 2009. 3. SANTOS, Milton. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 15 ed. 2011. 4. ENCICLOPÉDIA do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro; São Paulo: Terceiro Milênio: Publifolha, c1999. 5. BARRETTO, Margarita, 1952-. Cultura e turismo: discussões contemporâneas. 2.ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 175 p. (Coleção Turismo). ISBN 9788530808549 (Broch.) 		

5º Período	GTURPE1423	36 h/a
	Língua Estrangeira III - Espanhol	
EMENTA		
Compreensão e produção de gêneros orais e escritos em língua espanhola organizados pela tipologia textual argumentação. Ênfase em aspectos linguístico-discursivos das práticas de linguagem ligadas à produção de saberes e poderes oficialmente instituídos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARAGONÉS, Luis; PALENCIA, Ramón. Gramática de uso del español: teoría y práctica. Madrid: Ediciones SM, [2008]. 2. FANJUL, Adrián (Org.). Gramática y práctica de español para brasileños. Colaboração de Martín Russo, Neide Elias, Stella Baygorria. São Paulo: Moderna, 2009. 3. SILVA, Cecília Fonseca da.; SILVA, Luz María Pires da. Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2001. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 2. DICCIONARIO Salamanca de la lengua española. Madrid: Universidad de Salamanca, 2006. 3. MARTINEZ, Ron; SCHUMACHER, Cristina; AYALA, Victor. Como dizer tudo em espanhol nos negócios: fale a coisa certa em qualquer situação de negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, c2004 4. MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). Gêneros textuais: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 5. SEÑAS: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 		

5º Período	GTURPE1424	36 h/a
	Língua Estrangeira III - Inglês	
EMENTA		
A narração, a argumentação e a produção de saberes e poderes a partir de gêneros textuais diversos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CLEARY, Maria. World around. London: Helbling languages, 2008. 2. OLIVEIRA, Luciana Amaral. English for tourism students. São Paulo: Roca, 2001. 3. STOTT, Trish; BUCKINGHAM, Angela. At your service: English for the travel and tourist industry. Oxford: Oxford University Press, 2008. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARTER, Ronald; MCCARTHY, Michael. Cambridge grammar of English: a comprehensive guide: spoken and written english grammar and usage. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2006. 2. CLARKE, Simon. Macmillan English grammar in context: essential. Oxford: Macmillan Education, 2008. 3. MCCARTHY, Michael; O'DELL, Felicity. Test your English vocabulary in use: elementary. 2nd. ed. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2010. 4. SCHUMACHER, Cristina A. Gramática de inglês para brasileiros. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 5. WYATT, Rawdon. Check your English vocabulary for leisure, travel and tourism. 2nd.ed. London, UK: A&C Black, 2005. 		

8.1.6 6º Período

6º Período	BTURPE5121	36 h/a
	Noções de Direito e Legislação Aplicadas ao Turismo	
EMENTA		
Sociedade e Direito. Turismo na Constituição Federal. Evolução Histórica da Legislação Turística Brasileira. Legislação Específica de atividades turística. Código de defesa do consumidor e o turismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none">1. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação sobre o turismo: dispositivos constitucionais, ato internacional, leis e decretos relacionados ao turismo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.2. LONGANESE, Luiz André. Direito aplicado à hotelaria. 2.ed.atual. Campinas, SP: Papirus, 2007.3. MAMEDE, Gladston. Agências, viagens e excursões: regras jurídicas, problemas e soluções. São Paulo: Manole, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none">1. BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda (Org.). Hotelaria à luz do direito do turismo. São Paulo: Ed. SENAC, 2006.2. GUT, Mauro Araújo (Coord.). As leis e o turismo: Uma visão panorâmica - Direito aplicado ao meio turístico, para alunos de cursos de turismo de nível técnico, tecnológico e superior. Interpretação de Rúbia A. Santos Pomilio. São Paulo: Textonovo, 2003.3. MAMEDE, Gladston, 1966-. Manual de direito para administração hoteleira. 2.ed. São Paulo: Atlas, 20044. VENOSA, Sílvio de Salvo, 1945-. Direito civil: parte geral. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 1.5. VENOSA, Sílvio de Salvo, 1945-. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2 .		

5º Período	BTURPE5126	54 h/a
	Projeto Integrador III	
EMENTA		
Elaboração do projeto de pesquisa científica com o domínio de métodos e técnicas de pesquisa para a realização do trabalho de conclusão de curso, com execução do cronograma definido pelo Colegiado.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas. 9.ed. São Paulo: Futura, 1998. 2. PEREZ, A. S. (coord.). Introdução à metodologia da pesquisa em turismo. São Paulo: Roca, 2006. 3. VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2009. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. AAKER, David A.; KUMAR, V.; DAY, George S. Pesquisa de Marketing. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2009. 2. GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10º ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. 3. SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. 5º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 4. TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 7º ed. Petrópolis, RJ: Vozes; [Belém]: UNAMA, 2010. 5. YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4º ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 		

6º Período	GTURPE1527	72 h/a
	Meios de Hospedagem II	
EMENTA		
Estrutura organizacional e operacionalidade de meios de hospedagem: Departamentos de Reservas, Recepção, Governança, Lavanderia, Manutenção, Eventos, Gestão de Pessoas, Marketing, Vendas e Administrativo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CANDIDO, Índio. Gestão de hotéis: técnicas, operações e serviços. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. 2. CASTELLI, Geraldo. Administração Hoteleira. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 3. PETROCCHI, Mario. Hotelaria: planejamento e gestão. São Paulo: Peason Prentice Hall, 2007. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CANDIDO, Índio; VIEIRA, Elenara. Recepção Hoteleira. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. 2. CAON, Mauro. Gestão estratégia de serviços de Hotelaria. São Paulo: Atlas, 2008. 3. DAVIES, Carlos Alberto. Cargos na Hotelaria. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 4. MULLINS, Laurie J. Gestão da hospitalidade e comportamento organizacional. Porto Alegre: Bookman, 2004. 5. VALLEN, Gary K., Check-in, Check-out: gestão e prestação de serviços em hotelaria. Porto Alegre: Bookman, 2003. 		

6º Período	GTURPE1211	54 h/a
	Fundamentos Econômicos do Turismo	
EMENTA		
<p>Conceitos Básicos: Economia e Ciência Econômica; recursos econômicos e a geração de bens e serviços finais; o turismo como atividade econômica. O Sistema Econômico. Introdução à Microeconomia: Mercados Competitivos; Demanda; Oferta; Formação de Preços; Características de Oferta e Demanda. Introdução à Macroeconomia: Agregados Macroeconômicos; Determinação da Renda de Equilíbrio e Política Fiscal; Política Monetária; O Setor Externo e a Política Cambial; Macroeconomia no Longo-Prazo e o Crescimento Econômico.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BENI, Mário Carlos. Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, c2006. 199 p., il. (Série Turismo). 2. FERNANDES, Ivan Pereira, 1948-; COELHO, Marcio Ferreira, 1950-. Economia do turismo: teoria & prática. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 3. MILONE, Cesar; GELAS, Beatriz Helena. (org.) Turismo: teoria e prática. Paulo Lage. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2000. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 12.ed.rev.atual. São Paulo: Ed. SENAC, [2007]. 2. GONÇALVES, Reinaldo, 1951-; SADER, Emir, 1943- (Org.). O nó econômico. Rio de Janeiro: Record, 2003. 3. PETROCCHI, Mario. Turismo: planejamento e gestão. 7.ed. São Paulo: Futura, c1998. 4. RUSCHMANN, Doris. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. 12.ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. 5. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval, 1945-. Economia: micro e macro. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006. 		

6º Período	BTURPE5141	54 h/a
	Princípios de Matemática Financeira Aplicados ao Turismo	
EMENTA		
<p>Conceito de projetos. Introdução: A Administração financeira e noções de valor e orçamento. Introdução de conceito de risco e financiamento. Conceito e aplicação da matemática financeira para projetos. Fluxos de Caixa. Juros simples e compostos. Operações de desconto. Taxas de juros. Tabela Price e SAC.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BOEGER, Marcelo Assad; YAMASHITA, Ana Paula. Gestão financeira para meios de hospedagem: hotéis, pousadas, hotelaria hospitalar e a hospitalidade. São Paulo: Atlas, c2005. 2. BUARQUE, Cristovam. Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Elsevier, 1994 3. CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Noções básicas de matemática comercial e financeira. 2.ed.rev.atual. Curitiba: Ibpx, 2008. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. AYRES Jr, F; SCHMIDT, P. A. Teoria e problemas de matemática para ensino superior. 3.ed. São Paulo: Artmed, 2006. 2. FARO, Clovis de. Fundamentos da matemática financeira: uma introdução ao cálculo financeiro e à análise de investimento de risco. São Paulo: Saraiva, 2006. 3. HELDMAN, Kim. Gerência de projetos: fundamentos. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier: <i>Campus</i>, 2005. 4. PADOVEZE, Clóvis Luís, 1952. Introdução à administração financeira: texto e exercícios. São Paulo: Cengage Learning, 2005. 5. VERAS, Lilia Ladeira. Matemática financeira: uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro, introdução à engenharia econômica, 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 		

6º Período	BTURPE5127	36 h/a
	Empreendedorismo I	
EMENTA		
<p>O Conceitos de Empreendedorismo e Empreendedor. Apresentação das características, tipos e habilidades do empreendedor; A Gestão empreendedora, Liderança e motivação; O Empreendedorismo no Brasil; Aspectos legais; As Ferramentas úteis ao empreendedor (marketing e administração estratégica) e apresentação de modelos de Plano de Negócios – etapas, processos e elaboração.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2008. 1. OSTERWALDER, Alexander. Business Model Generation – Inovação em Modelos de negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011. 2. SEBRAE RJ. Como elaborar um plano de negócio. Disponível em: http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/90790DC06383839F03256FAA006CB0AD/\$File/NT000A44AE.pdf. Acessado em: 10 de julho de 2014. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ATELJEVIC, Jovo; PAGE, Stephen, 1963-; ALMEIDA, Marcelo Vilela de. Turismo e empreendedorismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 2. DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios : como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. São Paulo: Cultura, 2000. 3. HASHIMOTO, Marcos. Práticas de empreendedorismo: casos e planos de negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, c2012. 209 p. 4. KOTLER, Philip, 1931-; KELLER, Kevin Lane, 1956-. Administração de marketing. 12.ed. São Paulo: Pearson : Prentice Hall, 2006. 5. ROAM, Dan. Desenhando negócios: Como desenvolver ideias com o pensamento visual e vencer nos negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 		

6º Período	GTURPE1541	36 h/a
	Língua Estrangeira IV - Espanhol	
EMENTA		
<p>Compreensão e produção de gêneros orais e escritos em língua espanhola organizados pelas tipologias textuais descrição, narração e argumentação. Ênfase em aspectos linguístico-discursivos de práticas discursivas ligadas à atividade de trabalho de profissionais do turismo em diversos campos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. MATTE BON, Francisco. Gramática comunicativa del español. Madrid: Edelsa, 1995. 2. MARTINEZ, Ron; SCHUMACHER, Cristina; AYALA, Victor. Como dizer tudo em espanhol nos negócios: fale a coisa certa em qualquer situação de negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, c2004. 3. SILVA, Cecilia Fonseca da.; SILVA, Luz María Pires da. Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DICCIONARIO Salamanca de la lengua española. Madrid: Universidad de Salamanca, 2006. 2. KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. Palmas; União da Vitória, PR: Kayganguê, 2005. 3. MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez Editora, 2008. 4. SILVA, Cecilia Fonseca da.; SILVA, Luz María Pires da. Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2001. 5. SEÑAS: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 		

6º Período	GTURPE1542	36 h/a
	Língua Estrangeira IV - Inglês	
EMENTA		
Retomada das tipologias textuais descrição, narração e argumentação e sua relação com práticas discursivas ligadas à atividade de trabalho de profissionais do turismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CLEARY, Maria. World around. London: Helbling languages, 2008. 2. HARDING, Keith; HENDERSON, Paul. High season: English for the hotel and tourist industry. 26. ed. Oxford: Oxford University Press, 2010. 3. STOTT, Trish; BUCKINGHAM, Angela. At your service: english for the travel and tourist industry. Oxford: Oxford University Press, 2008. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BEAVER, Allan. A dictionary of travel and tourism terminology. 2nd.ed. Wallingford, UK; Cambridge, MA: CABI Publi., c2005. 2. BIAGGI, Enaura T. Kriek; STAVALE, Emeri De Biaggi. Enjoy your stay!: inglês básico para turismo e hotelaria. Barueri, SP: Disal, 2004. 3. CRUZ, Décio Torres. Inglês para Turismo e Hotelaria. São Paulo: Disal, 2005. 4. O'HARA, Francis. Be my guest: English for the hotel industry. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 5. WALKER, Robin; HARDING, Keith. Tourism 1: student's book. 10. ed. United Kingdom: Oxford University Press, 2012. 		

8.1.7 7º Período

7º Período	GTURPE1437	54 h/a
	Métodos Estatísticos Aplicados ao Turismo	
EMENTA		
Conceitos fundamentais sobre as teorias estatísticas. Distribuição de frequência. Tabelas e gráficos. Medidas de posição. Medidas de dispersão. Introdução à probabilidade. Variáveis aleatórias unidimensionais. Distribuições discretas. Distribuições contínuas. Noções elementares de amostragem. Regressão e correlação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
NAZARETH, Helenalda Resende de Souza. Curso básico de estatística . 12. ed. São Paulo: Ática, 2009. PEREZ, Amparo Sancho (Coord.). Introdução à metodologia da pesquisa em turismo . São Paulo: Roca, 2006. SPIEGEL, Murray Ralph; STEPHENS, Larry J. Estatística . 4.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BARBOSA, Dalva Regina Ribeiro; MILONE, Giuseppe. Estatística aplicada ao turismo e hotelaria . São Paulo: Thomson, 2005. CRESPO, Antônio Arnot. Estatística fácil . 19.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2010. KIRSTEN, José Tiacci, 1941-; RABAHY, Wilson Abrahão. Estatística aplicada às ciências humanas e ao turismo . São Paulo: Saraiva, 2006. MANLY, Bryan F. J., 1944-. Métodos estatísticos multivariados: uma introdução . 3.ed. Porto Alegre: Artmed : Bookman, 2008. TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística básica . 2.ed. São Paulo: Atlas, 1983.		

7º Período	BTURPE5122	54 h/a
	Gestão de Bares e Restaurantes	
EMENTA		
História da alimentação e gastronomia. Gestão, operacionalidade, estrutura organizacional, equipamentos, <i>lay out</i> de restaurantes, bares e cozinha.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARNEIRO, Henrique. Comida e sociedade: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 2. CASTELLI, Geraldo. Administração Hoteleira. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 3. DAVIES, Carlos Alberto. Alimentos e Bebidas. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CASCUDO, Luis da C. História da Alimentação no Brasil. São Paulo: Global, 2004. 2. FONSECA, Marcelo Traldi Tecnologias gerenciais de restaurantes / 5ªed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2009. 3. TEICHMANN, Ione Mendes Tecnologia culinária Caxias do Sul: EDUCS, 2009. 4. ZANELLA, Luiz Carlos. Auditoria interna: rotinas e processos práticos para hotéis, restaurantes e empresas em geral Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2002. 5. TORRE, Francisco de La. Administração hoteleira: parte II- Alimentos e Bebidas. São Paulo: Roca, 2002. 		

7º Período	BTURPE5139	36h/a
	Seminários de Pesquisa	
EMENTA		
Elaboração do projeto de pesquisa sob a supervisão de um professor-orientador.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa em Turismo: Planejamento, Métodos e técnicas. 9 ed. São Paulo: Futura, 1998. 2. FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009. 3. GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 2. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 3. LUDKE, Menga (Coord.). O que conta como pesquisa?. São Paulo: Cortez, c2009. 4. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. -. São Paulo: Cortez, 2007. 5. SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 		

7º Período	BTURPE5128	36 h/a
	Empreendedorismo II	
EMENTA		
Necessidade do Plano de negócios. Fundamentação do Plano de negócios. Elementos de um plano de negócios: conceito do negócio; análise de mercado; Plano de Marketing; Plano Operacional.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BIAGIO, Luiz Arnaldo; BATOCCHIO, Antonio. Plano de negócios: estratégia para micro e pequenas empresas. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2012 2. DORNELAS, José Carlos Assis. Plano de negócios: seu guia definitivo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 3. HASHIMOTO, Marcos. Práticas de empreendedorismo: casos e planos de negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios : como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. 2. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier: <i>Campus</i>, 2008. 3. KOTLER, Philip, 1931-. Marketing de A a Z: 80 conceitos que todo profissional precisa saber. 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier: <i>Campus</i>, 2003. 4. MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 6.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012. 5. SALIM, Cesar Simões. Construindo planos de empreendimentos: negócios lucrativos, ações sociais e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 		

7º Período	BTURPE5140	36 h/a
	Tópicos Especiais em Turismo e Lazer	
EMENTA		
<p>Estudo de novas abordagens de temas desenvolvidos em semestres anteriores e de outros oriundos da realidade vigente (temas emergentes sobre o turismo e o lazer). Aprofundamento dos conhecimentos numa fase de maior maturidade acadêmica e técnica dos alunos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008. 2. TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (ed.) Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Roca, 2005. 3. URRY, John. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BÜSCHER, Monika <i>et al</i> (ed.) Mobile methods. New York: Routledge, 2011. 2. COOPER, Chris <i>et al</i> (ed.) Turismo: princípios e práticas. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 3. COOPER, Chris <i>et al.</i> Turismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 4. URRY, John. Mobilities. Cambridge, UK: Polity Press, 2007. 5. SHELLER, Mimi; URRY, John (ed.) Tourism mobilities: places to play, places in play. New York: Routledge, 2004. 		

7º Período	BTURPE5134	72 h/a
	Teorias do Lazer	
EMENTA		
Teorias, conceituações e definições de lazer sobre diferentes perspectivas. As relações entre lazer, tempo livre, ócio e recreação. Atuação profissional em lazer e a animação cultural. Educação para e pelo lazer.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DUMAZEDIER, J. Sociologia empírica do lazer: a dinâmica produtora do lazer. São Paulo: Perspectiva, 1979. 2. GOMES, C. <i>et al.</i> (Orgs.). Lazer na América Latina/Tiempo libre, ócio y recreación em Latinoamérica. 2. Ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 3. MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do Lazer: uma introdução. Campinas: Papirus, 1987. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1973. 2. MARCELLINO, N. C. (Org.). Lazer: formação e atuação profissional. Campinas, SP: Papirus, 2012. 3. MASI, Domenico de. O Ócio Criativo. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 4. MELO, V. A. de. A animação cultural: conceitos e propostas. Campinas: Papirus, 2006. 5. PIRES, Mário Jorge. Lazer e turismo cultural. São Paulo: Manole, 2002. 		

8.1.8 8º Período

8º Período	BTURPE5124	72 h/a
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	
EMENTA		
Elaboração, escrita e apresentação oral do Trabalho de Conclusão de Curso, com acompanhamento de orientador e em conformidade com o Manual de TCC do Curso Bacharelado em Turismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none">1. DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa em Turismo: Planejamento, Métodos e técnicas. 9 ed. São Paulo: Futura, 1998.2. FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3.ed. São Paulo: Artmed, 2009.3. GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none">1. CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.2. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.3. LUDKE, Menga (Coord.). O que conta como pesquisa?. São Paulo: Cortez, c2009.4. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. -. São Paulo: Cortez, 2007.5. SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. 5. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2009.		

8º Período	BTURPE5129	36 h/a
	Empreendedorismo III	
EMENTA		
Plano Financeiro como elemento do Plano de Negócios. Descrição dos recursos financeiros a serem investidos no empreendimento. Aplicação dos recursos financeiros para a viabilização do negócio. Estimativas de retorno e lucratividade a serem auferidas ao longo do prazo estabelecido pelo Plano de Negócios.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Noções básicas de matemática comercial e financeira. 2.ed.rev.atual. Curitiba: Ibpex, 2008. 2. FARO, Clovis de, 1941-. Fundamentos da matemática financeira: uma introdução ao cálculo financeiro e à análise de investimento de risco. São Paulo: Saraiva, 2006 3. ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph; JAFFE, Jeffrey F. Administração financeira. 2.ed.-. São Paulo: Atlas, 2002. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. 2. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier: <i>Campus</i>, 2008. 3. KOTLER, Philip, 1931-. Marketing de A a Z: 80 conceitos que todo profissional precisa saber. 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier: <i>Campus</i>, 2003. 4. MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 6.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012. 5. SALIM, Cesar Simões. Construindo planos de empreendimentos: negócios lucrativos, ações sociais e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 		

8º Período	BTURPE1692	54 h/a
	Educação Ambiental	
EMENTA		
<p>Compreensão sobre a Educação Ambiental e sua aplicação nos diversos espaços. A crise ambiental e o sistema capitalista. A busca pelo desenvolvimento sustentável. Conceitos e gestão de Unidades de Conservação. A atividade ecoturística em espaços protegidos. Metodologias aplicáveis de Educação Ambiental.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. LIMA, G. F. da C. Educação Ambiental no Brasil: Formação, identidades e desafios. Campinas, SP: Papirus, 2011. 2. CASTELLANO, E. G.; FIGUEIREDO, R. A. de; CARVALHO, C. L. de (Orgs.). (Eco) Turismo e educação ambiental: diálogo e prática interdisciplinar. São Carlos, SP: RiMa, 2007. 3. PEDRINI, A. de G. (Org.). Educação Ambiental: Reflexões e práticas contemporâneas. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. COSTA, Silva de Souza. Lixo mínimo: uma proposta ecológica para hotelaria. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004 2. CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 3. DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares de educação ambiental. São Paulo: Gaia, 2009. 4. GUIMARÃES, Mauro. A dimensão ambiental na educação. Campinas, SP : Papirus, 2009. 5. MOREIRA, J. C. Geoturismo e interpretação ambiental. Ponta Grossa, PR: Ed. UEPG, 2011. 		